



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
CAMPUS DE SOBRAL

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO TÉCNICO EM
SEGURANÇA NO TRABALHO SUBSEQUENTE**

SOBRAL, 2023



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
CAMPUS DE SOBRAL

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Luiz Inácio Lula da Silva

MINISTRO DA EDUCAÇÃO

Camilo Santana

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

Denise Pires de Carvalho

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, E TECNOLÓGICA

Getúlio Marques Ferreira



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ

REITOR

JOSÉ WALLY MENDONÇA MENEZES

PRÓ-REITOR DE ADM. E PLANEJAMENTO

REUBER SARAIVA DE SANTIAGO

PRÓ-REITORA DE ENSINO

CRISTIANE BORGES BRAGA

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO

ANA CLÁUDIA UCHÔA ARAÚJO

PRÓ-REITOR DE GESTÃO DE PESSOAS

MARCEL RIBEIRO MENDONÇA

PRÓ-REITORA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO

JOÉLIA MARQUES DE CARVALHO

DIRETOR-GERAL DO *CAMPUS* SOBRAL

WILTON BEZERRA DE FRAGA

DIRETOR DE ENSINO DO *CAMPUS* SOBRAL

RAFAEL VÍTOR E SILVA

NÚCLEO DE TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS E EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA
NTEaD

COORDENADORA

Herlene Greyce da Silveira Queiroz

DESENHO PEDAGÓGICO

Anderson Douglas Freitas Pedrosa

ADMINISTRADOR AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM

Roberto Lima da Costa Cisne Júnior

TÉCNICO EM AUDIOVISUAL

Emmanuel Kant da Silveira e Alves

PESQUISADOR ICONOGRÁFICO

Glawther Lima Maia

REVISOR TEXTUAL

Edina Maria Araújo de Vasconcelos
Jose Felipe da Rocha Oliveira

MOBILIZADORES DA CULTURA EAD

Melissa de Lima Matias
Francisco Jose Calixto de Sousa

NÚCLEO DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS E INDÍGENAS - NEABI

COORDENADOR

Emerson de Melo Freitas

VICE-COORDENADOR

Marco Antônio Rosa de Carvalho

SECRETÁRIA

Lucélia Saboia Parente

MEMBROS INTERNOS DOCENTES

Ana Rachel Brito de Paula
Raimunda Costa Cruz

MEMBROS INTERNOS DISCENTES

Francisco Sânzio Carneiro de Araújo
Raiane Nunes Ferreira
Bruno Lopes Barros

MEMBRO EXTERNO DOCENTE

Daniela Carvalho de Oliveira

MEMBRO EXTERNO

André Parente Sousa

**NÚCLEO DE ACESSIBILIDADE E PESSOAS COM NECESSIDADES
EDUCACIONAIS ESPECÍFICAS - NAPNE**

COORDENADORA

Michelle Arrais Guedes

VICE-COORDENADORA

Jéssica Maria Silva Sousa

MEMBROS INTERNOS TAE

Sônia Maria Aguiar Dias

Juliano Matos Palheta

MEMBROS INTERNOS DISCENTES

Antônio Judyson Mororo do Nascimento

Breno Cavalcante Cruz

Gustavo Yuá Moraes Sampaio

NÚCLEO DE GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL - NUGEDS

COORDENADOR

Carlos Eliardo Barros Cavalcante

VICE-COORDENADORA

Raimunda Costa Cruz

SECRETÁRIOS

Tiago de Oliveira Braga
Marília Duarte Magalhães
Aline Gurgel Rêgo

MEMBROS

Priscila Uchôa Martins
Vicente de Paulo Barroso Alves
Cyntia Maria Silva Vasconcelos
Maria Aparecida Alves da Costa
Ana Caroline Magalhães Bezerra

MEMBROS DISCENTES

Expedito Juscelano Ferreira Custódio
Antônio Samuel de Oliveira Paiva
Eveltana Freitas da Silva
Antônio Ronilson Pereira Alves
Francisco Jonas Vicente Soares
David de Sousa Ferreira

COORDENADORIA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS – CAE

COORDENADORA

Aldiânia Carlos Balbino

RECEPCIONISTA

ANA CAROLINE MAGALHÃES

ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO

Camila Rios Linhares

SERVIÇO SOCIAL

Aline Gurgel Rego

ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO

Eduardo Gomes da Frota
Luciene Ribeiro Gaião

ATENDIMENTO PSICOLÓGICO

Juliano Matos Palheta

ENFERMAGEM

Aldiânia Carlos Balbino

NUTRICIONISTA

ANA CAROLINA RATTACASO MARINO DE MATTOS ALBUQUERQUE

**COLEGIADO DO CURSO TÉCNICO EM SEGURANÇA
DO TRABALHO – CAMPUS SOBRAL**

COORDENADOR DO CURSO

Thomas Edson Lima Torres

REPRESENTANTES - ÁREA PEDAGÓGICA

Ana Cléa Gomes de Sousa

Patrícia Larisse Alves de Sousa

REPRESENTANTES - ÁREAS DOCENTES ESPECÍFICAS

Titulares

Maria Clara de Melo Ferro

Maria Micheline Teixeira Lopes

Paulo Ricardo Matos Sampaio

Suplentes

Elenilton Bezerra Uchoa

Pablo Gordiano Alexandre Barbosa

Thomas Lívio Santos Coelho

REPRESENTANTES - ÁREAS DOCENTES BÁSICAS

Titulares

Cristiane de Sousa Florêncio

Suplente

Franciso Aleudiney Monte Cunha

REPRESENTANTES DISCENTES

Adriano Sousa Rodrigues – Titular / Daniel Gomes Duarte - Suplente

Ana Dorys Soares de Oliveira – Titular / Erika Ripardo Pessoa - Suplente

**COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PROJETO
PEDAGÓGICO DO CURSO**

Felipe Alves Albuquerque Araújo – Docente

Maria Micheline Teixeira Lopes – Docente

Paulo Ricardo Matos Sampaio - Docente

Thomas Edson Lima Torres – Docente

Simone Amaro Costa – Docente

Ana Clea Gomes de Sousa - Pedagoga/Coordenadora Técnico-Pedagógica

Patrícia Larisse Alves de Sousa - Pedagoga

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	17
2. CONTEXTUALIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO	18
3. Justificativa.....	22
4. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	25
4.1 Normativas Nacionais	
4.2 Normativas Institucionais	
5. OBJETIVOS DO CURSO.....	27
5.1 Objetivo Geral	
5.2 Objetivos Específicos	
6. FORMA DE INGRESSO	28
7. AREAS DE ATUAÇÃO	28
8. Perfil do Futuro Profissional	29
9. METODOLOGIA.....	31
10. ESTRUTURA CURRICULAR.....	35
10.1 Organização e Matriz Curricular	
11. Fluxograma.....	38
12. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	40
13. PRÁTICAS PROFISSIONAIS SUPERVISIONADAS.....	42
14. ESTÁGIO (OPCIONAL).....	43
15. CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTO E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES.....	44
16. Emissão de Diploma.....	45
17. AVALIAÇÃO DO PROJETO DO CURSO.....	45
18. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS CONSTANTES DO PDI NO ÂMBITO DO CURSO ..	46
19. APOIO AO DISCENTE	47
20. CORPO DOCENTE	51
21. CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO.....	52
22. INFRAESTRUTURA.....	53
21.1 Biblioteca	
22.1 Laboratórios Básicos	

22.2 Laboratórios Específicos à Área do Curso

REFERÊNCIAS.....	58
ANEXOS DO PPC	61
ANEXO I – PLANO DE TRANSIÇÃO DE MATRIZ CURRICULAR.....	62
ANEXO II – TERMO DE CIÊNCIA E ADESÃO À NOVA MATRIZ CURRICULAR	68
ANEXO III – PROGRAMAS DE UNIDADES DIDÁTICAS - PUDs.....	69

DADOS DO CURSO

IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO

Nome: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará

CNPJ: 10.744.098/0006-50

Endereço: Avenida Dr. Guarani, Nº 317

Bairro: Derby Clube

CEP: 62040- 730

Cidade: Sobral **UF:** CE **Fone:** (88) 3112 – 8138

E-mail: segtrabalho.sobral@ifce.edu.br

Página Institucional na internet: <https://ifce.edu.br/sobral>

INFORMAÇÕES GERAIS DO CURSO

Denominação	Curso Técnico Subsequente em Segurança do Trabalho
Titulação Conferida	Técnico em Segurança do Trabalho
Nível	Médio
Forma de Articulação com o Ensino Médio	Subsequente
Modalidade	(x) Presencial () à Distância
Duração	2 anos/ 4 semestres
Periodicidade	(x) Semestral () Anual
Formas de Ingresso	() SISU (x) Seleção Pública (x) Transferência (x) Diplomado
Número de vagas anuais	80 Vagas
Turno(s) de Funcionamento	() Matutino (x) Vespertino () Noturno
Ano e Semestre do Início do Funcionamento	2015.2
Carga Horária dos componentes curriculares (obrigatórias) sem PPS	1.160 horas
Carga Horária dos componentes curriculares (optativas)	80 Horas-aula
Carga Horária Mínima do Estágio Supervisionado (opcional)	200 Horas
Carga Horária das Atividades de Práticas Profissionais	40 Horas-aula
Carga Horária Curricular Total (Disciplinas + Prática Profissional)	1200 Horas-aula
Sistema de Carga-Horária	1 crédito equivale a 20 Horas-aula
Duração da Hora-aula	60 min

1. APRESENTAÇÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) é uma autarquia educacional pertencente à Rede Federal de Ensino, vinculada ao Ministério da Educação, que tem assegurado, na forma da lei, autonomia pedagógica, administrativa e financeira. A instituição ao longo de sua história apresenta uma contínua evolução que acompanha e contribui para o processo de desenvolvimento do Ceará, da Região Nordeste e do Brasil.

Promovendo gratuitamente educação profissional e tecnológica no Estado, o IFCE tem se tornado uma referência para o desenvolvimento regional, formando profissionais de reconhecida qualidade para o setor produtivo e de serviços, promovendo assim, o crescimento socioeconômico da região. Atuando nas modalidades presencial e à distância, com cursos nos níveis Técnico e Tecnológico, Licenciaturas, Bacharelados e Pós-Graduação Lato e Stricto Sensu, paralelo a um trabalho de pesquisa, extensão e difusão de inovações tecnológicas, espera continuar atendendo às demandas da sociedade e do setor produtivo.

O presente documento constitui-se da **alteração do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Segurança do Trabalho**, ofertado na forma subsequente e modalidade presencial, o qual está inserido no eixo tecnológico de Segurança, do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos. Este projeto estabelece as diretrizes pedagógicas para o curso Técnico em Segurança do Trabalho do IFCE - *campus* Sobral, destinado a estudantes egressos do ensino médio que apresentam interesse no referido curso.

O projeto pedagógico do Curso Técnico em Segurança do Trabalho do *campus* de Sobral possui uma proposta curricular em conformidade com as legislações nacionais do sistema educativo e institucionais e se propõe a promover um processo formativo com base nos princípios da integração com a ciência, a cultura e a tecnologia, da articulação entre teoria e prática no processo de ensino-aprendizagem, da contextualização e interdisciplinaridade das estratégias educacionais.

O curso está em funcionamento no *campus* de Sobral desde o semestre 2015.2, a partir da Resolução nº 06/2012 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação profissional técnica de nível médio. As alterações ao Projeto foram feitas pelos docentes do curso, e aprovadas pelo Colegiado, e contemplou as orientações contidas no Manual para Elaboração de Projetos Pedagógicos de Cursos

do IFCE, tendo por finalidade promover a contextualização e atualização permanente da proposta pedagógica do curso.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) é uma Instituição Tecnológica que tem como marco referencial de sua história a evolução contínua com crescentes indicadores de qualidade. A sua trajetória está alinhada com o processo histórico de desenvolvimento industrial e tecnológico da Região Nordeste e do Brasil.

Nossa história institucional inicia-se no século XX, quando o então Presidente Nilo Peçanha cria, mediante o Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, as Escolas de Aprendizes Artífices, com a inspiração orientada pelas escolas vocacionais francesas, destinadas a atender à formação profissional para os pobres e desvalidos da sorte. O incipiente processo de industrialização passa a ganhar maior impulso durante os anos 40, em decorrência do ambiente gerado pela Segunda Guerra Mundial, levando à transformação da Escola de Aprendizes Artífices em Liceu Industrial de Fortaleza, no ano de 1941 e, no ano seguinte, passa a ser chamada de Escola Industrial de Fortaleza, ofertando formação profissional diferenciada das artes e ofícios orientada para atender às profissões básicas do ambiente industrial e ao processo de modernização do País.

O crescente processo de industrialização, mantido por meio da importação de tecnologias orientadas para a substituição de produtos importados, gerou a necessidade de formar mão-de-obra técnica para operar esses novos sistemas industriais e para atender às necessidades governamentais de investimento em infraestrutura. No ambiente desenvolvimentista da década de 50, a Escola Industrial de Fortaleza, mediante a Lei Federal nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959, ganhou a personalidade jurídica de Autarquia Federal, passando a gozar de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didática e disciplinar, incorporando a missão de formar profissionais técnicos de nível médio.

Em 1965, passa a se chamar Escola Industrial Federal do Ceará e em 1968, recebe então a denominação de Escola Técnica Federal do Ceará, demarcando o início de uma trajetória de consolidação de sua imagem como instituição de educação profissional, com elevada qualidade, passando a ofertar cursos técnicos de nível

médio nas áreas de Edificações, Estradas, Eletrotécnica, Mecânica, Química Industrial, Telecomunicações e Turismo.

O contínuo avanço do processo de industrialização, com crescente complexidade tecnológica, orientada para a exportação, originou a demanda de evolução da rede de Escolas Técnicas Federais, já no final dos anos 70, para a criação de um novo modelo institucional, surgindo então os Centros Federais de Educação Tecnológica do Paraná, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Somente em 1994, a Escola Técnica Federal do Ceará é igualmente transformada junto com as demais Escolas Técnicas da Rede Federal em Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET), mediante a publicação da Lei Federal nº 8.948, de 08 de dezembro de 1994, a qual estabeleceu uma nova missão institucional com ampliação das possibilidades de atuação no ensino, na pesquisa e na extensão tecnológica. A implantação efetiva do CEFETCE somente ocorreu em 1999.

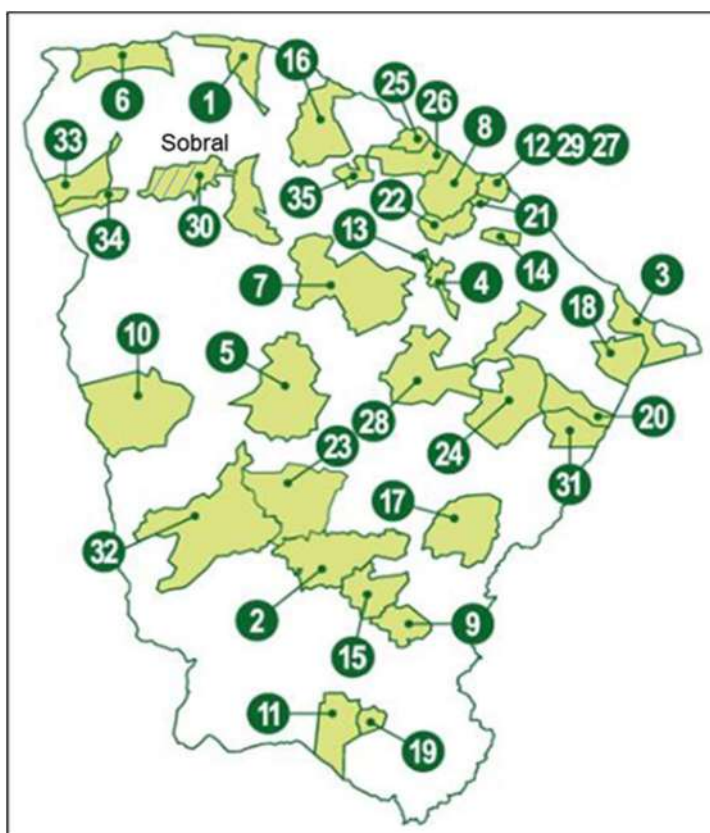
Com a intenção de reorganizar e ampliar a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica é decretada a Lei 11.892, de 20 de dezembro de 2008, que cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Os mesmos são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos, desde educação de jovens e adultos até doutorado. Dessa forma, o CEFETCE passa a ser Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará e seu conjunto de campi composto pela atual Unidade Sede e os campi Aldeota, Cedro, Juazeiro do Norte, Maracanaú, Sobral, Limoeiro do Norte e Quixadá, assim como também as Escolas Agrotécnicas Federais de Crato e Iguatu. Em franco processo de crescimento, conforme previsto no plano federal de expansão da educação profissional e tecnológica, hoje, o IFCE mantém 84 cursos técnicos e 63 cursos superiores, entre graduações tecnológicas, bacharelados e licenciaturas, além de 16 pós-graduações (11 especializações e 5 mestrados). O quadro de pessoal da instituição, conforme dados atualizados até o junho de 2018, ultrapassa 2.800 servidores.

Completando as ações voltadas à profissionalização no Ceará, foram implantados mais 50 Centros de Inclusão Digital (CIDs) e dois Núcleos de Informação Tecnológica (NITs), em parceria com o Governo do Estado, com o propósito de assegurar à população do interior o acesso ao mundo virtual.

O IFCE coordena também o programa de Educação à Distância no Estado, com 22 polos espalhados em municípios cearenses, ofertando, via rede, cursos técnicos, tecnológicos e de formação profissional para não docentes, respectivamente por meio dos projetos Universidade Aberta do Brasil (UAB), Escola Técnica Aberta do Brasil (E-TEC Brasil) e Programa de Formação Inicial em Serviço dos Profissionais da Educação Básica dos Sistemas de Ensino Público (pró-funcionário).

Atualmente são 35 campi em funcionamento: Acaraú, Acopiara, Aracati, Baturité, Boa Viagem, Camocim, Canindé, Caucaia, Cedro, Crateús, Crato, Fortaleza, Guaramiranga, Horizonte, Iguatu, Itapipoca, Jaguaribe, Jaguaruana, Juazeiro do Norte, Limoeiro do Norte, Maracanaú, Maranguape, Mombaça, Morada Nova, Paracuru, Pecém, Polo de Inovação de Fortaleza, Quixadá, Reitoria, Sobral, Tabuleiro do Norte, Tauá, Tianguá, Ubajara e Umirim. Os campi estão mostrados na Figura 1, localizados no mapa do estado do Ceará.

Figura 1: Localização dos 35 *Campi* do IFCE no mapa do Ceará com destaque do campus de Sobral



Fonte: Documentos Institucionais do IFCE.

O Campus Sobral está situado na Região Norte, especificamente no município de Sobral, distante cerca de 230 km da capital cearense. Possui área total de 43.267,50m², sendo 5.125,87m² de área construída, com infraestrutura dotada de: salas de aula, laboratórios, biblioteca, ginásio poliesportivo, estúdio musical, auditório, restaurante acadêmico, áreas de vivência e cantina. Possui também um setor de transporte que atualmente conta com 02 ônibus, 01 micro-ônibus, van e três carros.

No semestre de 2023.2, o campus conta com um total de 3.977 alunos, cujas situações de matrículas podem ser categorizadas como trancados, matriculados ativos, abandono, concludente e estagiário/concludente. A Tabela 1 apresenta o número de matrículas ativas e sua distribuição nos tipos de cursos do IFCE – campus de Sobral em 2023.1.

Tabela 1 - Número de Matrículas do IFCE - Campus Sobral

IFCE SOBRAL	GRADUAÇÃO		PÓS-GRADUAÇÃO		TÉCNICO
	Licenciaturas	Tecnologia	Especialização	Mestrado	Subsequente
Cursos	2	4	2	1	8
Ingressantes 2023.1	52	53	16	12	193
Matriculados	306	580	41	38	2413

Fonte: Coordenadoria de Controle Acadêmico IFCE Campus de Sobral em 30/08/2023.

Continuamente, o campus adéqua suas ofertas de ensino, pesquisa e extensão às necessidades locais. Atualmente oferta os cursos em técnicos em Agroindústria, Agropecuária, Eletrotécnica, Fruticultura, Mecânica, Meio Ambiente, Panificação e Segurança do Trabalho. Cursos superiores em Agronomia, Tecnologia em Alimentos, Irrigação e Drenagem, Mecatrônica Industrial, Saneamento Ambiental, Licenciatura em Física e Licenciatura em Matemática. Além dos cursos de pós-graduação lato e stricto sensu em Gestão Ambiental; Gestão da Qualidade e Segurança dos Alimentos e do Mestrado em Ensino de Física.

3. JUSTIFICATIVA

A partir da década de noventa, com a publicação da atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/96), a educação profissional em virtude das diversas mudanças nos seus direcionamentos filosóficos e pedagógicos, passa a ter um espaço delimitado na própria lei, configurando-se em uma modalidade da educação nacional. O governo federal, por meio da Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, constituindo-se numa autarquia educacional vinculada ao Ministério da Educação. A proposta dos institutos federais entende a educação como instrumento de transformação e de enriquecimento do conhecimento, capaz de modificar a vida social e atribuir maior sentido e alcance ao conjunto da experiência humana.

Cabe aos institutos possibilitar aos trabalhadores a formação continuada ao longo da vida, reconhecendo competências profissionais e saberes adquiridos informalmente em suas vivências, conjugando-os com aqueles presentes nos currículos formais. Convém destacar que essa nova institucionalidade fomenta a criação de outra representação, distanciada daquela construída por quase um século de existência, que trazia, por vezes, reações severas quanto a sua finalidade (BRASIL, 2010).

Mais recentemente, em 2008, as instituições federais de educação profissional, foram reestruturadas para se configurarem em uma rede nacional de instituições públicas de EPT, denominando-se de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Portanto, tem sido pauta da agenda de governo como uma política pública dentro de um amplo projeto de expansão e interiorização dessas instituições educativas. Nesse sentido, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) ampliou sua atuação em diferentes municípios do estado Ceará, com a oferta de cursos em diferentes áreas profissionais, conforme as necessidades locais.

No âmbito do estado do Ceará, a oferta do Curso Técnico Subsequente em Segurança do Trabalho, na modalidade presencial, busca atender à demanda de mão de obra qualificada para os diversos setores produtivos, contribuindo assim para o desenvolvimento de uma cultura preventiva de segurança e saúde no ambiente laboral.

A Segurança e Saúde do Trabalho caracterizam-se pela adoção de estratégias que levam os trabalhadores a desenvolver atitudes conscientes para o trabalho seguro

durante a realização de suas atribuições. Visa, ainda, implantar preceitos e valores de segurança, no esforço de integrá-los à qualidade do trabalho e do meio ambiente, ao processo produtivo e ao controle de custos das empresas. As várias formas de exploração do trabalhador, como se sabe, têm sido continuamente praticadas pelos empregadores desde antes da revolução industrial, em detrimento dos trabalhadores.

A questão acidentária laboral alcança contornos especiais face aos elevados índices de sua ocorrência. A conjugação de três fatores: absoluta e única priorização do incremento da produtividade por parte do empregador; o despreparo técnico e cultural da grande maioria dos empregados brasileiros e a falta de uma política social consistente e racional por parte do Governo, que privilegie a prevenção dos infortúnios laborais, têm sido o tripé que, ao longo dos anos, dá a incômoda posição de destaque no ranking mundial dos acidentes do trabalho.

De igual maneira, sabe-se que a ocorrência de tais acidentes, neles inclusos não só a modalidade típica, como também as manifestações de doenças profissionais e do trabalho, produzem consequências negativas para os três segmentos envolvidos na relação trabalhista: empregado, empregador e governo.

Os prejuízos podem ser traduzidos sob a ótica da empresa, do trabalhador e do governo. Para a empresa, perda de tempo útil na produção, danificação de máquinas e equipamentos, gastos com treinamento de substitutos de acidentados, etc. Para o trabalhador, redução salarial enquanto estiver percebendo benefício previdenciário, perda de membro ou órgão funcional, sofrimentos físico, mental e psicológico, desajuste familiar decorrente da perda do Chefe da Família ou sua invalidez, diminuição no orçamento familiar, etc. E para o Governo, despesas com atendimento médico-hospitalar, transporte de acidentados, remédios, reabilitação profissional, pagamento de benefícios previdenciários diversos: auxílio-doença, auxílio-acidente, aposentadoria por invalidez, pensão por morte, etc.

Em síntese, prevenir acidentes do trabalho é um imperativo legal, além de se constituir num dever social. A segurança no trabalho, diante desse cenário, constitui uma questão fundamental para garantir a saúde e a integridade física dos trabalhadores, bem como para garantir a sustentabilidade dos negócios das empresas. Por essa razão, é essencial que profissionais capacitados e especializados estejam disponíveis para garantir a segurança a saúde e o bem-estar no ambiente de trabalho.

O município de Sobral, localizado na região norte do estado, a 230 km da capital cearense, possui cerca de 200 mil habitantes e representa um importante polo industrial, abrigando indústrias dos setores calçadista, de alimentos e bebidas, construção civil, mineração, metalmecânica, entre outras. Desponta ainda como potencial para instalação de indústrias automotivas e montadoras de veículos. O município também apresenta forte atuação nos segmentos do comércio e prestação de serviços, contando com uma gama de pequenas e médias empresas, as quais geram considerável demanda para a absorção de profissionais e serviços prestados pelo Técnico de Segurança do Trabalho.

Destaca-se, portanto, o surgimento de uma demanda crescente de profissionais técnicos que reúnam perfis de competência alinhados com as necessidades de adequação às legislações e exigências de mercado na área de Saúde e Segurança do Trabalho. A formação do Técnico em Segurança do Trabalho de nível médio responde às exigências decorrentes das modernas formas de gestão, de novas técnicas e tecnologias e da globalização nas relações econômicas, o que vem transformando a sociedade e a organização do trabalho. Estas práticas exigem desses profissionais a atuação em equipes multidisciplinares, com criatividade e flexibilidade, atendendo a diferentes situações em diversos tipos de organização, permanentemente sintonizados com as transformações tecnológicas e socioculturais.

Nessa perspectiva, o IFCE – Campus Sobral propõe-se a oferecer o Curso Técnico de Nível Médio em Segurança do Trabalho, na forma Subsequente, por entender que contribuirá para a elevação da qualidade dos serviços prestados à sociedade, formando o Técnico em Segurança do Trabalho, através de um processo de apropriação e de produção de conhecimentos científicos e tecnológicos, capaz de impulsionar a formação humana e o desenvolvimento econômico da região, articulado aos processos de democratização e justiça social.

O Curso Técnico em Segurança do Trabalho do Campus de Sobral proporciona uma formação completa e especializada para os profissionais que desejam atuar nesta área, agregando uma visão ampla e atualizada sobre as tendências e inovações de mercado, possibilitando aos profissionais estarem preparados para lidar com as demandas relacionadas às questões de saúde e segurança ocupacional.

A formação abrange aspectos teóricos e práticos relacionados às legislações, normas e regulamentos de segurança; Identificação, avaliação e controle de riscos; Análise e investigação de acidentes e doenças ocupacionais; Segurança em

ambientes de trabalho; Prevenção e combate a incêndios; primeiros socorros, entre outros conteúdos formativos que prepararão o aluno para atuar com excelência como Técnico em Segurança do Trabalho.

4. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

4.1 NORMATIVAS NACIONAIS

- A **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996** estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;
- A **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**, que Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências;
- A **Portaria nº 397, de 09 de outubro de 2002** aprova a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO/2002), para uso em todo território nacional e autoriza a sua publicação;
- A **Resolução CNE/CEB nº 01/2004** estabelece Diretrizes Nacionais para a organização e a realização de Estágio de alunos da Educação Profissional e do Ensino Médio, inclusive nas modalidades de Educação Especial e de Educação de Jovens e Adultos;
- O **Parecer CNE/CEB nº 39/2004** que trata da aplicação do Decreto nº 5.154/2004 na Educação Profissional Técnica de nível médio e no Ensino Médio;
- O **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005** regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (Libras), e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000;
- As **Leis 10.639/03 e 11.645/2008**, que estabelecem a obrigatoriedade do ensino das temáticas de "História e Cultura Afro-Brasileira" e "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena";
- A **Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004** trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;

- O **Parecer CNE/CEB nº 14/2015** que trata das Diretrizes Operacionais para a implementação da história e das culturas dos povos indígenas na Educação Básica, em decorrência da Lei nº 11.645/2008.
- A **Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012**: Trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental;
- A **Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012** trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos Humanos;
- A **Resolução CNE/CEB nº 02, de 15 de dezembro de 2020** que aprova a quarta edição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos;
- A **Resolução nº 01, de 05 de janeiro de 2021** que define as diretrizes curriculares nacionais e gerais para a Educação Profissional e Tecnológica;

4.2 NORMATIVAS INSTITUCIONAIS

- A **Resolução nº 028/2014**, que Aprova o Manual do Estagiário do IFCE;
- A **Resolução nº 08/2017**, que é o regimento Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE);
- A **Resolução nº 047/2017** que aprova o Regulamento de Organização Didática – ROD do IFCE;
- A **Resolução nº 099/2017** que aprova o Manual para Elaboração de Projetos Pedagógicos de Cursos do IFCE;
- O **PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional do IFCE** e o **PPPI – Projeto Político Pedagógico Institucional do IFCE**.

5. OBJETIVOS DO CURSO

5.1 OBJETIVO GERAL

O curso Técnico em Segurança do Trabalho tem como objetivo formar profissionais com habilidades e competências técnicas para desempenhar atividades de prevenção a acidentes de trabalho, como forma de salvaguardar a integridade física e psicológica do trabalhador, capaz de atuar nos diversos segmentos do mundo do trabalho, desde instituições públicas e privadas a fabricantes e representantes de equipamentos de segurança, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida do trabalhador e do meio ambiente.

5.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Qualificar profissionais na aquisição das competências necessárias para o desenvolvimento eficiente e eficaz das habilidades inerentes ao Técnico em Segurança do Trabalho representa o cerne das ações previstas no âmbito desse curso, uma vez que se espera que seus egressos sejam capazes de:

Elaborar e implementar políticas de saúde no trabalho, identificando variáveis de controle com aplicação de ações educativas para prevenção e manutenção da qualidade de vida do trabalhador;

Desenvolver ações educativas na área de saúde e segurança do trabalho;

Investigar, analisar e recomendar medidas de prevenção e controle de acidentes;

Realizar estudo da relação entre ocupações dos espaços físicos com as condições necessárias;

Promover a saúde e proteger a integridade do trabalhador em seu local de atuação;

Analisar os métodos e os processos laborais;

Identificar fatores de risco de acidentes do trabalho, de doenças profissionais e de trabalho e de presença de agentes ambientais agressivos ao trabalhador;

Realizar procedimentos de orientação sobre medidas de eliminação e neutralização de riscos;

Elaborar procedimentos de acordo com a natureza da empresa;

Promover programas, eventos e capacitações de prevenção de riscos ambientais;

Divulgar normas e procedimentos de segurança e higiene ocupacional;

Indicar, solicitar e inspecionar equipamentos de proteção coletiva e individual contra incêndio;

Levantar e utilizar dados estatísticos de doenças e acidentes de trabalho para ajustes das ações preventivas;

Produzir relatórios referentes à segurança e à saúde do trabalhador.

6. FORMA DE INGRESSO

O acesso ao curso Técnico em Segurança do Trabalho do IFCE *campus* de Sobral ocorrerá das seguintes formas:

- Processo Seletivo aberto aos candidatos que tenham concluído o Ensino Médio, normatizado por edital;

- Como diplomado ou transferido, segundo determinações publicadas em edital;

- Matrícula especial, que deverá ser feita mediante requerimento protocolado e encaminhado à coordenação do curso por solicitante que seja diplomado no nível respectivo ou superior.

7. AREAS DE ATUAÇÃO

O Técnico em Segurança do Trabalho atua em ações preventivas, com o auxílio de métodos e técnicas de identificação, avaliação e controle de riscos ambientais, baseados na legislação específica e correlata aplicável, bem como em princípios de Higiene, Saúde e Segurança do Trabalho nos diversos segmentos do mercado, em instituições públicas ou privadas, tais como: Indústrias, Hospitais, Comércio, Construção civil, Mineração, Portos e aeroportos, Centrais de logística, Instituições de ensino, Fabricação e representação de equipamentos de segurança, Empresas e consultorias para capacitações em segurança do trabalho, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida do trabalhador e meio ambiente.

8. PERFIL DO FUTURO PROFISSIONAL

O Técnico em Segurança do Trabalho, imbuído de visão sistêmica do seu papel em relação ao meio ambiente, saúde e segurança na sociedade aplicará seus conhecimentos de forma independente e inovadora, acompanhando a evolução do setor. Ele **desenvolverá** ações educativas na área de Saúde e Segurança do Trabalho (SST). **Orientará** o uso de EPI e EPC. **Coletará** e **organizará** informações de saúde e de segurança no trabalho. **Avaliará** e **executará** diversos programas de prevenção em SST, inclusive Programas direcionados a gestão de Riscos Ambientais. **Investigará, analisará** acidentes e recomendará medidas de prevenção e controle.

Partindo do pressuposto que competência se refere ao domínio de linguagens, comportamentos e compreensão de fenômenos, que quando mobilizados adequadamente são fundamentais para a resolução de situações-problema, espera-se que ao concluir o curso os alunos dominem os conhecimentos circunscritos nas competências definidas na tabela 01.

Tabela 01 - Competências e Habilidades

COMPETÊNCIA	ELABORAR E PARTICIPAR DA ELABORAÇÃO DA POLÍTICA DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO				
Habilidades requeridas	Analisar tecnicamente as condições ambientais de trabalho.	Mostrar o impacto econômico de implantação da política.	Desenvolver sistema de gestão de SST.	Negociar a aplicabilidade da política.	Participar de reforma e elaboração de normas regulamentadoras.
	Planejar a política de saúde e segurança do trabalho.	Identificar a política administrativa da instituição.	Diagnosticar condições gerais da área de SST.	Comparar a situação atual com a legislação.	Avaliar e comparar os referenciais da política a ser implantada.
COMPETÊNCIA	IMPLANTAR A POLÍTICA DE SST				
Habilidades requeridas	Administrar dificuldades de implantação.	Coordenar equipes multidisciplinares.	Gerenciar aplicabilidade da política de SST.	Estabelecer programas, projetos e procedimentos de melhoria.	Elaborar e acompanhar programas preventivos e corretivos.
		Implantar procedimentos técnicos e administrativos.	Emitir ordem de serviço.		

COMPETÊNCIA	REALIZAR AUDITORIA, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO NA ÁREA DE SST				
Habilidades requeridas	Interpretar indicadores de eficiência e eficácia dos programas implantados.	Avaliar as atividades da organização versus os programas oficiais de SST e outros.	Identificar indicadores para replanejamento do sistema.	Verificar o nível de atendimento e perspectivas de avanço.	Avaliar o desempenho do sistema.
	Verificar implementação de ações preventivas e corretivas.	Validar indicadores de eficiência e eficácia.	Adequar a política de SST às disposições legais.	Adotar metodologia de pesquisas quantitativas e qualitativas.	Estabelecer mecanismos de intervenção.
COMPETÊNCIA	IDENTIFICAR VARIÁVEIS DE CONTROLE DE DOENÇAS, ACIDENTES, QUALIDADE DE VIDA E MEIO AMBIENTE				
Habilidades requeridas	Utilizar metodologia científica para avaliação.	Realizar inspeção.	Emitir parecer técnico.	Supervisionar procedimentos técnicos.	Avaliar procedimentos de atendimentos emergenciais.
	Emitir parecer técnico.	Emitir parecer técnico.			
COMPETÊNCIA	DESENVOLVER AÇÕES EDUCATIVAS NA ÁREA DE SST				
Habilidades requeridas.	Formar multiplicadores.	Implementar intercâmbio entre técnicos de Segurança do Trabalho.	Orientar órgãos públicos e comunidade para o atendimento de emergências ambientais.	-	-
COMPETÊNCIA	PARTICIPAR DE PERÍCIAS E FISCALIZAÇÕES				
Habilidades requeridas.	Elaborar laudos periciais.	Atuar como perito.	Interagir com os setores envolvidos.	Propor medidas e soluções.	Acompanhar processos nas diversas esferas judiciárias.
COMPETÊNCIA	INTEGRAR PROCESSOS DE NEGOCIAÇÃO				
Habilidades requeridas	Orientar as partes em SST.	Promover reuniões com as contratadas.	Exigir o cumprimento das cláusulas contratuais relativas à SST.	Assessorar nas negociações.	Elaborar cláusulas de SST para acordos e negociações coletivas.
	Utilizar o referencial legal.				
COMPETÊNCIA	PARTICIPAR DA ADOÇÃO DE TECNOLOGIAS E PROCESSOS DE TRABALHO				

Habilidades requeridas.	Analisar a aplicação de tecnologia.	Estabelecer procedimentos seguros e saudáveis.	Inspeccionar implantação.	Emitir parecer sobre equipamentos, máquinas e processos.	Estabelecer formas de controle dos riscos associados.
	Avaliar impacto da adoção.				
COMPETÊNCIA	GERENCIAR DOCUMENTAÇÃO DE SST				
	Elaborar manual do sistema de gestão de SST.	Elaborar normas de procedimentos técnicos e administrativos.	Produzir anexos de atualização.	Gerar relatórios de resultados.	Revisar documentação.
COMPETÊNCIA	INVESTIGAR ACIDENTES				
Habilidades requeridas	Selecionar metodologia para investigação de acidentes.	Verificar eficácia das recomendações	Propor recomendações técnicas.	Identificar perdas decorrentes do acidente.	Elaborar relatório de acidente de trabalho.
	Analisar causas de acidentes.	Determinar causas de acidentes.			
COMPETÊNCIA	DEMONSTRAR COMPETÊNCIAS PESSOAIS				
Habilidades requeridas	Administrar conflitos.	Tomar decisões.	Demonstrar atitude proativa.	Demonstrar visão sistêmica.	Demonstrar capacidade de comunicação.
	Demonstrar capacidade de discernimento.	Delegar atribuições.	Demonstrar capacidade de observação técnica.		

9. METODOLOGIA

O fazer pedagógico consiste no processo de construção e reconstrução da aprendizagem em que professores e alunos são protagonistas do conhecer e do aprender, pois em interação e colaboração buscam a ressignificação do conhecimento, partindo da reflexão, do debate e da crítica numa perspectiva criativa, interdisciplinar e contextualizada.

Dessa forma, é necessário entender que currículo vai muito além das atividades convencionais da sala de aula, pois é tudo que afeta direta ou indiretamente o

processo ensino-aprendizagem, portanto deve considerar atividades complementares tais como: iniciação científica e tecnológica, programas acadêmicos consistentes, programa de extensão, visitas técnicas, eventos científicos, além de atividades culturais, políticas e sociais, dentre outras desenvolvidas pelos alunos durante o curso.

A proposta metodológica do curso Técnico em Segurança do Trabalho prioriza a formação técnica e humanística, interdisciplinarmente, e valoriza os seguintes princípios pedagógicos:

- reconhecimento dos conhecimentos prévios dos discentes durante todo o processo de ensino; estímulo da autonomia dos discentes com necessidades específicas; respeito à cultura dos discentes, referente a seu pertencimento social, étnico-racial, de gênero, etário e religioso;
- valorização das relações interpessoais entre discentes, docentes e equipe pedagógica e os demais atores sociais da instituição e da comunidade;
- uso das tecnologias da informação e da comunicação (TICs) como ferramenta pedagógica (utilização de computadores com acesso à internet, smartphones, aplicativos educacionais, equipamentos de captura de áudio e imagem, sítios que potencializam o trabalho docente e a aprendizagem do estudante, entre outros);
- avaliação contínua do processo educativo;
- estímulo à pesquisa como princípio pedagógico;
- indissociabilidade entre teoria e prática no processo de ensino aprendizagem.

Por isso, o papel dos educadores é fundamental para consolidar um processo participativo em que o aluno possa desempenhar papel ativo de construtor do seu próprio conhecimento, o qual será auxiliado pelo professor, assim o professor, dentro e fora da sala de aula, a partir dos saberes e do contexto econômico, social e cultural dos seus discentes. O que pode ocorrer através do desenvolvimento de atividades integradoras como:

- Debates, reflexões e seminários
- Momentos de convivência e palestras;
- Trabalhos coletivos e simulações de situações reais;

- Estudo de casos e exibição de filmes, com vistas ao desenvolvimento do poder de análise do aluno, bem como de sua capacidade de contextualização, espírito crítico e aplicação prática dos conteúdos apresentados;
- Estudos dirigidos para facilitação da aprendizagem;
- Pesquisas e produção de artigos científicos que estimulem o aluno a ser mais que um reprodutor de conhecimentos, provocando seu espírito investigativo (iniciação científica);

Em um curso dessa especificidade, assim como as demais atividades de formação acadêmica, as aulas práticas e de laboratório são essenciais para que o aluno possa experimentar diferentes metodologias pedagógicas adequadas ao Ensino Técnico, uma vez que essas consolidam as teorias apresentadas, além de estimular a capacidade de observação do aluno. O contato do estudante com a prática deve ser planejado, considerando os diferentes níveis de profundidade e complexidade dos conteúdos envolvidos, o tipo de atividade, os objetivos, as competências e habilidades específicas.

Inicialmente, o discente deve ter contato com os procedimentos a serem utilizados na aula prática, realizada simultaneamente por toda a turma e acompanhada pelo professor. No decorrer do curso, o contato do aluno com a teoria e a prática deve ser aprofundado por meio de atividades que envolvem a criação, o projeto, a construção e análise, e os modelos a serem utilizados. O aluno também deverá ter contato com a análise experimental de modelos, através de iniciação científica.

Em um mundo cada vez mais tecnológico, as Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) são úteis no processo de ensino-aprendizagem, possibilitando o acesso à informação e pesquisa de maneira mais rápida, além de promover uma educação mais inclusiva e acessível. Dessa maneira, cabe ao professor ensinar o aluno a avaliar e gerir a informação a partir das TICs, atuando como organizadores do saber. O docente pode utilizar ferramentas que propiciem atividades interativas online, vídeos de plataformas digitais ou outros recursos que promovam o engajamento e a motivação do estudante.

Os conteúdos pertinentes às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012), às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012) e às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena (Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004) serão contemplados da seguinte forma: As temáticas de Direitos Humanos e Educação Ambiental serão abordados na disciplina de Gestão Ambiental; A temática de relações Étnico-Raciais, bem como História e Africana e Indígena serão abordadas nas disciplinas de Ética e Relações Humanas e Educação Física.

De forma complementar, o *campus* Sobral também conta com o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro e Indígena (NEABI) como suporte para viabilizar possibilidades de estudos curriculares e extra-curriculares. Este núcleo apoia a sistematização, a produção e a difusão de conhecimentos, fazeres e saberes que contribuam para a promoção da equidade racial e dos direitos humanos no *campus*, tendo como perspectiva a superação do racismo e outras formas de discriminações, além de ser responsável também pela ampliação e consolidação da cidadania e dos direitos das populações negras e indígenas no Brasil, no Ceará e, em particular, no Instituto Federal do Ceará e de acompanhar o desenvolvimento de projetos e ações vinculados à temática da educação para as relações étnico-raciais.

O *campus* Sobral também conta com o Núcleo de Acessibilidade às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE), que busca apoiar, orientar e articular junto ao grupo gestor ações inclusivas para que a instituição possa assegurar aos discentes o atendimento de acordo com os seguintes aspectos: (i) condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular com apoio de acordo com as necessidades individuais dos estudantes; e, (ii) o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem.

Para o atendimento aos discentes com necessidades educacionais específicas serão considerados os dispositivos legais da educação inclusiva, visando garantir igualdade de oportunidades educacionais, bem como o prosseguimento nos estudos de todas as pessoas, de forma que os estudantes tenham o acompanhamento da equipe multidisciplinar do *campus* Sobral e do NAPNE. O *campus* conta com uma

tradutores e intérpretes de Língua de Sinais que acompanham os alunos surdos em sala de aula, bem como nas visitas técnicas.

O curso contempla estratégias de apoio e acompanhamento aos discentes. Uma delas é o Programa de Monitoria do IFCE, como estratégia institucional para a melhoria do processo ensino-aprendizagem dos alunos do IFCE, além de contribuir para a permanência e êxito discente. Outra ação relevante é o atendimento aos estudantes que são realizados pelos professores e coordenação do curso fora da sala de aula, inclusive com parte da carga horária docente destinada para tal finalidade, conforme regula a Regulamentação das Atividades Docentes-RAD do IFCE.

O campus Sobral ainda oferta para apoio e orientação discente os serviços do setor de psicologia, pedagogia, enfermagem e assistência social. Somando-se a isso o serviço de nutrição, desenvolvido por meio do Restaurante Acadêmico.

Para formar profissionais com autonomia intelectual e moral tornando-os aptos para participar e criar, exercendo sua cidadania e contribuindo para o desenvolvimento tecnológico visando uma economia sustentável, cabe ao professor do curso Técnico em Segurança do Trabalho organizar situações didáticas para o aluno buscar através de estudo, individual e coletivo, soluções para os problemas que retratem a realidade profissional do Técnico no seu campo de trabalho. A articulação entre teoria e prática deve ser uma preocupação constante do professor, assim como, as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Dessa forma, a metodologia deverá propiciar condições para que o educando possa vivenciar e desenvolver suas competências: cognitiva (aprender a aprender); produtiva (aprender a fazer); relacional (aprender a conviver) e pessoal (aprender a ser).

10. ESTRUTURA CURRICULAR

10.1 Organização e Matriz Curricular

O curso Técnico de Nível Médio em Segurança do Trabalho está fundamentado nas determinações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, notadamente no que preceitua o **Decreto nº 5.154/2004** para a Educação Profissional e Tecnológica e nos seguintes dispositivos legais emitidos pelo Ministério da Educação: **Resolução CNE/CP nº 1** de 17 de junho de 2004, que institui as Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História

e Cultura Afro-Brasileira e Africana; **Resolução CNE/CP nº 2**, de 15 de junho de 2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental; **Resolução CNE/CEB nº 1/2004**, estabelece as Diretrizes Nacionais para a Organização e a Realização dos Estágios de Alunos da Educação Profissional de do Ensino Médio; **Resolução CNE/ CP nº 1** de 30 de maio de 2012, que trata das Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, a Resolução **CNE/CP Nº 1/2021** que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica. Ainda buscou-se atender às diretrizes definidas pela Pró-Reitoria de Ensino do IFCE. e ainda buscou-se atender às diretrizes definidas pela Pró-reitoria de Ensino do IFCE.

A matriz curricular foi elaborada a partir de estudos sobre a organização e dinâmica do setor produtivo, do agrupamento de atividades afins da economia e dos indicadores das tendências futuras dessas atividades a fins. O perfil profissional associado a essa matriz foi definido em consonância às demandas do setor, bem como aos procedimentos metodológicos que dão sustentação a construção do referido perfil.

Na organização curricular proposta, a abordagem dos conteúdos está voltada para as necessidades e especificidades da habilitação pretendida e as disciplinas têm carga horária compatível aos conhecimentos nela contidos.

A distribuição semestral das disciplinas, bem como sua sequência ideal é apresentada na tabela 02. O curso foi estruturado numa sequência lógica e contínua de apresentação das diversas áreas do conhecimento e ainda das suas interações no contexto da formação profissional Técnico em Segurança do Trabalho, tendo duração mínima de 2 anos, divididos em 4 semestres letivos o curso tem uma carga horária total de 1200 horas, desta carga horária 40 horas serão ministradas na disciplina de prática profissional.

Tabela 2 - Resumo das Disciplinas

Código	DISCIPLINAS	h/a	Créd.	Teoria	Prática	Pré-req
SEMESTRE I						
STST.001	Português Instrumental	40	2	40	-	-
STST.002	Informática Básica	40	2	20	20	-
STST.003	Estatística Aplicada	40	2	40	-	-
STST.004	Desenho Técnico	40	2	20	20	-
STST.005	Segurança do Trabalho	40	2	40	-	-
STST.006	Legislação e Normas Técnicas	80	4	80	-	-
STST.007	Ética e Relações Humanas	40	2	40	-	-
Total		320	16	280	40	-
SEMESTRE II						
STST.008	Gestão Ambiental	40	2	40	-	-
STST.009	Higiene Ocupacional	80	4	70	10	-
STST.010	Ergonomia	80	4	70	10	-
STST.011	Prevenção e Combate a Sinistros	80	4	60	20	-
STST.012	Segurança na Eletrotécnica	40	2	40	-	-
Total		320	16	280	40	-
SEMESTRE III						
STST.013	Segurança em Máquinas e Equipamentos	40	2	40	-	-
STST.014	Segurança na Indústria	40	2	40	-	-
STST.015	Segurança em Espaços Confinados e Trabalho em Altura	40	2	40	-	-
STST.016	Prática Profissional	40	2	10	30	-
STST.017	Prevenção e Controle de Risco	80	4	60	20	-
Total		240	120	190	50	-
SEMESTRE IV						
STST.018	Laudos Periciais	80	4	80	-	-
STST.019	Toxicologia	40	2	40	-	-
STST.020	Empreendedorismo	40	2	40	-	-
STST.021	Segurança Rural	40	2	40	-	-
STST.022	Medicina do Trabalho	40	2	30	10	-
STST.023	Segurança na Construção Civil	80	4	80	-	-
Total		320	16	310	10	-
-	Estágio Curricular (opcional)	200	10	40	160	-
-	Carga Horária Total do Curso	1200				-

Serão ofertadas, de forma optativa para o aluno, os componentes curriculares de Educação Física (40h/a), Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS (40h/a) e Educação Musical (40h/a). A seguir estão destacadas as disciplinas optativas que serão ofertadas:

DISCIPLINAS OPTATIVAS						
Cód.	DISCIPLINAS	h/a	Créd.	Teoria	Prática	Pré-requisitos
-	Educação Física	40	30	10	2	-
-	Libras	40	30	10	2	-
-	Educação Musical	40	30	10	2	-

11. FLUXOGRAMA

O fluxograma abaixo refere-se ao percurso acadêmico sugerido pela comissão responsável pela elaboração desse projeto pedagógico, com base no processo de alinhamento das matrizes curriculares, considerando a relação de interdependência e complementariedade entre os conteúdos das diversas disciplinas que integram o currículo proposto para a formação do Técnico em Segurança do Trabalho. Trata-se, portanto, de uma sugestão de percurso formativo, sem necessariamente representar um fluxo de requisitos para a mobilidade acadêmica do aluno ao longo de sua trajetória no curso.



12. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

O IFCE *campus* Sobral entende que a avaliação tem por finalidade acompanhar o desenvolvimento da aprendizagem do estudante nas várias dimensões. Constitui-se num processo intencional, sistematizado, orientado com os objetivos do curso e que deve ter um caráter diagnóstico, formativo, processual e contínuo, com a predominância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos. Essa concepção de avaliação está de acordo com o Regulamento da Organização Didática-ROD do IFCE.

O Projeto Político Institucional do IFCE – PPI (Resolução CONSUP Nº. 33, de 22 de junho de 2015) compreende que:

“Avaliar é o ato de acompanhar a construção do conhecimento do aluno, permitindo intervir, agir e corrigir os rumos do trabalho educativo. Isso significa levar o professor a observar mais criteriosamente seus alunos, a buscar formas de gerir a aprendizagem, visando a construção de conhecimento pelo aluno, colocando assim, a avaliação a serviço do discente e não da classificação. Dessa forma, é importante refletir a avaliação nas dimensões técnica (o que, quando e como avaliar) e ética (por que, para que, quem se beneficia, que uso se faz da avaliação), de forma complementar e sempre presente no processo avaliativo”

Ao considerar a perspectiva do desenvolvimento de competências, faz-se necessário avaliar se a metodologia de trabalho adotada pelo corpo docente correspondeu a um processo de ensino ativo, que valorize a apreensão, o desenvolvimento e ampliação do conhecimento científico, tecnológico e humanista, contribuindo para que o aluno se torne um profissional atuante e um cidadão responsável. Isso implica redimensionar o conteúdo e a forma de avaliação, oportunizando momentos para que o estudante expresse sua compreensão, análise e julgamento de determinados problemas relacionados à prática profissional.

Requer, portanto, procedimentos metodológicos nos quais alunos e professores estejam igualmente envolvidos, que conheçam o processo implementado na instituição, os critérios de avaliação da aprendizagem e procedam à sua autoavaliação.

Cabe ao professor, portanto, observar as competências a serem desenvolvidas, participar do planejamento das atividades, como aulas e projetos desafiadores, e utilizar instrumentais avaliativos variados, de caráter individual ou coletivo.

A sistemática de avaliação estabelecida pelo ROD (Resolução CONSUP Nº 35, de 22 de junho de 2015) que o estudante deve ser informado pelo professor desde o início do semestre letivo sobre os critérios, instrumentos e valores da avaliação adotada por ele. No Art.94, cita a diversidade de instrumentos que podem constar no processo avaliativo:

“I. observação diária dos estudantes pelos professores, durante a aplicação de suas diversas atividades; II. exercícios; III. trabalhos individuais e/ou coletivos; IV. fichas de observações; V. relatórios; VI. autoavaliação; VII. provas escritas com ou sem consulta; VIII. provas práticas e provas orais; IX. seminários; X. projetos interdisciplinares; XI. resolução de exercícios; XII. planejamento e execução de experimentos ou projetos; XIII. relatórios referentes a trabalhos, experimentos ou visitas técnicas, XIV. realização de eventos ou atividades abertas à comunidade; XV. autoavaliação descritiva e outros instrumentos de avaliação considerando o seu caráter progressivo”

No mesmo documento, Art. 97 ao Art. 100, são definidas as etapas e critérios para os cursos técnicos com regime de créditos por disciplina, as quais são adotadas nesse curso. A periodicidade das avaliações será semestral, sendo distribuídas em duas etapas, devendo o docente aplicar no mínimo, duas avaliações em cada etapa. O registro da nota da primeira etapa denominada de N1 e da nota da segunda etapa denominada de N2 será efetivada no sistema acadêmico. A N1 terá peso 2 (dois) e a N2 terá peso 3 (três). O cálculo da Média Parcial (MP) de cada disciplina será feito pela seguinte equação.

$$MP = \frac{2 \times N1 + 3 \times N2}{5}$$

Será considerado aprovado no semestre letivo o aluno que obtiver a Média Parcial igual ou superior a 6,00 (seis) e que tenha obtido frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) do total de horas letivas. Nesse caso, não será necessário fazer a Avaliação Final (AF).

Caso o aluno não atinja a média mínima para aprovação, mas tenha obtido, no semestre, a nota maior ou igual a 3,0 (três) deverá fazer a Avaliação Final, que deverá ser aplicada no mínimo 3 (três) dias letivos após o registro do resultado da MP no sistema acadêmico.

A Avaliação Final poderá contemplar todo conteúdo ministrado no período letivo, sendo que o cálculo da Média Final (MF) será efetuado pela seguinte equação.

$$MF = \frac{MP + AF}{2}$$

Será considerado aprovado na disciplina o estudante que, após a realização da Avaliação Final obtiver Média Final (MF) igual ou maior que 5,0 (cinco).

13. PRÁTICAS PROFISSIONAIS SUPERVISIONADAS

A Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica, determina:

Art. 33. A prática profissional supervisionada, prevista na organização curricular do curso de Educação Profissional e Tecnológica, deve estar relacionada aos seus fundamentos técnicos, científicos e tecnológicos, orientada pelo trabalho como princípio educativo e pela pesquisa como princípio pedagógico, que possibilitam ao educando se preparar para enfrentar o desafio do desenvolvimento da aprendizagem permanente, integrando as cargas horárias mínimas de cada habilitação profissional técnica e tecnológica.

A Prática Profissional Supervisionada (PPS) no curso Técnico em Segurança no Trabalho **terá carga horária de 40 horas-aula e poderá ser realizada pelo estudante no Segundo semestre do curso**, constituindo-se de uma componente curricular obrigatória com carga horária de 40 Horas-aula, a qual foi planejada como um conjunto de atividades voltadas para a vivência técnica profissional, na área do curso, devendo ser devidamente planejada e acompanhada, de forma a viabilizar estratégias para a aprendizagem e a inserção dos estudantes na realidade do mundo do trabalho.

Para a disciplina de PPS, será indicado um professor ou mais, responsáveis pela supervisão/orientação do(s) aluno(s). Outros professores ou técnicos poderão acompanhar atividades específicas de qualquer aluno, quando solicitado. Essas atividades deverão obrigatoriamente ter relação com a natureza da área de formação profissional. Tais atividades envolverão a resolução de situações problema na área de saúde e segurança do trabalho, planejamento e execução, por parte dos alunos, de treinamentos voltados para os diversos temas da área, planejamento e realização de eventos voltados para a saúde e segurança ocupacional, tais como: Semanas Internas de Prevenção de Acidentes – SIPAT, eventos em alusão à redução de

acidentes de trabalho - Abril Verde, entre outros. Apresentação de projetos de intervenção e melhoria de ambientes de trabalho, a serem propostos pelos alunos sob orientação e supervisão dos professores, a partir de estudos de caso ou demandas de mercado da área de saúde e segurança ocupacional.

14. ESTÁGIO (OPCIONAL)

O estágio supervisionado oportuniza que o estudante possa vivenciar e consolidar as competências exigidas para seu exercício acadêmico profissional, buscando a maior diversidade possível dos campos de intervenção. **O estágio no Curso Técnico em Segurança no Trabalho é opcional**, concebido como uma prática educativa com carga horária somada à carga horária regular obrigatória.

O estágio não obrigatório deverá ser de no mínimo 200 horas, podendo ser adquiridas em uma ou mais experiências no âmbito da área de atuação do curso proposto. Além disso, **a referida atividade profissional deverá ser realizada, sempre, após o término do segundo semestre letivo.**

O estágio no IFCE, obrigatório ou opcional, é regido pela Resolução N° 028, de 08 de agosto de 2014 e pela legislação federal Lei N° 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes.

Entende-se que a experiência do estudante no decorrer do estágio contribui de maneira significativa para construção de um profissional mais consciente de seu papel nas relações sociais e no mundo do trabalho, desenvolvendo competências e habilidade de forma proativa.

O estágio traz implícito o benefício ao desempenho do estudante, pois permite uma maior identificação em sua área de atuação, além de contribuir de maneira significativa para a sua interação com profissionais atuantes no mercado, pois se espera destes profissionais, além da formação humana integral, agilidade, coletividade e capacidade de se reinventar e de inovar.

A jornada de atividade em estágio será definida em comum acordo entre a instituição de ensino, a parte concedente e o discente estagiário (ou seu representante legal), devendo o termo de compromisso ser compatível com as atividades escolares e não ultrapassar 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais.

As atividades em estágio supervisionado poderão ser realizadas em empresas (pessoas jurídicas de direito privado), órgãos da administração pública direta,

autárquica e fundacional de qualquer dos poderes da União, Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, escritórios de profissionais de nível superior devidamente registrados em seus respectivos conselhos de fiscalização profissional além dos laboratórios e oficinas da própria instituição. Neste último caso, cabe à coordenação do curso definir as normas, número de vagas de estágio em cada laboratório, professores orientadores e supervisores das atividades.

Para a realização do estágio, são necessárias: a contratação de seguro contra acidentes pessoais em favor do aluno, que pode se dar tanto pela parte concedente do estágio quanto pela instituição de ensino, o recebimento pelo aluno de bolsa ou outra forma de contraprestação que venha a ser acordada, bem como o auxílio-transporte, a designação de supervisor e orientador para acompanhamento e orientação das atividades executadas no estágio (atribuição da parte concedente e instituição de ensino respectivamente) além da observância das demais normas aplicáveis à atividade.

Ao encerrar o estágio supervisionado, o discente deverá apresentar um Relatório Final das atividades desenvolvidas bem como terá sua atuação avaliada por seu supervisor e professor orientador. O professor orientador deverá encaminhar para o setor responsável o parecer final de APROVADO ou NÃO APROVADO, após análise do relatório final de estágio.

15. CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTO E EXPERIENCIAS ANTERIORES

O corpo discente poderá solicitar em período previsto no calendário acadêmico vigente, o aproveitamento de disciplinas cursadas em outras instituições de ensino mediante análise da compatibilidade de conteúdo e de carga horária (no mínimo 75% do total estipulado para disciplina), além da validação dos conhecimentos adquiridos em estudos regulares e/ou em experiência profissional, mediante avaliação teórica e/ou prática feita por uma banca instituída pelo coordenador do curso, composta – no mínimo – de dois professores, de acordo com o que estabelece Regulamento da Organização Didática – ROD do IFCE.

16. EMISSÃO DE DIPLOMA

Ao estudante que concluir com êxito todas as etapas de estudos previstas na matriz do curso, a prática profissional na forma de disciplina e obtiver média parcial superior a seis (6,0) ou média final igual ou superior a cinco (5,0) em cada componente curricular, será conferido o diploma de nível Técnico em Segurança no Trabalho, com validade nacional.

17. AVALIAÇÃO DO PROJETO DO CURSO

O processo de autoavaliação do curso tem como referencial o processo de autoavaliação do Instituto Federal do Ceará, cujo marco inicial foi o ano de 2004, por instrução da portaria 228/GDG, de 21 de junho de 2004, onde tiveram início as atividades da primeira CPA – Comissão Própria de Avaliação.

A Comissão Própria de Avaliação – CPA está prevista no Art.11 da Lei nº.10.861, de 14 de abril de 2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES – e regulamentada pela Portaria nº. 2.051, do Ministério da Educação – MEC, de 09 de julho de 2004. Essa comissão é, na forma da lei, um órgão colegiado, de natureza deliberativa e normativa, cuja atribuição precípua é de proceder à avaliação institucional nos aspectos acadêmicos e administrativos.

O IFCE – Campus Sobral, por meio da Diretoria de Ensino, instituirá junto ao colegiado do Curso Técnico em Segurança do Trabalho um processo sistemático e contínuo de avaliação do curso. O objetivo principal é gerar autoconhecimento com vista à melhoria contínua do currículo do curso e, por conseguinte do desempenho acadêmico dos estudantes. O processo de avaliação irá se consolidar durante as reuniões mensais de curso e, também, em articulação com as ações de acompanhamento pedagógico de vários segmentos da instituição. Estarão envolvidos profissionais ligados à coordenadoria técnico-pedagógica, à coordenadoria de assistência estudantil, à coordenadoria acadêmica, dentre outras.

Vale ressaltar o papel consultivo e deliberativo que terá o colegiado do Curso Técnico em Segurança do Trabalho. No âmbito consultivo, o colegiado tomará por base as informações recebidas do docente, discente e DIREN, assim como poderá, quando oportuno, solicitar os estudos que se fizerem necessários para amparar as decisões a serem tomadas no âmbito deliberativo. Assim, a avaliação do PPC do curso será contínua, adotando-se o interstício de 2 anos para deliberação pelo

colegiado sobre a necessidade atualização do projeto pedagógico seja em sua completude ou em parte.

18. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS CONSTANTES DO PDI NO ÂMBITO DO CURSO

De acordo com o Plano de Metas (2019 – 2023) do IFCE Campus Sobral, as políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão constantes no PDI do Campus que trazem relação com o curso Técnico em Segurança no Trabalho podem ser destacadas na tabela 03:

Tabela 03 - Estratégia de Ensino

ÁREA ESTRATÉGICA DO ENSINO			
Tema Estratégico	Objetivo Estratégico	Indicador	Meta até 2023
Ampliação das matrículas em cursos técnicos e licenciaturas.	Atender aos percentuais previstos na Lei 11.892/2008	Taxa de matrículas em cursos técnicos	50% das matrículas totais
Ampliação do número de estudantes egressos com êxito.	Reduzir o número de estudantes retidos	Índice de reprovação em componentes curriculares críticos	Até 5% de reprovação
		Índice de retenção de alunos concludentes	Até 5% de retenção
		Taxa de Retenção	Até 10% de retenção
	Reduzir a evasão discente	Taxa de Evasão	Até 17% de evasão
	Preencher as vagas ofertadas	Taxa de ocupação das vagas ofertadas	Ocupação de 100% das vagas ofertadas
	Ampliar o número de vagas ofertadas	Taxa de variação das vagas ofertadas	10% de acréscimo de vagas em relação ao ano de 2018
Melhoria da qualidade de ensino	Melhorar os indicadores de qualidade de ensino	Relação Aluno-professor	20 alunos por docente
		Taxa de Conclusão. Cicl.	83% de conclusão

ÁREA ESTRATÉGICA DA EXTENSÃO			
Tema Estratégico	Tema Estratégico	Tema Estratégico	Tema Estratégico
Desenvolvimento Local e Regional.	Fortalecer as relações socioprodutivas e culturais nos contextos locais e regionais	Índice de participação de servidores na Extensão	40% de servidores envolvidos.
		Índice de participação de discentes na Extensão	10% de discentes envolvidos.
		Taxa de alcance dos programas, projetos e cursos de extensão	Mínimo de 30 pessoas atendidas por ação.

Empreendedorismo	Fortalecer as ações de fomento à cultura empreendedora no âmbito institucional	Índice de alunos envolvidos nos programas de empreendedorismo	20% de discentes envolvidos nos programas de empreendedorismo
------------------	--	---	---

O curso Técnico em Segurança no Trabalho atua em diversas atividades a fim de contribuir com os objetivos constantes no PDI do Campus Sobral. Com vistas a estimular a conclusão do curso, o eixo tem colaborado em eventos como a Semana do Estágio, evento realizado no Campus Sobral com o objetivo de orientar, incentivar e fortalecer a busca e a prática do estágio.

A Coordenação tem realizado semestralmente a promoção de encontros com os alunos recém ingressados no curso, a fim de promover o estímulo à permanência no curso, expondo as características do curso, benefícios, mercado de trabalho, entre outros assuntos.

Juntamente com as demais Coordenações do Eixo de Ambiente, Saúde e Segurança, o curso tem atuado na realização de eventos que tem como objetivo atrair novos alunos, além de engajar os alunos do curso no ambiente acadêmico e profissional.

Estas são algumas das práticas nas quais o curso Técnico de Segurança no Trabalho está envolvido, visando promover as políticas institucionais constantes no PDI do IFCE *Campus Sobral*.

19. APOIO AO DISCENTE

O apoio aos estudantes do curso Técnico em Segurança no trabalho é realizado de forma conjunta por vários setores do campus de Sobral, envolvendo a Coordenação do Curso, Coordenação Técnico-Pedagógica, Coordenadoria de Assuntos Estudantis, Coordenadoria de Controle Acadêmico, Biblioteca, NEABI, NAPNE, Setor de estágio, entre outros. A seguir, será detalhado, resumidamente, como ocorre:

Coordenação do Curso

A atuação da Coordenação do Curso junto aos estudantes é ampla e visa impactar positivamente na melhoria dos índices de retenção e evasão no curso, compreende ações como atendimento individualizado, acompanhar a vida acadêmica

do corpo discente, orientar alunos sobre situações e atividades relacionadas ao curso, promover estratégias para melhoria da aprendizagem, etc.

Coordenação Técnico-Pedagógica – CTP

A CTP do IFCE é o setor responsável pelo planejamento, acompanhamento e avaliação de ações pedagógicas desenvolvidas no campus com vistas à formulação e reformulação contínua de intervenções pedagógicas que favoreçam o alcance de resultados satisfatórios quanto ao processo ensino-aprendizagem. Cabe a essa Coordenadoria realizar atendimento individual e/ou em grupo aos estudantes e docentes, acompanhar estudantes que apresentam baixo desempenho acadêmico, mediar a relação professor-aluno e aluno-aluno, etc.

Coordenadoria de Assuntos Estudantis

A assistência estudantil do IFCE contribui para reduzir as desigualdades sociais, para a permanência e êxito dos estudantes, para formação e o exercício de cidadania visando à acessibilidade, à diversidade, ao pluralismo de ideias e à inclusão social. Está ancorada pelo Decreto Nº 7.234, de 19 de junho de 2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES e no Regulamento da Política de Assistência Estudantil do IFCE aprovado pela Resolução Nº 024-CONSUP/IFCE, de 22 de julho de 2015.

O campus Sobral dispõe dos seguintes serviços, vinculados à Coordenadoria de Assuntos Estudantis:

Serviço Social:

O Serviço Social é responsável por gerenciar a concessão dos auxílios estudantis. O Programa de Auxílios consiste em conceder aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica auxílios, em forma de pecúnia, com o objetivo de ampliar as condições de permanência, visando minimizar as desigualdades sociais. Entre os auxílios disponíveis, estão:

Auxílio Acadêmico – destinado a subsidiar despesas em eventos – tais como: inscrição, locomoção, alimentação e hospedagem – podendo ser concedido duas vezes ao ano para a participação do discente no processo de ensino e de aprendizagem em eventos científicos e/ou tecnológicos, de extensão, socioestudantis, fóruns, seminários e congressos;

Auxílio Didático-pedagógico – destinado a subsidiar a aquisição de material de uso individual e intransferível, indispensável à aprendizagem de determinada disciplina;

Auxílio Discentes Mães/Pais – destinado a subsidiar despesas de filhos(as) de até 6 (seis) anos de idade ou com deficiência, sob sua guarda, sendo permitida a concessão para 2 (dois) filhos, pelo período de 1 (um) ano;

Auxílio Moradia – destinado a subsidiar despesas com habitação para locação ou sublocação de imóveis para discentes, com referência familiar e residência domiciliar fora da sede do município, onde está instalado o campus, pelo período de 1 (um) ano;

Auxílio Óculos – destinado a estudantes com dificuldades para custear a aquisição de óculos ou de lentes corretivas de deficiências oculares;

Auxílio Transporte – destinado a subsidiar despesas no trajeto residência-campus-residência, nos dias letivos, pelo período de 1 (um) ano.

Serviço de Enfermagem:

Realiza ações de educação em saúde, realização de campanhas de vacinação em parceria com órgãos de saúde, atendimento ambulatorial, bem como presta primeiros socorros aos alunos.

Serviço Odontológico:

Realiza atendimento odontológico individual aos estudantes regularmente matriculados, mediante marcação prévia.

Serviço de Psicologia:

O serviço de psicologia apoia a promoção do processo educativo, valorizando a escuta psicológica. Entre as ações desenvolvidas estão: acolhimento, acompanhamento, avaliação psicológica; orientação de discentes.

Serviço de Nutrição:

O campus possui o Restaurante Acadêmico, que oferece serviços de alimentação adequada e saudável, com cardápios elaborados por nutricionistas. Além disso, parte do valor da refeição é subsidiada pelo Instituto Federal, favorecendo a política de permanência do estudante na instituição.

Coordenadoria de Controle Acadêmico

É responsável por questões operacionais do Sistema Q-Acadêmico, realizando processos de matrícula, trancamento, consulta de situação de matrícula, emissão de declarações, histórico escolar, gerenciamento da documentação dos discentes, etc. Todos os procedimentos são feitos de acordo com o Regulamento da Organização Didática.

Biblioteca

A biblioteca do campus possui acervo diversificado, serviços e infraestrutura para dar suporte ao ensino, pesquisa e extensão na instituição. Os principais serviços são: empréstimo domiciliar, renovação e reserva on-line, acesso livre à Internet e ambientes de estudo.

Núcleo de Acessibilidade às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas – NAPNE

O NAPNE tem o seu funcionamento regulado pela Resolução CONSUP/IFCE Nº 50, de 14 de dezembro de 2015, tendo como um dos seus objetivos promover condições necessárias para o ingresso, a permanência e o êxito educacional de discentes com necessidades educacionais específicas.

Núcleo De Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas do IFCE - NEABI

O NEABI do *campus* Sobral fundado em novembro de 2017, para cumprimento de seus objetivos instituídos no regimento interno mediante RESOLUÇÃO Nº 071, DE 31 DE JULHO DE 2017, anualmente promove ações e projetos de extensão como: edital de chamamento público para novos integrantes, evento alusivo à Data Magna do Ceará, promoção de edital para bolsa de extensão, encontros ordinários mensais, cursos e eventos de extensão, visitas técnicas e aulas de campo, produção e divulgação de conhecimento na temática antirracista, representação institucional em temas afins na cidade de Sobral e região.

Setor de Estágio

O setor realiza o controle da documentação, orienta os estudantes quanto ao estágio e faz a divulgação das ofertas de vagas de estágio das empresas/instituições. Atua em parceria com a Comissão de Estágio, composta por docentes de todos os eixos tecnológicos.

20. CORPO DOCENTE

Neste capítulo são apresentados os professores, as áreas e as disciplinas correlacionadas ao curso, bem como o quantitativo necessário para o desenvolvimento do curso. A Tabela 04 indica a quantidade de docentes para cada área e subárea, necessários para o desenvolvimento do Curso Técnico em Segurança do Trabalho do IFCE – *Campus* Sobral.

Tabela 04 – Corpo docente necessário para desenvolvimento do curso.

Área	Subárea	Quantidade de docentes
CIÊNCIAS DA COMPUTAÇÃO	Sistemas de Computação – Metodologia e Técnicas da Computação- Teoria da Computação	1
MATEMÁTICA	Matemática Básica	1
LETRAS	Língua Portuguesa	1
SEGURANÇA NO TRABALHO	Segurança no Trabalho	5
ADMINISTRAÇÃO	Administração de Empresas	1

Para que os alunos possam desenvolver todas as competências e habilidades necessárias para a atuação profissional, é importante que a equipe docente esteja em continuo processo de formação e atue de forma clara e objetiva, motivando os alunos ao longo do curso, além disso, os professores precisam manter boas relações com os alunos, promovendo um ambiente de aprendizagem acolhedor e favorável. A Tabela 05 e 06 resume os profissionais atuantes no curso Técnico em Segurança no Trabalho para as disciplinas básicas e Específicas.

Tabela 01 – Docentes Disciplinas Básicas

Disciplina	Docente	Titulação
Português Instrumental	Filipe Fontenele Oliveira	Mestre
Informática Básica	Antônio José Fernandes Andrade	Mestre
Estatística Aplicada	Adenilson Arcanjo de Moura Júnior	Mestre
Ética e Relações Humanas		
Empreendedorismo	Francisco Aleudiney Monte Cunha	Mestre

Tabela 02 – Docentes Disciplinas Específicas

Disciplina	Docente	Titulação
Gestão Ambiental	Maria Micheline Teixeira Lopes / Ana Lúcia Feitoza Freire Pereira	Mestre/Mestre
Higiene Ocupacional	Thomas Edson Lima Torres	Mestre
Segurança na Construção Civil	Cristiane Sousa Florêncio	Doutor(a)
Prevenção e Combate a Sinistros	Cristiane Sousa Florêncio	Doutor(a)
Segurança na Indústria	Paulo Ricardo Matos Sampaio	Especialista
Segurança na Eletrotécnica	Paulo Ricardo Matos Sampaio	Especialista
Medicina do Trabalho	Simone Amaro Costa	Especialista
Toxicologia	Simone Amaro Costa	Especialista
Prevenção e Controle de Risco	Thomas Edson Lima Torres	Mestre
Ergonomia	Maria Micheline Teixeira Lopes	Doutor(a)
Segurança Rural	Simone Amaro Costa	Especialista
Prática Profissional	Professores Orientadores/Supervisores	Esp./Mestres/ Doutores
Laudos Periciais	Thomas Edson Lima Torres	Mestre
Segurança em Espaços Confinados e Trabalho em Altura	Maria Micheline Teixeira Lopes	Doutor(a)

21. CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

A seguir é apresentado na tabela 07, o corpo técnico-administrativo diretamente relacionado ao Curso Técnico em Segurança no Trabalho do IFCE – *Campus Sobral*.

Tabela 03- Corpo Técnico-administrativo do Campus (atual)

Técnico Administrativo	Titulação	Cargo	Setor
Aarão Carlos Luz Macambira	Bacharel	Bibliotecário	Biblioteca
Caroline De Oliveira Bueno	Mestre	Assistente Social	Assistência Estudantil
Eduardo Gomes Da Frota	Doutor	Odontólogo	Assistência Estudantil
Emmanuel Kant Da Silveira E Alves	Técnico	Técnico Em Audiovisual	Comunicação Social e Eventos
Everangela Gomes Martins	Bacharel	Técnica em Eventos	Comunicação Social e Eventos
Guiomar Muniz Ribeiro	Mestre	Auxiliar Em Administração	CCA
Joab Costa Rodrigues Lima	Mestre	Técnico Em Tecnologia Da Informação	Tecnologia Da Informação
Jonas Araújo Nascimento	Mestre	Programador Visual	Comunicação Social E Eventos
Ana Cléa Gomes de Sousa	Doutora	Pedagoga	CTP
Patrícia Larisse Alves de Sousa	Mestre	Pedagoga	CTP
Juliano Matos Palheta	Especialista	Psicólogo	Assistência Estudantil
Rochiane Dos Anjos	Licenciatura	Tradutora e Intérprete de Língua de Sinais	NAPNE
Tatiana Ximenes De Freitas	Especialista	Bibliotecária	Biblioteca
Tiago De Oliveira Braga	Bacharel	Jornalista	Comunicação Social e Eventos

22. INFRAESTRUTURA

O curso Técnico em Segurança no Trabalho do IFCE – Campus Sobral funcionará nas dependências da instituição que tem área aproximada de cinco hectares, distribuídos em:

Ambientes de Ensino com 33 salas de aulas, 31 gabinetes de professores, 35 laboratórios e 1 biblioteca;

Ambientes Esportivos com um Ginásio Poliesportivo Professor Vicente de Paulo Miranda Leitão;

Ambientes Administrativos com 22 salas de departamento, 1 almoxarifado, 1 gabinete de diretor, 5 salas de coordenação, 1 portaria, 1 recepção geral e 1 sala de serviços gerais;

Ambientes de Apoio com 4 alojamentos, 2 salas de apoio aos terceirizados, 2 áreas de locação, 1 auditório, 1 auditório musical, 23 banheiros para alunos, 8 banheiros para servidores, 8 banheiros para deficientes físicos, 4 bicicletários, 1 cantina, 4 depósitos, 1 enfermaria, 6 estacionamentos, 1 gabinete médico, 1 gabinete odontológico, 3 garagens de veículos oficiais, 1 oficina para manutenção, 1 reprografia, 1 restaurante e 2 salas de videoconferência;

Ambientes de Convivência com 3 pátios, 1 salão de jogos e 1 videoteca.

Vale ressaltar também que o campus contempla acessibilidade com 8 banheiros adequados a pessoas com necessidades especiais, 2 elevadores verticais, 8 vagas de estacionamento exclusivo para pessoas com necessidades especiais, 16 rampas de acesso e 33 salas adequadas à pessoas com necessidades especiais, além do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI) e Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE). Com tudo isso, o IFCE – Campus Sobral atende em torno de 2000 alunos.

21.1 BIBLIOTECA

Um ambiente de ensino importante é a biblioteca do campus, Biblioteca Monsenhor José Gerardo Ferreira Gomes, que funciona todos os dias letivos das 8:00h às 21:00h. O setor dispõe de quatro servidores, sendo dois bibliotecários e dois auxiliares de biblioteca pertencentes ao quadro funcional do IFCE – Campus Sobral, e mais dois colaboradores terceirizados.

Para os usuários com vínculo e devidamente cadastrados na biblioteca são concedidos empréstimos de livros. Através da internet, o sistema SOPHIA permite fazer consultas, empréstimos, reservas e renovações de livros, conforme normas estabelecidas no seu regulamento interno. A biblioteca possui uma sala equipada com microcomputadores para possibilitar o acesso à internet pelos discentes, um salão para estudos coletivos para todos os usuários e também de uma sala de vídeo. Com

relação ao acervo, a biblioteca possui 2.364 títulos de livros com 11.915 exemplares, 197 títulos de monografia, 40 títulos de dissertação e teses.

22.1 LABORATÓRIOS BÁSICOS

O desenvolvimento de atividades práticas é essencial para o aprendizado do aluno, em qualquer fase de sua formação técnica. As aulas práticas em laboratórios consolidam o aprendizado do referencial teórico explanado em sala de aula, integrando teoria-prática, permitindo que o aluno execute e vivencie, de forma real, procedimentos e técnicas, levando-os a desenvolver efetivamente as habilidades e competências inerentes à sua formação profissional. Assim, o curso Técnico em Segurança do Trabalho conta com o apoio dos Laboratórios básicos (Informática), conforme Tabela 08 e específico (Laboratório de Segurança do Trabalho).

Tabela 04 - Laboratório de Informática

Quant.	Espaço Físico	Descrição
4	Laboratório de Informática	Equipado(s) com 20 máquinas com acesso à internet, softwares e projetor multimídia.

Fonte: Almoxarifado / IFCE – Campus Sobral.

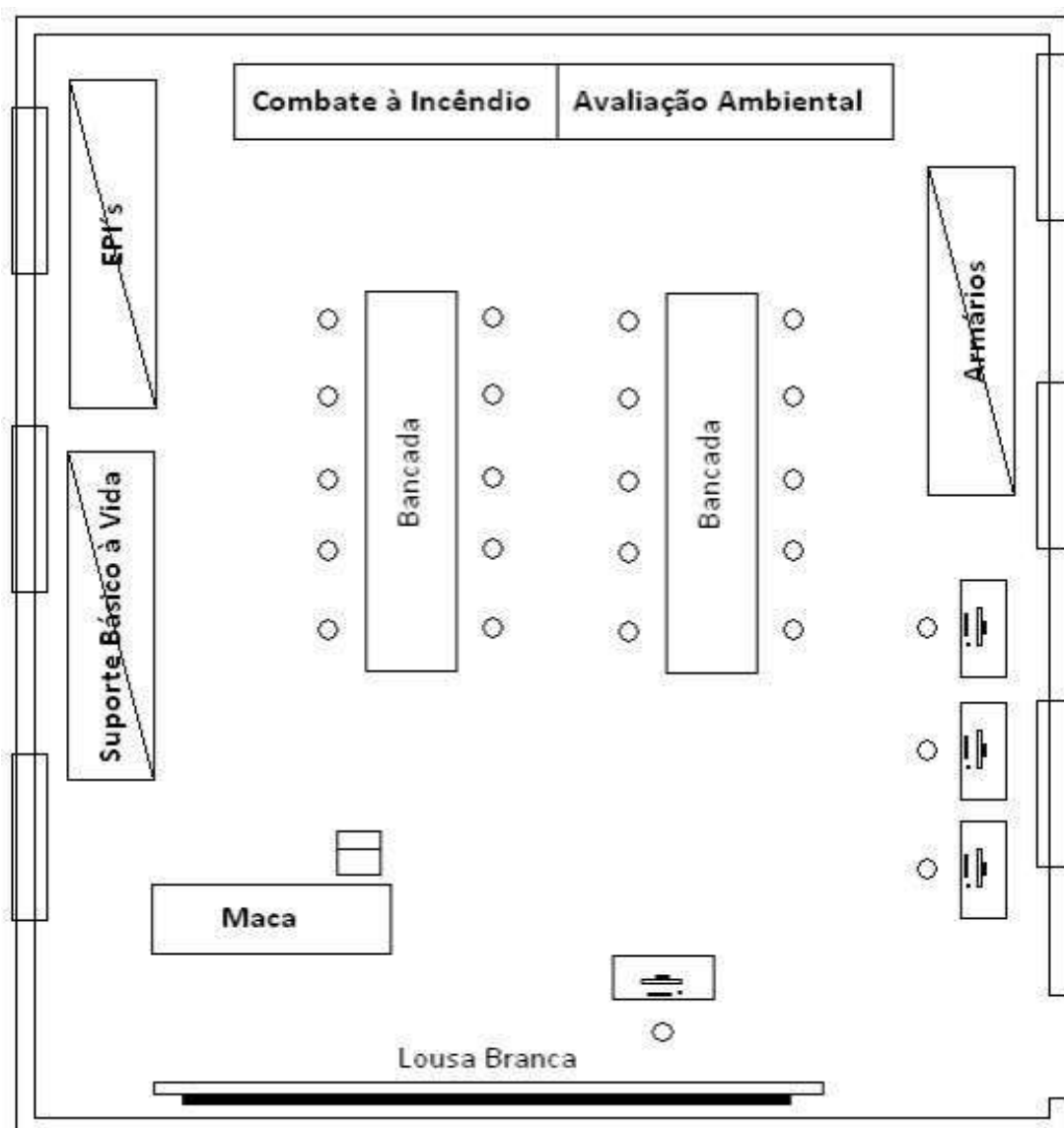
O Laboratório de Informática é de uso compartilhado da unidade escolar e, como tal, é utilizado pelos diversos cursos do campus.

22.2 LABORATÓRIOS ESPECÍFICOS À ÁREA DO CURSO

O Laboratório de Higiene e Segurança do Trabalho está instalado no Bloco Didático do Campus Sobral, em uma área de aproximadamente 58 m², com pé direito mínimo de 2,8 m, ambiente climatizado com piso antiderrapante e lavável, paredes em cor clara para melhor luminosidade do ambiente, possui iluminação artificial conforme a norma técnica NBR 5413 (iluminação para interiores) além de iluminação natural fornecida por persianas nas janelas, possui ainda bancadas em alvenaria, armários e mesas para a guarda e exposição de materiais e equipamentos relacionados ao curso. O espaço dá suporte na execução de atividades que visam

formar e aprimorar o aluno na sua prática profissional, proporcionando a autonomia de suas competências e desenvolvendo suas habilidades. O laboratório de Higiene e Segurança do Trabalho é o local onde o aluno consolida sua aprendizagem, conseguindo entender a teoria ao praticá-la. O espaço é utilizado para as aulas práticas de primeiros socorros, avaliações ambientais, ensaios e demonstração do uso equipamento de proteção individual (EPI) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC), além de aulas que envolvem técnicas de combate a incêndios e sinistros. Para turmas com número superior a 20 alunos é feita a divisão de alunos em equipes, considerando-se questões pedagógicas e de segurança, bem como a necessidade de manuseio dos diversos equipamentos pelos alunos. O Laboratório de Higiene e Segurança do Trabalho, quando totalmente equipado, deverá contemplar as áreas de:

- Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC's) para sinalização de segurança
- Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) - Básicos
- Suporte Básico à Vida.
- Avaliações Ambientais / Higiene Ocupacional
- Prevenção e Combate a Incêndios.



REFERÊNCIAS

IBGE. **Estimativas de População – Tabela 6579 – população residente estimada.** Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6579#resultado>. Acesso em: 25 out. 2020.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Estimativas da população para 1º de julho de 2008.** 29 de agosto de 2008. Página visitada em 04 de abril de 2015.

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará/ Pró-reitoria de Ensino. **Manual de elaboração de projetos pedagógicos dos cursos do Instituto Federal do Ceará:** Fortaleza, CE., 2017.

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará. **Plano de Desenvolvimento Institucional (2019-2023) / Instituto Federal do Ceará.** Fortaleza: 2018.

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará. **Projeto político-pedagógico institucional/ Instituto Federal do Ceará.** Fortaleza: 2018.

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará. **Regulamento da Organização Didática – ROD/ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará.** Fortaleza: 2015.

BRASIL. **Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.** Dispõe sobre o estágio de estudantes. Brasília/DF: 2008. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 02 de Julho de 2021.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências. Brasília/DF: 2008. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 02 de Julho de 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília/DF: 1996. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 02 de Julho de 2021.

BRASIL. **RESOLUÇÃO Nº 2, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2020**. Dispõe sobre aprovação da nova versão do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio. Brasília/DF: 2020. Disponível em: <<https://www.in.gov.br>>. Acesso em: 02 de Julho de 2021.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021** - Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 02 de Julho de 2021.

BRASIL. **Resolução nº 01, de 21 de janeiro de 2004**. Estabelece Diretrizes Nacionais para a organização e a realização de Estágio de alunos da Educação Profissional e do Ensino Médio, inclusive nas modalidades de Educação Especial e de Educação de Jovens e Adultos. Brasília/DF: 2004. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 02 de Julho de 2021.

BRASIL. **Resolução nº 04, de 05 de outubro de 1999**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. Brasília/DF: 1999. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 02 de Julho de 2021.

BRASIL. **Decreto No 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Brasília/DF: 2010. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 02 de Julho de 2021.

BRASIL. **Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004**. Regulamenta o § 2º do art.36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília/DF: 2004. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 02 de Julho de 2021.

BRASIL. **Parecer CNE/CEB No 39/2004**. Trata da adequação às normas do Decreto nº 5.154/2004 na Educação Profissional Técnica de Nível Médio e no Ensino Médio.

Brasília/DF: 2004. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 02 de Julho de 2021.

CNI. **Mapa do Trabalho Industrial.** Disponível em: <https://noticias.portaldaindustria.com.br/especiais/conheca-o-mapa-do-trabalho-industrial-nos-estados/#> . Acesso em: 27 out. 2020.

IFCE. **Resolução nº 08 de 30 de janeiro de 2017.** Regimento Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). Fortaleza/CE: 2017. Disponível em: <www.ifce.edu.br>. Acessado em 02 de Julho de 2021.

IFCE. **Resolução nº 028 de 08 de agosto de 2014.** Aprova o Manual do Estagiário do IFCE. Fortaleza/CE: 2014. Disponível em: <www.ifce.edu.br>. 02 de Julho de 2021.

SEDET-CE. **Programa Clusters Econômicos de Inovação.** Disponível em: <https://www.sedet.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/15/2020/05/Apresenta%C3%A7%C3%A3o-Projeto-Clusters-com-exemplos-v2-PDF.pdf> . Acesso em: 26 out. 2020.

SOUSA, Ana et al. **Estudo de Potencialidades da Região Metropolitana de Sobral.** 1. ed. Ceará: IFCE-Sobral, 2019.

ANEXOS DO PPC

ANEXO I – PLANO DE TRANSIÇÃO DE MATRIZ CURRICULAR



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
CAMPUS DE SOBRAL

PLANO DE TRANSIÇÃO DE MATRIZ CURRICULAR

Processo:	Análise nº:
Curso: Técnico em Segurança do Trabalho	
Semestre de Início da Transição Curricular: 2024.1	

CHECKLIST

Antes de elaborar o Plano de Transição Curricular, favor responder aos itens que se seguem com base na realidade do curso em processo de mudança de matriz:

1. Quantos estudantes estão vinculados à matriz curricular vigente?

296 discentes

2. Quantos e quais semestres foram ofertados na matriz curricular vigente até o momento?

Até 2023.2 foram ofertados 17 semestres (2015.2 a 2023.2)

3. Existe possibilidade de realizar equivalência entre a matriz curricular vigente e a nova matriz proposta?

☐ Sim ☒ Parcialmente ☐ Não

4. A alteração ocorrerá em componentes curriculares:

☐ ainda não ofertados ☒ ofertados e cursados

5. Em relação aos componentes ofertados e cursados, existe equivalência destes com os novos componentes curriculares?

☐ Sim ☒ Parcialmente ☐ Não

6. Caso a matriz seja “parcialmente equivalente” ou “não equivalente”, o *campus* ofertará mais de uma matriz?

☒ Sim ☐ Não

7. Caso a matriz curricular seja “parcialmente equivalente” ou “não equivalente” e o curso venha a ofertar apenas uma matriz, foi realizado, por meio da assinatura de termo de ciência, um acordo formal com os estudantes matriculados* em que estes aceitam migrar para a nova matriz? (exceto estudantes em situação de trancamento). NO CASO DE ALUNOS MENORES, OS PAIS OU RESPONSÁVEIS SÃO CHAMADOS PARA ESTA ASSINATURA.

☒ Sim ☐ Não

8. Caso a matriz seja parcialmente equivalente, quantos e quais componentes curriculares deverão ser cursados pelos estudantes, além dos já definidos na matriz vigente?

- Práticas Profissionais – 40 hs
- Segurança em Eletrotécnica – 40 hs
- Segurança em Espaços Confinados e Trabalho em Altura – 40 hs

TABELA DE EQUIVALÊNCIA DOS COMPONENTES CURRICULARES

Curso Técnico em Segurança do Trabalho NOVA MATRIZ PROPOSTA (a partir de 2024.1)				Curso Técnico em Segurança do Trabalho MATRIZ ATUAL			
DISCIPLINAS				DISCIPLINAS EQUIVALENTES			
Código	Nome	C.H.	Semestre	Código	Nome	C.H.	Semestre
STST.001	Português Instrumental	40	I	STST 001	Português	80	I
STST.002	Informática Básica	40	I	STST 002	Informática	40	I
STST.003	Estatística Aplicada	40	I	STST.003	Estatística Aplicada à Segurança do Trabalho	40	I
STST.005	Segurança do Trabalho	40	I	STST.004	Introdução à Higiene e Segurança do Trabalho	40	I
STST.004	Desenho Técnico	40	I	STST.005	Desenho Técnico	40	I
-	-	-	-	STST 006	Matemática	80	I
STST.006	Legislação e Normas Técnicas	80	I	STST.007	Legislação e Normas Técnicas em Segurança do Trabalho	80	II
STST.008	Gestão Ambiental	40	II	STST.008	Meio Ambiente e Qualidade de Vida	80	II
STST.009	Higiene Ocupacional	80	II	STST.009	Higiene Ocupacional	80	II
STST.011	Prevenção e Combate à Sinistros	80	II	STST.010	Prevenção e Combate à Incêndios	80	II
STST.019	Toxicologia	40	IV	STST.011	Toxicologia	40	III
STST.017	Prevenção e Controle de Risco	80	III	STST.012	Prevenção e Controle de Riscos	80	III
STST.022	Medicina do Trabalho	40	IV	STST.013	Primeiros Socorros e Doenças Ocupacionais	80	III
-	-	-	-	-	Sistema de Gestão em Saúde e Segurança no Trabalho	40	III
STST.012	Segurança em Eletrotécnica	40	II	STST.014	Segurança na Indústria I	80	III
STST.013	Segurança em Máquinas e Equipamentos	40	III				
STST.018	Laudos Periciais	80	IV	STST.015	Laudos Periciais	80	IV
STST.010	Ergonomia	80	II	STST.016	Ergonomia	80	IV
STST.014	Segurança na Indústria	40	III	STST.017	Segurança na Indústria II	80	IV
STST.015	Segurança em Espaços Confinados e Trabalho em Altura	40	III				
STST.021	Segurança Rural	40	IV				
STST.020	Empreendedorismo	40	IV	STST.018	Empreendedorismo	40	IV
STST.023	Segurança na Construção Civil	80	IV	STST.019	Segurança na Construção Civil	40	IV
STST.007	Ética e Relações Humanas	40	I	-	-	-	-
STST.016	Prática Profissional	40	III		-	-	-

RESUMO DO PROCESSO DE TRANSIÇÃO CURRICULAR:

Após o início da oferta da nova matriz do curso técnico subsequente em Segurança do Trabalho, a entrada de estudantes na matriz anterior do curso será cancelada. Os alunos matriculados na matriz vigente, antes de 2024.1, deverão migrar para a nova matriz, conforme acordado em assembleia realizada com a participação dos alunos, Coordenação do Curso e Direção de Ensino do *Campus*. Os estudantes deverão assinar o Termo de Ciência e Adesão à Nova Matriz Curricular (anexo III).

Para os casos específicos de alunos que optarem por não assinar o Termo de Ciência e Adesão à Nova Matriz Curricular, subentende-se que estes escolheram permanecer na matriz anterior. Nestes casos, a oferta de novas disciplinas da matriz anterior estará condicionada a dois fatores: existência de horários vagos na nova matriz, que permita o encaixe de disciplinas da matriz anterior; e a disponibilidade de docente com carga horária disponível para atender àquela disciplina. Assim, caberá à Coordenação e ao Colegiado do Curso, avaliar se será ou não possível ofertar disciplinas da matriz anterior no semestre vigente.

A partir do semestre 2024.1, quando a nova matriz for implementada, os alunos matriculados no Curso Técnico em Segurança do Trabalho na matriz vigente (antes da implementação da nova matriz) poderão solicitar aproveitamento das disciplinas já cursadas utilizando a matriz de transição que consta na tabela de equivalência deste PPC.

Os alunos que tiverem cursado até o primeiro semestre letivo completo, poderão aproveitar as disciplinas: Português, Informática, Estatística Aplicada à Segurança do Trabalho, Introdução à Higiene e Segurança do Trabalho e Desenho Técnico. **Deverão cursar** a disciplina *Legislação e Normas Técnicas* do primeiro semestre da nova matriz, bem como os demais semestres letivos que se seguem, SII, SIII e SIV, incluindo a disciplina obrigatória de Práticas Profissionais.

Os alunos que tiverem cursado até o segundo semestre letivo completo, poderão aproveitar todo o primeiro semestre letivo da nova matriz e o segundo semestre, e deverão cursar as disciplinas *Segurança em Eletrotécnica* e *Ergonomia* do segundo semestre da nova matriz, bem como os demais semestres letivos que se seguem, SIII e SIV, incluindo a disciplina obrigatória de Práticas Profissionais.

Os alunos que tiverem cursado até o terceiro semestre letivo completo, poderão aproveitar todo o primeiro semestre e o segundo semestre letivos da nova matriz. **Devendo cursar** as disciplinas *Segurança em Espaços Confinados e Trabalho em Altura* e *Segurança na Indústria* referentes ao terceiro semestre da nova matriz, bem como o último semestre letivo que se segue, SIV, incluindo a disciplina obrigatória de *Práticas Profissionais*.

Os alunos que tiverem cursado até o quarto semestre letivo completo, poderão aproveitar todo o primeiro semestre, o segundo semestre, terceiro e quarto semestres letivos da nova matriz. Devendo cursar a disciplina obrigatória de *Práticas Profissionais*, do terceiro semestre da nova matriz.

Após a entrada em vigor da nova matriz do Curso Técnico em Segurança do Trabalho, durante o período estabelecido semestralmente no calendário do IFCE *Campus* Sobral, o estudante poderá solicitar formalmente o aproveitamento de disciplina(s) já cursada(s) na matriz antiga. Sendo esse pedido avaliado pelo coordenador do curso e pelo(s) professor(es) da disciplina. Em caso de deferimento, o estudante será dispensado de cursar as disciplinas em questão.

Assinatura do(a) Coordenador(a) Técnico-Pedagógico(a)
do IFCE *Campus* Sobral

Assinatura do(a) Coordenador(a) do Curso Técnico em
Segurança do Trabalho do IFCE *Campus* Sobral

Assinatura do(a) Diretor(a) de Ensino
do IFCE *Campus* Sobral

**ANEXO II – TERMO DE CIÊNCIA E ADESÃO À NOVA MATRIZ
CURRICULAR**



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
CAMPUS DE SOBRAL**

TERMO DE CIÊNCIA E ADESÃO À NOVA MATRIZ CURRICULAR

Eu, _____, matrícula
número _____, venho requisitar a minha adesão à nova
matriz curricular do Curso de Técnico em Segurança no Trabalho, em vigor a partir do
semestre 2024.1.

Declaro que esta adesão está sendo realizada por livre e espontânea vontade
e que estou ciente das mudanças realizadas na nova matriz curricular. Declaro que
estou ciente de que precisarei cursar todos os componentes curriculares obrigatórios
da nova matriz que não puderam ser aproveitados da matriz antiga.

Sobral, _____ de _____ de 2024.

Assinatura

ANEXO III – PROGRAMAS DE UNIDADES DIDÁTICAS - PUDS

DEPARTAMENTO DE ENSINO COORDENAÇÃO DO CURSO TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO SUBSEQUENTE PROGRAMA DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

DISCIPLINA: PORTUGUÊS INSTRUMENTAL		
Código: STST.001		
Carga Horária Total: 40 h/a	CH Teórica: 40 h/a	CH Prática: 0 h/a
Número de Créditos: 2		
Pré-requisitos: NÃO EXISTE	Constitui pré-requisitos para: - NÃO	
Semestre: 1	Nível: Técnico	
EMENTA		
Norma linguística, abordagem crítica acerca de variedades linguísticas. Norma-padrão, enfocando a ortografia da língua portuguesa, concordância, aspectos morfosintáticos, semânticos e pragmático-discursivos da língua portuguesa. Leitura e análise de textos de diferentes gêneros e tipos textuais. Elementos de coesão e coerência textuais.		
OBJETIVO		
✓ Conhecer as competências da linguagem para, apropriando-se da língua, como instrumento social de comunicação, produzir textos com coesão, coerência e correção gramatical de material técnico, pertinente à área de segurança no trabalho. ✓ Compreender a língua portuguesa nas diversas situações comunicativas, tendo em vista as condições de produção e de recepção do texto, para expressar-se, informar-se, comunicar-se de forma efetiva e adequada entre os profissionais da área. ✓ Analisar e interpretar diferentes gêneros textuais relacionados à segurança no trabalho, normas técnicas, manuais e outros documentos utilizados na área.		
PROGRAMA		

1. Aspectos linguísticos

- 1.1 Norma linguística: abordagem crítica sobre variedades linguísticas;
- 1.2 Estudo e prática da norma-padrão;
- 1.3 Acordo Ortográfico;
- 1.4 Concordância e regência verbal e nominal;
- 1.5 Pontuação;
- 1.6 Crase;
- 1.7 Pronome de tratamento.

2. Aspectos textuais

- 2.1 Leitura e interpretação de textos técnicos: leitura e análise de textos de segurança no trabalho, normas técnicas, manuais e outros documentos utilizados na área;
- 2.2 Processo de comunicação efetiva: desenvolvimento das habilidades de comunicação oral e escrita em situações técnicas, utilizando a língua portuguesa de forma clara e objetiva;
- 2.3 Funções da linguagem;
- 2.4 Tipologia textual;
- 2.5 Elementos de construção do sentido: Formação do parágrafo, impessoalidade, coerência, adequação ao contexto comunicativo, informatividade; identificação e aplicação de elementos coesivos e estratégias de argumentação em textos técnicos.
- 2.6 Processo de produção: planejamento, escrita e revisão; elaboração de textos técnicos, relatórios, laudos, pareceres e outros documentos de segurança no trabalho, observando as normas e técnicas adequadas de redação.
- 2.7 Redação de documentos comerciais e oficiais: correio eletrônico, memorando, ofício, requerimento, declaração, ata, edital, currículo e carta de apresentação.
- 2.8 Produção textual técnica: elaboração de textos técnicos, relatórios, laudos, pareceres e outros documentos de segurança no trabalho, observando as normas e técnicas adequadas de redação.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas: As aulas devem apresentar os principais conceitos da disciplina, como a estrutura e organização de textos técnicos, aspectos gramaticais e estratégias

de argumentação. As aulas serão ilustradas com exemplos práticos relacionados à área de segurança no trabalho.

Estudo dirigido: os alunos serão orientados a realizar leituras prévias de textos técnicos relacionados à segurança no trabalho, para que possam discuti-los em aula, identificando as principais características e estratégias de redação. Os textos serão selecionados a partir de uma lista de referências bibliográficas indicadas pelo professor.

Atividades práticas: serão propostas atividades práticas, como a elaboração de relatórios, pareceres e laudos técnicos, para que os alunos possam aplicar os conceitos aprendidos em sala de aula. Essas atividades serão corrigidas em sala de aula, permitindo que os alunos possam discutir e aprimorar suas produções.

Discussão em grupo: serão realizadas discussões em grupo sobre textos técnicos e casos práticos relacionados à segurança no trabalho, estimulando o debate e a reflexão crítica sobre os temas abordados na disciplina.

RECURSOS

Quadro e pincel; Material didático adotado; Fotocópias; Recursos audiovisuais.

AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada de forma contínua, considerando o ROD – Regulamento de Organização Didática, a partir de critérios estabelecidos pelo docente. Ela pode abranger uma grande diversificação dos métodos, de modo a contemplar diferentes tipos de habilidades e conhecimentos. Podem ser utilizados como instrumento de avaliação:

- ✓ Presença e participação nas atividades propostas;
- ✓ Estudo dirigido;
- ✓ Prova escrita e/ou trabalho em grupo ou individual;
- ✓ Atividades práticas;
- ✓ Relatório de visita técnica;
- ✓ Projetos aplicáveis a disciplina;

Criação e apresentações também poderão ser avaliadas segundo critérios definidos pelo professor

e a elaboração de um projeto final ou relatório técnico na área de segurança do trabalho.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL, Presidência da República. Manual de Redação da Presidência da República. 3 ed. Brasília: Presidência da República, 2018. Disponível em: <www4.planalto.gov.br/centrodeestudos/assuntos/manual-de-redacao-da-presidencia-da-republica/manual-de-redacao.pdf>

MARTINS, Dileta Silveira; ZILBERKNOP, Lúbia Scliar. Português instrumental: de acordo com as atuais normas da ABNT. 28. ed. São Paulo: Atlas, 2009

ALVES, Roberta Hernandes. **Língua portuguesa**. Curitiba: Positivo, 2010. 320 p. (Projeto eco).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CEGALLA, Domingos Paschoal. **Novíssima gramática da língua portuguesa**. 48. ed. São Paulo: Nacional, 2010. 693 p.

FIORIN, José Luiz. **Para entender o texto**: leitura e redação. 17. ed. São Paulo: Ática, 2009. 431 p. (Ática universidade).

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. 671 p.

CEREJA, William Roberto. **Texto e interação**: uma proposta de produção textual a partir de gêneros e projetos. 3. ed. São Paulo: Atual, 2009. 400 p.

AMARAL, Emília. **Novas palavras**. 2. ed. São Paulo: FTD, 2005.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DISCIPLINA: INFORMÁTICA BÁSICA

Código: STST.002

Carga Horária Total: 40 h/a

CH Teórica: 10 h/a

CH Prática: 30

h/a

Número de Créditos: 2

Pré-requisitos: NÃO EXISTE

Constitui pré-requisitos para: - NÃO

Semestre: 1

Nível: Técnico

EMENTA

Histórico. Software: Sistema Operacional. Programas Aplicativos e Utilitários (editores

de texto, planilhas eletrônicas). Ferramentas de pesquisa e armazenamento. Segurança da informação. Internet e redes sociais. Noções Sobre Hardware.

OBJETIVO

- ✓ **Utilizar** softwares, aplicativos e utilitários que possam ser empregados como ferramentas de trabalho.
- ✓ **Utilizar** os recursos de sistemas operacionais para manipular arquivos e configurações básicas.
- ✓ **Manusear** aplicativos básicos, como processador de textos, planilha eletrônica e software para apresentação.
- ✓ **Explorar** os recursos da rede Internet.
- ✓ **Compreender** a informática como ferramenta auxiliar na profissão do Técnico em Segurança do Trabalho.

PROGRAMA

1. Histórico do desenvolvimento computacional.
2. Principais recursos do Sistema operacional:
 - 2.1 Conceitos básicos dos principais tipos de sistema operacional: monotarefa, multitarefa, multiprogramação;
 - 2.2 Sistema de arquivo;
 - 2.3 Conceitos básicos das principais funções do núcleo (kernel) do sistema operacional.
3. Editor de Texto:
 - 3.1 Conceitos básicos: Página, margens, parágrafos e linhas;
 - 3.2 Formatação de texto: Fonte, alinhamento e margens;
 - 3.3 Nomear, copiar, colar, mover textos e encerrar sessão;
 - 3.4 Cabeçalhos e rodapés;
 - 3.5 Controles de exibição;
 - 3.6 Corretor ortográfico e dicionário;
 - 3.7 Inserção de quebra de página;
 - 3.8 Recuos, tabulação, parágrafos, espaçamentos e margens;
 - 3.9 Listas, marcadores e numeradores;
 - 3.10 Modelos;
 - 3.11 Inserção de Imagens/Gráficos;

3.12 Tabelas.

4. Planilha Eletrônica:

4.1 Conceitos básicos: Pastas, planilhas, linhas, colunas, células;

4.2 Tipos de dados: Texto, valores, números, datas, hora, referências;

4.3 Operadores aritméticos;

4.4 Selecionar, copiar, mover e apagar células;

4.5 Formatação de células: Fonte, contornos, preenchimento, alinhamento, decimais;

4.6 Fórmulas e funções;

4.7 Gráficos;

4.8 Dados: Ordenação, Filtros, Subtotais.

5. Ferramentas de apresentação:

5.1 Visão geral do Software;

5.2 Como trabalhar com os modos de exibição de slides;

5.3 Fazendo uma apresentação: utilizando Listas, formatação de textos, inserção de desenhos, figuras, som, vídeo, inserção de gráficos, organogramas, estrutura de cores, segundo plano;

5.4 Como criar anotações de apresentação;

5.5 Utilizar transição de slides, efeitos e animação.

6. Ferramentas de pesquisa e armazenamento:

6.1 Reconhecimento dos recursos da computação em nuvem (editor de textos, planilha de cálculo, slides e questionários investigativos);

6.2 Compartilhar ou cancelar o compartilhamento de arquivos;

6.3 Legislação e o direito da informática (uso de imagens, sons e arquivos);

6.4 Gerenciar histórico de versões de arquivos.

7. Segurança da informação:

7.1 Noções básicas de segurança da informação, incluindo a utilização de senhas seguras,

7.2 Backup de dados,

7.3 Proteção contra vírus e malwares

7.4 Cuidados com a privacidade na Internet.

8. Internet e redes sociais:

8.1 Navegação na Internet,

8.2 Pesquisa e seleção de informações relevantes,

8.3 Utilização de ferramentas de comunicação, incluindo o uso de redes sociais, com ênfase nas boas práticas e segurança na Internet.

9.Noções Sobre Hardware.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas: Podem ser realizadas aulas expositivas para apresentar os principais conceitos da disciplina utilizando recursos visuais, como slides ou quadros, para ilustrar conceitos e ideias e manter o interesse dos alunos.

Laboratórios de informática: Podem ser utilizados para realizar atividades práticas, como a utilização de softwares de escritório, navegação na internet e programação básica.

Atividades práticas: Podem ser propostas atividades práticas, como a elaboração de documentos, planilhas e apresentações, e a criação de páginas na web para que os alunos possam aplicar os conceitos aprendidos em sala de aula.

Discussão em grupo: Podem ser realizadas discussões em grupo sobre temas relacionados à informática na área de segurança no trabalho, estimulando o debate e a reflexão crítica sobre os temas abordados na disciplina.

As aulas práticas serão realizadas por meio do no Laboratório de informática, sendo prevista a realização e participação obrigatória dos alunos às práticas que envolvam a utilização de computadores e softwares disponibilizados pela instituição.

RECURSOS

Quadro e pincel; Livro didático; Fotocópias; Recursos audiovisuais; Programas computacionais específicos; Laboratório de Informática; Materiais e equipamentos

AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada de forma contínua, considerando o ROD – Regulamento de Organização Didática, a partir de critérios estabelecidos pelo docente. Ela pode abranger uma grande diversificação dos métodos, de modo a contemplar diferentes

tipos de habilidades e conhecimentos. Podem ser utilizados como instrumento de avaliação:

- ✓ Presença e participação nas atividades propostas;
- ✓ Estudo dirigido;
- ✓ Prova escrita e/ou trabalho em grupo ou individual;
- ✓ Atividades práticas;
- ✓ Relatório de visita técnica;
- ✓ Projetos aplicáveis a disciplina;
- ✓ Criação e apresentações também poderão ser avaliadas segundo critérios definidos pelo professor.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

LAUREANO, Marcos Aurélio Pchek. **Sistemas operacionais**. Curitiba: Livro Técnico, 2010. 160 p.

SILVA, Mário Gomes da. **Informática**: terminologia básica: Windows XP, Word XP. 11. ed. São Paulo: Érica, 2009. 324 p.

COSTA, Edgard Alves. **BrOffice.org**: da teoria à prática. Rio de Janeiro: Brasport, 2007. 192 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

SCHIAVONI, Marilene. **Hardware**. Curitiba: Livro Técnico, 2010. 120 p.

CARVALHO, Marcílio Bergami de. **Instalação do linux**: parte 2. Viçosa, MG: CPT, 2009. 190 p. (Manutenção em equipamentos de informática).

SANTOS, Marcos Jerônimo dos. **Manutenção de notebooks**. Viçosa, MG: CPT, 2008. 218 p. (Manutenção em equipamentos de informática).

SANTOS, Marcos Jerônimo dos. **Manutenção de computadores**. Viçosa, MG: CPT, 2007. 204 p. (Manutenção em equipamentos de informática).

SANTOS, Marcos Jerônimo dos. **Montagem de computadores**. Viçosa, MG: CPT, 2007. 206 p. (Manutenção em equipamentos de informática).

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DISCIPLINA: ESTATÍSTICA APLICADA		
Código: STST.003		
Carga Horária Total: 40 h/a	CH Teórica: 40 h/a	CH Prática: 0 h/a
Número de Créditos: 2		
Pré-requisitos: NÃO EXISTE	Constitui pré-requisitos para: - NÃO	
Semestre: 1	Nível: Técnico	
EMENTA		
Introdução ao estudo da estatística; Variáveis e amostras; Descrição de amostras com tabelas e gráficos; Medidas de ordenamento e Posição; Medidas de Dispersão; Probabilidade.		
OBJETIVO		
✓ Compreender a evolução e aspectos históricos da Estatística reconhecendo a importância dessa área do conhecimento para o curso de Segurança do Trabalho. ✓ Reconhecer os conceitos fundamentais de Estatística ✓ Calcular e interpretar as principais medidas estatísticas. ✓ Organizar, apresentar e interpretar dados e gráficos estatísticos. ✓ Construir distribuição de frequências. ✓ Compreender os conceitos básicos de probabilidade.		
PROGRAMA		
1. Introdução ao Estudo da Estatística: 2. Conceitos e origem; 3. Definições fundamentais: (População e amostra; dados; seleção e tipos de amostra; Variáveis discretas e contínuas); 4. Fases da Estatística; 5. Arredondamento de dados; 6. Estatística Descritiva:		

7. Distribuições de Frequências:

7.1 Apresentação de dados (brutos e ROL);

7.2 Frequência de uma variável (absoluta e relativa - simples e acumulada);

7.3 Frequência de variáveis contínuas: (Intervalos de classes - Amplitude e ponto médio das classes).

8. Gráficos:

8.1 Histograma e Polígonos de Frequências;

8.2 Outros tipos de gráficos.

9. Medidas de Tendência Central:

9.1 Média Aritmética – definição e cálculo;

9.2 Mediana – definição, cálculo e gráfico;

9.3 Moda – definição, cálculo e gráfico.

10. Separatrizes:

10.1 Quartis;

10.2 Decis;

10.3 Percentis.

11. Medidas de dispersão:

11.1 Desvio Médio;

11.2 Variância e Desvio Padrão;

11.3 Coeficiente de variação;

11.4 Medidas de Assimetria e Curtoses.

12. Introdução a probabilidade.**METODOLOGIA DE ENSINO**

Aula expositiva: Apresentação dos conceitos básicos de estatística com a utilização de recursos visuais, como slides ou quadros.

Exercícios práticos: Resolução de exercícios em sala de aula e em casa para praticar os conceitos aprendidos na aula expositiva.

Análise de dados de acidentes de trabalho: Análise de dados reais de acidentes de trabalho para identificar padrões, tendências e fatores de risco.

Trabalho em grupo: Realização de projetos de análise de dados relacionados à Segurança no Trabalho.

Palestras convidadas: Convite a profissionais da área de Segurança no Trabalho para palestras sobre a importância da análise de dados e da estatística na prevenção de acidentes de trabalho.

RECURSOS

Quadro e pincel; Livro didático adotado; Fotocópias; Recursos audiovisuais.

AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada de forma contínua, considerando o ROD – Regulamento de Organização Didática, a partir de critérios estabelecidos pelo docente. Ela pode abranger uma grande diversificação dos métodos, de modo a contemplar diferentes tipos de habilidades e conhecimentos. Podem ser utilizados como instrumento de avaliação:

- ✓ Presença e participação nas atividades propostas;
- ✓ Estudo dirigido;
- ✓ Prova escrita e/ou trabalho em grupo ou individual;
- ✓ Atividades práticas;
- ✓ Relatório de visita técnica;
- ✓ Projetos aplicáveis a disciplina;
- ✓ Criação e apresentações também poderão ser avaliadas segundo critérios definidos pelo professor.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MARTINS, Gilberto de Andrade; DOMINGUES, Osmar. **Estatística geral e aplicada**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2019. 346 p.

FARHAT, C. A. V. Introdução a Estatística aplicada. Editora FTD. São Paulo, 1998.

MONTGOMERY, Douglas C. **Estatística aplicada à engenharia**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2004. 335 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Estatísticas aplicada e probabilidade para engenheiros. MONTGOMERY, Douglas C. Editora LTC. Rio de Janeiro 2003.

CRESPO, A. A. Estatística Fácil. São Paulo, SP: Editora Saraiva 2010.

BUSSAB, W. O.; MORETTIN, P. A. Estatística Básica. São Paulo, SP:Editora Saraiva, 2008.

BUNCHAFT, G.; KELLNER, S. R. O. Estatística Sem Mistério. Rio de Janeiro/RJ: Editora Vozes, 2010.

MUCELIM, C. A. Estatística, 1ª Edição, Editora livro técnico, 2012

Coordenador do Curso	Setor Pedagógico

DISCIPLINA: DESENHO TÉCNICO

Código: STST.004

Carga Horária Total: 40 h/a

CH Teórica: 20 h/a

CH Prática: 20 h/a

Número de Créditos: 2

Pré-requisitos: NÃO EXISTE

Constitui pré-requisitos para: Segurança na Construção Civil

Semestre: 01

Nível: Técnico

EMENTA

Materiais e instrumentos de desenho. Normas de Desenho Técnico. Escalas numéricas e gráficas. Dimensionamento e cotação de desenho. Linhas. Figuras geométricas. Vistas essenciais. Cortes e seções. Perspectivas. As etapas do desenho. Desenhos específicos. Representação de um projeto. Noções de AutoCAD.

OBJETIVO

- ✓ **Reconhecer** os instrumentos e as normas do desenho técnico em geral.
- ✓ **Aplicar** normas do desenho arquitetônico;
- ✓ **Interpretar** desenho em planta baixa, corte, fachada, mapa de risco, rede de hidrante e instalação de extintores de incêndio, saídas de emergência;
- ✓ **Conhecer** as ferramentas básicas do AutoCAD.

PROGRAMA

1. Normas de Desenho Técnico:

1.1 NBR 6492: norma de desenho técnico;

- 1.2 NBR 8403: tipos de linha;
- 1.3 NBR 10067: princípios gerais de representação em desenho técnico;
- 1.4 NBR 10068: dimensão de papel;
- 1.5 NBR 13531: elaboração de projetos de edificações.

2. Instrumentais:

- 2.1 Instrumentos e materiais de desenho;
- 2.2 Formatos padronizados de papéis;
- 2.3 Caligrafia Técnica;
- 2.4 Legenda.

3. Estruturação:

- 3.1 Construções geométricas fundamentais;
- 3.2 Noções de desenho descritivo;
- 3.3 Sistema de projeções ortogonais;
- 3.4 Vista ortográficas principais;
- 3.5 Escalas;
- 3.6 Cotagem;
- 3.7 Tipos de emprego de linhas e traçados;
- 3.8 Perspectiva isométrica e cavaleira;
- 3.9 Desenho de layout;
- 3.10 Vista: frontal, lateral e superior;
- 3.11 Cortes: total, parcial, em desvio.

4. Interpretação de projetos.

5. Noções de AutoCAD.

METODOLOGIA DE ENSINO

Podem ser utilizados como metodologia de ensino: aulas expositivas, com suporte nas aplicações de listas de exercícios; Exposição dialogada; Apresentação de Seminários; Estudo de caso; Exercícios práticos; Exibição de vídeos; Debates e discussões em grupo; Simulações de situações de risco e visitas técnicas.

As aulas práticas ocorrerão em sala de aula, com atividades práticas individuais ou em equipe. O docente também poderá fazer uso do laboratório de informática e softwares específicos, disponíveis na instituição.

RECURSOS

- ✓ Quadro branco ou lousa com marcadores e apagador;
- ✓ Projetor multimídia;
- ✓ Material didático pedagógico
- ✓ Cadernos e lápis;
- ✓ Simuladores virtuais;
- ✓ Laboratórios especializados;
- ✓ Fotocópias
- ✓ Materiais e equipamentos.

AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada de forma contínua, considerando o ROD – Regulamento de Organização Didática, a partir de critérios estabelecidos pelo docente. Ela pode abranger uma grande diversificação dos métodos, de modo a contemplar diferentes tipos de habilidades e conhecimentos. Podem ser utilizados como instrumento de avaliação:

- ✓ Presença e participação nas atividades propostas;
- ✓ Estudo dirigido;
- ✓ Prova escrita e/ou trabalho em grupo ou individual;
- ✓ Atividades práticas;
- ✓ Relatório de visita técnica;
- ✓ Projetos aplicáveis a disciplina;
- ✓ Criação e apresentações também poderão ser avaliadas segundo critérios definidos pelo professor.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

STRAUHS, Faimara do Rocio. **Desenho técnico**. Curitiba: Base Editorial, 2010. 112 p.

MICELI, Maria Teresa. **Desenho técnico básico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Livro Técnico, 2004.

SILVA, Eurico de Oliveira e. **Desenho técnico fundamental**. São Paulo: E.P.U, 2009. 130 p. (Desenho técnico).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

RODRIGUES, Alessandro Roger *et al.* **Desenho técnico mecânico**: projeto e fabricação no desenvolvimento de produtos industriais. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015. 473 p.

PACHECO, Beatriz de Almeida; Souza-Concilio, Ilana de Almeida; Pessoa Filho, Joaquim. **Desenho técnico**. InterSaberes. Livro. (230 p.) Disponível em: <https://middleware-bv.am4.com.br/SSO/ifce/9788559725131>. Acesso em: 08/05/22.

ORGANIZADOR AILTON SANTOS SILVA. **Desenho técnico**. Pearson. Livro. (136 p.). ISBN 9788543010977. Disponível em: <https://middleware-bv.am4.com.br/SSO/ifce/9788543010977>. Acesso em: 08/05/22.

NEIZEL, Ernst. **Desenho técnico para a construção civil**. São Paulo: EPU, 1974. 68 p. (Desenho técnico).

SPECK, Henderson José. **Manual básico de desenho técnico**. 5. ed. Florianópolis: UFSC, 2009. 203 p.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DISCIPLINA: SEGURANÇA DO TRABALHO

Código: STST.005

Carga Horária Total: 40 h/a

CH Teórica: 40 h/a

CH Prática: 0 h/a

Número de Créditos: 2

Pré-requisitos: NÃO EXISTE

Constitui pré-requisitos para: - NÃO

Semestre: 1

Nível: Técnico

EMENTA

Histórico da legislação de Segurança do Trabalho no Brasil e no Mundo. Conscientização dos atos na indústria. Principais conceitos e generalidades das Convenções da OIT. Termos utilizados na indústria: momento agulha/ momento linha/ imprudência, imperícia e negligência/ permissão para o trabalho. Higiene e aparência pessoal. Normas de convivência. Programas de segurança do trabalho. Funções do Técnico em Segurança no Trabalho.

OBJETIVO

- ✓ **Conhecer** o histórico da legislação de Segurança do Trabalho no Brasil e no Mundo.
- ✓ **Utilizar** os principais conceitos em Higiene do Trabalho, e sua contribuição na análise dos riscos ambientais, compreendendo as medidas de prevenção e controle destes agentes.
- ✓ **Entender** a hierarquia das legislações em Segurança no Trabalho.
- ✓ **Compreender** os principais programas existentes no ambiente empresarial.

PROGRAMA

- 1.Portaria 3.275 de 21/09/1989 - Dispõe sobre as atividades do Técnico de Segurança no Trabalho.
- 2.Histórico da legislação de Segurança do Trabalho no Brasil e no Mundo.
- 3.Noções básicas em Segurança no Trabalho:
 - 3.1.Conscientização dos atos na indústria;
 - 3.2.Normas de convivência;
 - 3.3.Higiene pessoal;
 - 3.4.Aparência Pessoal.
- 4.Termos utilizados na indústria:
 - 4.1.Momento agulha/ Momento linha.;
 - 4.2.Perigo e risco;
 - 4.3.Imprudência, imperícia e negligência;
 - 4.4.Outros termos utilizados.

5. Convenções da OIT:

5.1. Convenções fundamentais;

5.2. Definições: Ratificação, Denúncia, vigência;

5.3. Outras definições.

6. Programas de segurança do trabalho.

7. Breve apresentação de todas as Normas Regulamentadoras;

METODOLOGIA DE ENSINO

Poderão ser utilizadas aulas expositivas, com suporte nas aplicações de listas de exercícios; Exposição dialogada; Apresentação de Seminários; Estudo de caso; Exercícios práticos; Exibição de vídeos; Debates e discussões em grupo; Simulações de situações de risco e visitas técnicas.

RECURSOS

- ✓ Quadro branco ou lousa com marcadores e apagador;
- ✓ Projetor multimídia;
- ✓ Material didático pedagógico
- ✓ Cadernos e lápis;
- ✓ Simuladores virtuais;
- ✓ Laboratórios especializados;
- ✓ Fotocópias
- ✓ Materiais e equipamentos.

AValiação

A avaliação será realizada de forma contínua, considerando o ROD – Regulamento de Organização Didática, a partir de critérios estabelecidos pelo docente. Ela pode abranger uma grande diversificação dos métodos, de modo a contemplar diferentes tipos de habilidades e conhecimentos. Podem ser utilizados como instrumento de avaliação:

- ✓ Presença e participação nas atividades propostas;
- ✓ Estudo dirigido;
- ✓ Prova escrita e/ou trabalho em grupo ou individual;
- ✓ Atividades práticas;
- ✓ Relatório de visita técnica;

- ✓ Projetos aplicáveis a disciplina;
- ✓ Criação e apresentações também poderão ser avaliadas segundo critérios definidos pelo professor.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MORAES, G., Legislação de Segurança e Saúde no Trabalho, Editora: GVC, 10ª Edição - Volume 1, 2013.

AIRES, D. O., José Aldo Peixoto Corrêa, Manual de prevenção de acidentes do trabalho: Aspectos técnicos e legais, Editoras Atlas, - 2ª Edição, 2011.

NUNES, F. O. Segurança e Saúde no Trabalho: Esquematizada Para Concursos -, editora métodos, 1ª edição, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CARDELA, B. Segurança no Trabalho e Prevenção de Acidentes: uma Abordagem Holística, editora Atlas, 1999.

AYRES, D. O. Manual de prevenção de acidentes do trabalho, São Paulo: Atlas, 2001

BRANDIMILLER, P. A. Perícia Judicial em Acidentes e Doenças do Trabalho. 1ª Edição. São Paulo. Editora SENAC. 1996.

MELO, R. S. Direito ambiental do trabalho e saúde do trabalhador. São Paulo. LTr Editora, 2004.

BREVIGLIERO, E. Higiene ocupacional: agentes biológicos, químicos e físicos, 3ª Edição, 2008.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DISCIPLINA: LEGISLAÇÃO E NORMAS TÉCNICAS

Código: STST.006

Carga Horária Total: 80 h/a

CH Teórica: 80 h/a

CH Prática: 0 h/a

Número de Créditos: 4

Pré-requisitos: NÃO EXISTE

Constitui pré-requisitos para: - NÃO

Semestre: 1

Nível: Técnico

EMENTA

Noções da legislação trabalhista, previdenciária e Consolidação das Leis trabalhistas (CLT). Normas regulamentadoras. Responsabilidades: profissional, civil, penal e trabalhista. Normas técnicas.

OBJETIVO

- ✓ **Habilitar** o profissional para reconhecer as principais legislações de prevenção de acidente de trabalho, como forma de salvaguardar a integridade física dos trabalhadores.
- ✓ **Conhecer** a legislação previdenciária e trabalhista.
- ✓ **Interpretar** e aplicar a Legislação Previdenciária e Trabalhista.
- ✓ **Aplicar** as noções, os princípios e as regras elementares da proteção jurídica à segurança e saúde do trabalho.
- ✓ **Ler** e interpretar: os dispositivos constitucionais trabalhistas e previdenciários relacionados à segurança e saúde no trabalho, as normas regulamentadoras de segurança e saúde do trabalho, especialmente às relacionadas à CIPA, ao SESMT, a Insalubridade e a periculosidade e a fiscalização trabalhista.

PROGRAMA

1. CLT - Consolidação das Leis Trabalhistas:
 - 1.1. Decreto-Lei no 5.452/1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;
 - 1.2. Duração do Trabalho (Conforme capítulo II);
 - 1.3. Jornada de Trabalho (Conforme Seção II);
 - 1.4. Trabalho Noturno (conforme seção IV);
 - 1.5. Férias anuais (Capítulo IV);
 - 1.6. Das Normas Gerais de Tutela do Trabalho (Conforme Título II);
 - 1.7. Da Jornada de Trabalho (Conforme Seção II);
 - 1.8. Dos Períodos de Descanso (Conforme seção III);
 - 1.9. Do Trabalho Noturno (Seção IV);
 - 1.10. Do Teletrabalho (Capítulo II-A);
 - 1.11. Do Contrato Individual do Trabalho (Título IV);
 - 1.12. Da Segurança e da Medicina do Trabalho (Capítulo V);
 - 1.13. Obrigações das empresas (Conforme artigo 157);
 - 1.14. Obrigações dos empregados (Conforme artigo 158);
 - 1.15. Descontos e limites legais (Conforme art 462);
 - 1.16. Convenções Coletivas de Trabalho (Título VI).

2.Noções das leis previdenciárias (Lei Federal Nº 8.212 e Lei Federal Nº 8.213): 2.1.Definição de Acidente do Trabalho; 2.2.Doença do Trabalho e Doença Profissional; 2.3.Aspectos socioeconômico do Acidente do Trabalho; 2.4.Obrigações da empresa quanto ao trabalhador. 3.Seguro de acidente do trabalho - SAT e Fator Acidentário de Prevenção - FAP. 4.Norma técnica relacionada a cadastro de acidente do trabalho (Norma Brasileira - NBR 14280): 4.1.Principais definições; 4.2.Tipos de Acidentes do Trabalho. 4.3.Causas de Acidentes do Trabalho; 4.4.Coefficiente Estatísticos na Segurança do Trabalho. 5.Normas Regulamentadoras - NR: 5.1.Hierarquia das legislações; 5.2.NR 1 – Disposições gerais e gerenciamento de riscos ocupacionais; 5.3.NR 3 – Embargo ou Interdição; 5.4.NR 4 – SESMT -Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho; 5.5.NR 5 – CIPA - Comissão Interna de Prevenção a Acidentes no Trabalho 5.6.NR 6 – EPI - Equipamento de Proteção Individual; 5.7.NR 11 - Transporte, movimentação, armazenagem e manuseio de materiais; 5.8.NR 28 – Fiscalização e Penalidades e Sistema Federal de Inspeção do Trabalho (Decreto Federal Nº 4.552); 5.9.NR 29 5.10.NR 30 5.11.NR 34 5.12.NR 37
METODOLOGIA DE ENSINO
Podem ser utilizados como metodologia de ensino: aulas expositivas, com suporte nas aplicações de listas de exercícios; Exposição dialogada; Apresentação de Seminários; Estudo de caso; Exercícios práticos; Exibição de vídeos; Debates e discussões em grupo; Simulações de situações de risco e visitas técnicas.
RECURSOS

- ✓ Quadro branco ou lousa com marcadores e apagador;
- ✓ Projetor multimídia;
- ✓ Material didático pedagógico
- ✓ Cadernos e lápis;
- ✓ Simuladores virtuais;
- ✓ Laboratórios especializados;
- ✓ Fotocópias
- ✓ Materiais e equipamentos.

AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada de forma contínua, considerando o ROD – Regulamento de Organização Didática, a partir de critérios estabelecidos pelo docente. Ela pode abranger uma grande diversificação dos métodos, de modo a contemplar diferentes tipos de habilidades e conhecimentos. Podem ser utilizados como instrumento de avaliação:

- ✓ Presença e participação nas atividades propostas;
- ✓ Estudo dirigido;
- ✓ Prova escrita e/ou trabalho em grupo ou individual;
- ✓ Atividades práticas;
- ✓ Relatório de visita técnica;
- ✓ Projetos aplicáveis a disciplina;
- ✓ Criação e apresentações também poderão ser avaliadas segundo critérios definidos pelo professor.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MORAIS, G., Legislação de Segurança e Saúde no Trabalho, Editora: GVC, 10ª Edição - Volume 5, 2013.

OLIVEIRA, S. G. Indenizações por acidente do trabalho ou doença ocupacional. 4ª Edição, São Paulo, LTr Editora. 2006.

OLIVEIRA, S. G. Proteção Jurídica à Saúde do Trabalhador. 4ª Edição, São Paulo, LTr Editora, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRANDIMILLER, P. A. Perícia Judicial em Acidentes e Doenças do Trabalho. 1ª Edição. São Paulo. Editora SENAC. 1996.

MELO, R. S. Direito ambiental do trabalho e saúde do trabalhador. São Paulo. LTr Editora, 2004.

PONZENTTO, G. Mapa de riscos ambientais: aplicado à engenharia de segurança do trabalho - CIPA: NR- 05, 2010.

MORAES, G. Legislação de Segurança e Saúde no Trabalho, Editora: GVC, 10ª Edição - Volume 5, 2013.

MIGUEL, A.S.S.R., Manual de Higiene e Segurança do Trabalho, 8ª Edição, Porto Editora, 2005.

Coordenador do Curso	Setor Pedagógico
_____	_____

DISCIPLINA: ÉTICA E RELAÇÕES HUMANAS		
Código: STST.007		
Carga Horária Total: 40 h/a	CH Teórica: 40 h/a	CH Prática: 0 h/a
Número de Créditos: 2		
Pré-requisitos: NÃO EXISTE	Constitui pré-requisitos para: - NÃO	
Semestre: 1	Nível: Técnico	
EMENTA		
Ética, pessoas e empresas. As relações interpessoais. Motivação. Cultura organizacional. Educação para as Relações Étnico-Raciais. Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e indígena. Direitos Humanos.		
OBJETIVO		

- ✓ **Reconhecer** a importância das relações sociais para a qualidade de vida, produtividade e satisfação pessoal e profissional.
- ✓ **Identificar** os processos que ocorrem na rotina pessoal e de trabalho como oportunidades de crescimento.
- ✓ **Constituir** os saberes técnico/profissional, a formação de atitudes e postura adequada na relação estabelecida com o público do treinamento.
- ✓ **Desenvolver** para empregar os saberes técnico/profissional, a formação de atitudes, postura adequada na relação estabelecida com o público específico.
- ✓ **Ampliar** os conhecimentos sobre a educação para as relações étnico-raciais para o fortalecimento de atividades e posturas para a promoção da igualdade racial do mundo do trabalho.
- ✓ **Favorecer** o aprofundamento da temática da formação cultural brasileira questionando as leituras hegemônicas da nossa cultura e de suas características, assim como das relações entre os diferentes grupos sociais e étnicos, bem como as implicações para o trabalho e desenvolvimento.
- ✓ **Discutir** o papel dos direitos humanos em uma sociedade democrática.

PROGRAMA

1.Ética:

- 1.1.A evolução do conceito de ética;
- 1.2.Relação entre respeito e ética;
- 1.3.Ética, trabalho e Cidadania;
- 1.4.Ética profissional e empresarial;
- 1.5.Códigos de ética: conceitos e objetivos;
- 1.6.Códigos de ética na área da Segurança no Trabalho;
- 1.7.Sigilo profissional
- 1.8.Ética e liderança.

2.As relações interpessoais:

- 2.1.Principais conceitos;
- 2.2.Ambiente de trabalho: clima organizacional;
- 2.3.Importância no ambiente de trabalho (no ambiente escolar, no ambiente familiar, no ambiente social);
- 2.4.A necessidade do diálogo;

- 2.5.A importância da comunicação;
- 2.6.Barreiras para uma comunicação eficaz.
- 3.Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e indígena.
- 4.Educação para as Relações Étnico-Raciais.
- 5.Direitos Humanos (Direitos civis, políticos, sociais, econômicos, culturais e ambientais).

METODOLOGIA DE ENSINO

Podem ser utilizados como metodologia de ensino: aulas expositivas, com suporte nas aplicações de listas de exercícios; Exposição dialogada; Apresentação de Seminários; Estudo de caso; Exercícios práticos; Exibição de vídeos; Debates e discussões em grupo; Simulações de situações de risco e visitas técnicas.

RECURSOS

- ✓ Quadro branco ou lousa com marcadores e apagador;
- ✓ Projetor multimídia;
- ✓ Material didático pedagógico
- ✓ Cadernos e lápis;
- ✓ Simuladores virtuais;
- ✓ Laboratórios especializados;
- ✓ Fotocópias
- ✓ Materiais e equipamentos.

AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada de forma contínua, considerando o ROD – Regulamento de Organização Didática, a partir de critérios estabelecidos pelo docente. Ela pode abranger uma grande diversificação dos métodos, de modo a contemplar diferentes tipos de habilidades e conhecimentos. Podem ser utilizados como instrumento de avaliação:

- ✓ Presença e participação nas atividades propostas;
- ✓ Estudo dirigido;
- ✓ Prova escrita e/ou trabalho em grupo ou individual;
- ✓ Atividades práticas;
- ✓ Relatório de visita técnica;
- ✓ Projetos aplicáveis a disciplina;

- ✓ Criação e apresentações também poderão ser avaliadas segundo critérios definidos pelo professor.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Ética**. 34. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. 302 p. ÉTICA e responsabilidade social nas empresas. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. 169 p. (Harvard Business Review Book).

BOFF, Leonardo. **Ética e moral: a busca dos fundamentos**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. 133 p.

MACHADO, C. E. D.; LORAS, A. B. **Gênios da humanidade: ciência, inovação e tecnologia africana e afrodescendente**. São Paulo: DBA, 2016.

PEREIRA, Rinaldo Pevidor; JUNIOR, Henrique Cunha. **Mancala: o jogo africano no ensino da matemática**. Curitiba: Appris, 2016.

PEDROSA, R. S.; CHAVES, H. V. **Um olhar psicopedagógico sobre a africanidade no IFCE**. 2016.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA EXECUTIVA. SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA. **Implementação das Diretrizes Curriculares para a educação das relações étnico-raciais e o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana na Educação Profissional e Tecnológica**. MEC, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BIAGGIO, Angela. **Lawrence Kohlberg: ética e educação moral**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2006. 127 p. (Logos).

VALLS, Álvaro L. M. **O Que é ética**. São Paulo: Brasiliense, 2013. 83 p. (Primeiros passos, 177).

COELHO, Wilma de Nazaré Baía; OLIVEIRA, Julvan Moreira de (organização). **Estudos sobre relações étnico-raciais e educação no Brasil**. São Paulo: Livraria da Física, 2016. 332 p. (Formação de professores & relações étnico-raciais).

PAIVA, Angela Randolpho (organização). **Direitos humanos em seus desafios contemporâneos**. Rio de Janeiro: PUC-Rio: Pallas, 2012. 197 p.

MINICUCCI, Agostinho. **Relações humanas: psicologia das relações interpessoais**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012. 240 p. ISBN 9788522429844

Coordenador do Curso	Setor Pedagógico
_____	_____

DISCIPLINA: GESTÃO AMBIENTAL		
Código: STST.008		
Carga Horária Total: 40 h/a	CH Teórica: 40 h/a	CH Prática: 0 h/a
Número de Créditos: 2		
Pré-requisitos: NÃO EXISTE	Constitui pré-requisitos para: - NÃO	
Semestre: 2	Nível: Técnico	
EMENTA		
Meio Ambiente. Saneamento Ambiental. Gestão Ambiental. Sistema de Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho. Integração entre Sistema de Gestão e Programas de Segurança e de Saúde no Trabalho. Norma Regulamentadora 25 e 38.		
OBJETIVO		
✓ Conhecer normas e princípios de conservação e preservação ambiental. ✓ Diagnosticar e viabilizar a adoção do Sistema Integrado de Gestão em Saúde, Segurança e Meio Ambiente. ✓ Assessorar na implantação de Sistemas de Gestão de SST. ✓ Planejar e implementar sistemas de diagnósticos e estratégias para a melhoria do ambiente corporativo. ✓ Auxiliar no cumprimento das políticas de SST. ✓ Elaborar <i>check list</i>, relatórios de auditorias e planos de ação para as medidas de correção.		
PROGRAMA		
1.Noções de educação ambiental: 1.1.Breve histórico e evolução dos conceitos;		

- 1.2.Principais conceitos;
- 1.3.Ação antrópica no meio.
 - 2.Poluição do ar, solo e da água: fontes de poluição, consequências e medidas de controle.
 3. Desafios e perspectivas da educação ambiental na empresa.
 4. Meio Ambiente e Gestão ambiental:
 - 4.1.Princípios e conceitos (sustentabilidade socioambiental; preservação, proteção e responsabilidade social; poluição; degradação; impactos ambientais; resíduos sólidos; entre outros).
 - 5.Gestão ambiental.
 - 5.1.Instrumentos de gestão ambiental na esfera pública (licenciamento ambiental; Estudo de Impacto Ambiental - EIA; Zoneamento ambiental; Política Nacional do Meio Ambiente):
 - 5.2.Instrumentos de gestão ambiental na esfera privada (Produção mais Limpa; ISO 14000; auditoria ambiental; rotulagem ambiental; ciclo de vida do produto; tecnologias limpas; Associação Brasileira de Normas Técnicas ABNT - Norma Brasileira- NBR).
 - 6.Sistemas de Gestão Ambiental (SGA) – ISO 14001
 - 6.1.Fases de implantação: planejamento, verificação; ação corretiva e preventiva.
 7. Sistema de Gestão de Saúde e Segurança Ocupacional (SGSSO) - ISO 45001
 - 7.1 Fases de implantação: Anexo SL e ciclo PDCA; Escopo, objetivo, termos e definições; Contexto da Organização, Liderança e Planejamento; Suporte e Operação; Desempenho e Melhorias.
 - 8.Norma Regulamentadora 25
 - 9.Norma Regulamentadora 38

METODOLOGIA DE ENSINO

Poderão ser utilizadas aulas expositivas, com suporte nas aplicações de listas de exercícios; Exposição dialogada; Apresentação de Seminários; Estudo de caso; Exercícios práticos; Exibição de vídeos; Debates e discussões em grupo; Simulações de situações de risco e visitas técnicas.

RECURSOS

- ✓ Quadro branco ou lousa com marcadores e apagador;
- ✓ Projetor multimídia;
- ✓ Material didático pedagógico
- ✓ Cadernos e lápis;
- ✓ Simuladores virtuais;
- ✓ Laboratórios especializados;
- ✓ Fotocópias
- ✓ Materiais e equipamentos.

AVALIAÇÃO

A avaliação será desenvolvida ao longo do semestre, de forma processual e contínua, utilizando os seguintes instrumentos:

- ✓ Prova escrita e/ou trabalho individual;
- ✓ Presença e participação nas atividades propostas;
- ✓ Relatório de visita técnica e execução de tarefas práticas

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ESTON, S. M. (Org.); IRAMINA, W. S. (Org.); ALMEIDA, I. T. (Org.) Gestão de segurança do trabalho e de saúde ocupacional. 4ª ed. São Paulo: Reichman e Autores Editores, 2005.

ARAUJO, G. M. de; Elementos do Sistema de Gestão de Smsqrs - Vol. 1 - Teoria da Vulnerabilidade - Editora: Gvc, 2ª Ed., 2009.

ARAUJO, G. M. de; Sistema de Gestão de Segurança e Saúde Ocupacional OHSAS 18.001 e ISM Code Comentados, Editora: Gvc, 2ªEd., 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARAUJO, G. M. de; Elementos do Sistema de Gestão de Smsqrs - Vol. 2 – Sistema de Gestão Integrada- Editora: Gvc, 2ª Ed., 2010.

SEIFFERT, M. E. B. Sistemas de Gestão Ambiental (ISO 14001) e Saúde e Segurança Ocupacional (OHSAS 18001) - Vantagens da Implantação Integrada, Editora Atlas, 2ª edição, 2010.

BARBOSA FILHO, A. N. Segurança do trabalho e gestão ambiental. São Paulo: Atlas, 2001.

ZOCCHIO, A. Prática da prevenção de acidentes: ABC da segurança do trabalho.7.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

ZOCCHIO, A. Política de segurança e saúde no trabalho: elaboração, implantação e administração. São Paulo: LTr, 2000.	
Coordenador do Curso	Setor Pedagógico
_____	_____

DISCIPLINA: HIGIENE OCUPACIONAL		
Código: STST.009		
Carga Horária Total: 80 h/a	CH Teórica: 70 h/a	CH Prática: 10h/a
Número de Créditos: 4		
Pré-requisitos: NÃO EXISTE	Constitui pré-requisitos para: - NÃO	
Semestre: 2	Nível: Técnico	
EMENTA		
Normas Regulamentadoras 9, 15 e 16; Normas de Higiene Ocupacional - NHO; ACGIH - Conferência Americana de Higienistas Industriais.		
OBJETIVO		
✓ Identificar e avaliar a presença de agentes ambientais agressivos ao trabalhador; ✓ Entender as atividades que fazem jus ao adicional de insalubridade, segundo a legislação Brasileira. ✓ Realizar procedimentos de orientação sobre medidas de eliminação e neutralização de riscos; ✓ Compreender normas e procedimentos de segurança e higiene ocupacional; ✓ Entender a aplicação da legislação internacional.		
PROGRAMA		
1.Conceitos relacionados à Higiene Ocupacional; 1.1.Agentes Ambientais e Limites de Tolerância e Exposição.		

2. Norma Regulamentadora 15;
3. Norma Regulamentadora 16
 - 3.1 Adicional de Periculosidade;
 - 3.2 Atividades que fazem jus ao adicional de periculosidade.
4. Estudo das Normas de Higiene Ocupacional - NHO;
5. Noções sobre ACGIH - Conferência Americana de Higienistas Industriais Governamentais.
6. Introdução a Norma Regulamentadora 09;

METODOLOGIA DE ENSINO

Poderão ser utilizadas aulas expositivas, com suporte nas aplicações de listas de exercícios; Exposição dialogada; Apresentação de Seminários; Estudo de caso; Exercícios práticos; Exibição de vídeos; Debates e discussões em grupo.

As aulas práticas ocorrerão em sala de aula, ou ambiente designado pelo docente, mediante a realização de simulações de situações de risco, análise qualitativa, quantitativa (com utilização de equipamentos de medições disponíveis no laboratório), realizando atividades práticas individuais ou em equipe e visitas técnicas. O docente também poderá fazer uso do laboratório de segurança no Trabalho disponível na Instituição.

RECURSOS

- ✓ Quadro branco ou lousa com marcadores e apagador;
- ✓ Projetor multimídia;
- ✓ Material didático pedagógico
- ✓ Cadernos e lápis;
- ✓ Simuladores virtuais;
- ✓ Laboratórios especializados;
- ✓ Fotocópias
- ✓ Materiais e equipamentos

AValiação

A avaliação será desenvolvida ao longo do semestre, de forma processual e contínua, utilizando os seguintes instrumentos:

- Prova escrita e/ou trabalho individual;

- Presença e participação nas atividades propostas; - Relatório de visita técnica e execução de tarefas práticas	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
SALIBA, T. M. Curso básico de segurança e higiene ocupacional, 2 a , 2008. BREVIGLIERO, E. Higiene ocupacional: agentes biológicos, químicos e físicos, 3a Edição, 2008 SALIBA, T. M., Manual Prático de Higiene Ocupacional e PPRA, Editora Ltr, 4aEdição, 2013.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
Ponzetto, Gilberto, Mapa de riscos ambientais: aplicado à engenharia de segurança do trabalho - CIPA: NR-05 , 2010. Giovanni Moraes, Legislação de Segurança e Saúde no Trabalho, Editora: GVC,10ª Edição - Volume 5, 2013. Miguel, A.S.S.R., Manual de Higiene e Segurança do Trabalho, 8 a Edição, Porto Editora,2005. ARAUJO, G. M. de, Segurança Na Armazenagem, Manuseio e Transporte Produtos Perigosos, Editora GVC, 2010. GILBERT, M. J. Sistema de gerenciamento ambiental. São Paulo: IMAM, 1995	
Coordenador do Curso	Setor Pedagógico
_____	_____

DISCIPLINA: ERGONOMIA		
Código: STST.010		
Carga Horária Total: 80 h/a	CH Teórica: 70 h/a	CH Prática: 10 h/a
Número de Créditos: 4		
Pré-requisitos:	Constitui pré-requisitos para: -	
Semestre:	4	
Nível:	Médio	
EMENTA		

- Princípios da Ergonomia. Ergonomia Física. Ergonomia Cognitiva. Ergonomia Organizacional. Estudo da Norma Regulamentadora 17. Avaliação Ergonômica.

OBJETIVOS

- ✓ **Conhecer** os princípios da Ergonomia.
- ✓ **Identificar** os conceitos básicos inerentes à ergonomia e sua aplicabilidade prática.
- ✓ **Avaliar** posturas físicas adequadas a cada tipo de trabalho.
- ✓ **Desenvolver** a avaliação ergonômica e suas aplicações práticas baseadas na legislação pertinente, possibilitando a realização de análises e dimensionamento de postos e situações de trabalho, visando a proposição de melhorias do ponto de vista ergonômico.

PROGRAMA

- 1.Introdução à Ergonomia: origem, definição, áreas de atuação.
 - 1.1.Natureza, e conhecimentos e objetivos da Ergonomia;
 - 1.2.Nascimento e evolução da Ergonomia;
 - 1.3.Abrangência e aplicações da Ergonomia;
 - 1.4.Custo e Benefício da Ergonomia;
 - 1.5.A Ergonomia e a prevenção de acidentes;
 - 1.6.Desenvolvimento tecnológico e a Ergonomia.
- 2.Ergonomia Física:
 - 2.1.O organismo humano:
 - 2.1.1.Função neuromuscular;
 - 2.1.2.Coluna vertebral;
 - 2.1.3.Metabolismo;
 - 2.1.4.Visão;
 - 2.1.5.Audição;
 - 2.1.6.Outros sentidos.
 - 2.2.Antropometria: medidas e aplicações:
 - 2.2.1.Variações de medidas;
 - 2.2.2.Realização de medidas;

2.2.3.Antropometria estática, dinâmica e funcional;

2.2.4.A construção de modelos humanos;

2.2.5.Usos de dados antropométricos;

2.2.6.O espaço de trabalho;

2.2.7.Superfícies horizontais;

2.2.8.A postura no trabalho;

2.2.9.O assento.

2.3.Biomecânica Ocupacional e Fisiologia do Trabalho.

2.4.Atividades manuais: projetos e avaliação:

2.4.1.Elementos do projeto do trabalho em geral;

2.4.2.O trabalho manual e seu projeto;

2.4.3.O posto de trabalho e a atividade manual;

2.4.4.Projeto do posto de trabalho;

2.4.5.Atividades manuais e equipamentos eletromecânicos.

3.Ergonomia cognitiva:

3.1.Aspectos Psicossociais e Cognitivos Relacionados à Ergonomia.

3.2.Sistema homem-máquina:

3.2.1.Os sistemas homem-máquina e homem-tarefa;

3.2.2.Distribuição de funções entre homens e máquinas;

3.2.3.Trabalho repetitivo e levantamento de cargas;

3.2.4.Dificuldades na relação homem-máquina;

3.2.5.Controles e interfaces homem-máquina.

3.3.Ergonomia do Produto:

3.3.1.A adaptação ergonômica de produtos;

3.3.2.Projeto universal e usabilidade;

3.3.3.Processo de desenvolvimento de produtos;

3.3.4.Produtos de consumo (bens duráveis).

3.4.Patologias Ocupacionais Relacionadas à Ergonomia.

4.Ergonomia Organizacional:

4.1.Análise organizacional:

4.1.1.Desenvolvimento tecnológico e seu impacto sobre as pessoas;

4.1.2.Ambiente;

- 4.1.3.Cores e iluminação;
- 4.1.4.Temperatura: efeitos fisiológicos do calor e as influências climáticas no trabalho;
- 4.1.5.Ruídos;
- 4.1.6.Vibrações;
- 4.1.7.Poeiras, gases e vapores.

5.A Norma Regulamentadora NR – 17 e Análise ergonômica do Trabalho – AET:

- 5.1.A NR-17;
- 5.2.Elementos de AET;
- 5.3.Estudo prático de AET;
- 5.4.Implantação da Ergonomia na Empresa e Comitê de Ergonomia;
- 5.5.Ferramentas Ergonômicas e Diagnóstico Ergonômico;
- 5.6.Análise Ergonômica do Trabalho;
- 5.7.Posto de trabalho Projeto e Análise.
- 6.Programa de Ginástica Laboral.

METODOLOGIA DE ENSINO

Poderão ser utilizadas aulas expositivas, com suporte nas aplicações de listas de exercícios; Exposição dialogada; Apresentação de Seminários; Estudo de caso; Exercícios práticos; Exibição de vídeos; Debates e discussões em grupo.

As aulas práticas poderão ocorrer em sala de aula, ou ambiente designado pelo docente, poderão ser solicitados:

- ✓ Análise ergonômica do trabalho (AET): metodologia de avaliação ergonômica, análise de postos de trabalho e coleta de dados.
- ✓ Análise de layout e organização do trabalho:
- ✓ Simulações e exercícios práticos
- ✓ Avaliação e revisão de medidas ergonômicas
- ✓ Visitas técnicas.

RECURSOS

- ✓ Quadro branco ou lousa com marcadores e apagador;
- ✓ Projetor multimídia;
- ✓ Material didático pedagógico
- ✓ Cadernos e lápis;

- ✓ Simuladores virtuais;
- ✓ Laboratórios especializados;
- ✓ Fotocópias;
- ✓ Materiais e equipamentos disponíveis na Instituição

AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada de forma contínua, considerando o ROD – Regulamento de Organização Didática, a partir de critérios estabelecidos pelo docente. Ela pode abranger uma grande diversificação dos métodos, de modo a contemplar diferentes tipos de habilidades e conhecimentos. Podem ser utilizados como instrumento de avaliação:

- ✓ Presença e participação nas atividades propostas;
- ✓ Estudo dirigido;
- ✓ Prova escrita e/ou trabalho em grupo ou individual;
- ✓ Atividades práticas;
- ✓ Relatório de visita técnica;
- ✓ Projetos aplicáveis a disciplina;
- ✓ Criação e apresentações também poderão ser avaliadas segundo critérios definidos pelo professor.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL. Ministério do Trabalho. **NR 17 Ergonomia**. 1978.

IIDA, Itiro. **Ergonomia: projeto e produção**. 2. ed. São Paulo, SP: Blucher, 2005. 614p. ISBN 9788521203544

KROEMER, K.H.E; GRANDJEAN, E. **Manual de Ergonomia: adaptando o trabalho ao homem**. 5. ed. Porto Alegre, RS: Bookman; 2008. 327p. ISBN 9788536304373

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CYBIS, Walter. **Ergonomia e usabilidade: conhecimentos, métodos e aplicações**. 2. ed. São Paulo, SP: Novatec, 2010. 422p.

DUL, Jan. **Ergonomia prática**. 3. Ed. São Paulo: Blucher, 2012. 163p.

BITENCOURT, Fábio. **Ergonomia e Conforto Humano**. Subtítulo: Uma visão da Arquitetura, Engenharia e Design de Interiores. 1. ed. Rio de Janeiro: Rio Books, 2011. 196p. ISBN: 9788561556105.

FUNDACENTRO – FUNDAÇÃO JORGE DUPRAT FIGUEIREDO DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO. **Pontos de verificação ergonômica – Soluções práticas e de fácil aplicação para melhorar a segurança, a saúde e as condições de trabalho**. 2. ed. São Paulo, 2018.

HAMILL, Joseph; KNUTZEN, Kathleen M.; DERRICK, Timothy R. **Bases biomecânicas do movimento humano**. 4. ed. Barueri, SP: Manole, 2016.

Coordenador do Curso 	Setor Pedagógico

DISCIPLINA: PREVENÇÃO E COMBATE A SINISTROS	
Código: STST.011	
Carga Horária Total: 40 h	CH Teórica: 30 h/a CH Prática: 10 h/a
Número de Créditos: 2	
Pré-requisitos: -	Constitui pré-requisitos para: -
Semestre:	1
Nível:	Médio
EMENTA	
Conceitos fundamentais, medidas de prevenção para incêndios; tipologias de incêndio; Legislação do Corpo de Bombeiro; Normas Regulamentadoras: 19, 20 e 23.	
OBJETIVOS	
✓ Discorrer sobre a teoria do fogo, suas classes, reconhecendo técnicas extintoras adequadas de combate a incêndio. ✓ Conhecer as medidas de prevenção para incêndios urbanos, industriais ou florestais. ✓ Planejar simulações e vivências práticas de situações de emergência e pânico. ✓ Investigar, analisar e recomendar medidas de prevenção e controle de sinistro. ✓ Indicar, solicitar e inspecionar equipamentos de proteção coletiva e individual contra incêndio.	
PROGRAMA	
1.O fogo e seus elementos: 1.1.Introdução à proteção contra incêndios; 1.2.Propagação do fogo; 1.3.Métodos de Transferência de calor; 1.4.Pontos e temperaturas importantes do fogo; 1.5.Classes de Fogo; 1.6.Métodos de extinção do fogo. 2.Extintores: 2.1.Tipos de extintores de incêndio;	

- 2.2.Inspeção de Extintores de Incêndio;
- 2.3.Manutenção de Extintores de Incêndio;
- 2.4.Dimensionamento de Extintores.
- 3.Hidrantes:
 - 3.1.Tipos;
 - 3.2.Componentes;
 - 3.3.Acondicionamento, conservação e transporte de mangueiras.
- 4.Detectores de incêndio e alarmes manuais:
 - 4.1.Chuveiros automáticos – Sprinklers;
 - 4.2.Sistemas fixos de gás carbônico (CO₂).
- 5.Iluminação de emergência e sinalização de segurança.
- 6.Saídas e escadas de emergência.
- 7.Brigadas de incêndio.
- 8.Plano de Segurança contra Incêndio e Pânico.
- 9. Legislação do Corpo de Bombeiro e Normas Técnicas.
- 10.Norma Regulamentadora - NR 23: Proteção contra incêndios.
- 11.Norma Regulamentadora -NR 19: Explosivos.
- 12.Norma Regulamentadora -NR 20: Líquidos e gases inflamáveis.

METODOLOGIA DE ENSINO

Poderão ser utilizadas aulas expositivas, com suporte nas aplicações de listas de exercícios; Exposição dialogada; Apresentação de Seminários; Estudo de caso; Exercícios práticos; Exibição de vídeos; Debates e discussões em grupo.

As aulas práticas poderão ocorrer em sala de aula, ou ambiente designado pelo docente, poderão ser solicitados:

- ✓ Simulações de risco com utilização correta de equipamentos de proteção coletiva e/ou individual disponíveis no laboratório.
- ✓ A realização atividades práticas individuais ou em equipe.
- ✓ Visitas técnicas.

O docente também poderá fazer uso do laboratório de segurança no Trabalho disponível na Instituição.

RECURSOS

- ✓ Quadro branco ou lousa com marcadores e apagador;
- ✓ Projetor multimídia;
- ✓ Material didático pedagógico
- ✓ Cadernos e lápis;
- ✓ Simuladores virtuais;
- ✓ Laboratórios especializados;
- ✓ Fotocópias;
- ✓ Materiais e equipamentos disponíveis na Instituição

AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada de forma contínua, considerando o ROD – Regulamento de Organização Didática, a partir de critérios estabelecidos pelo docente. Ela pode abranger uma grande diversificação dos métodos, de modo a contemplar diferentes tipos de habilidades e conhecimentos. Podem ser utilizados como instrumento de avaliação:

- ✓ Presença e participação nas atividades propostas;
- ✓ Estudo dirigido;
- ✓ Prova escrita e/ou trabalho em grupo ou individual;
- ✓ Atividades práticas;
- ✓ Relatório de visita técnica;
- ✓ Projetos aplicáveis a disciplina;
- ✓ Criação e apresentações também poderão ser avaliadas segundo critérios definidos pelo professor.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARAÚJO, Giovanni Moraes de. Legislação de segurança e saúde no trabalho: normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego. 10. ed. Rio de Janeiro: GVC, 2013. 1389 p.

Manual prático de Saúde e Segurança do Trabalho, [livro eletrônico]. 2ª. ed. Ver. E ampl. São Caetano do Sul, SP, Yendis Editora, 2012.

Ceará, Legislação do corpo de bombeiros, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FERREIRA JÚNIOR, Achilles Chaves. Prevenção e combate a incêndio. Fortaleza: CEFET-CE, 2005. 31 p.

Moraes Júnior, Cosmo Palasio de. Dia a dia da prevenção. [livro eletrônico]. São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora, 2018.

Savarego, Simone e Edson Roberto de Lima. Tratado prático de segurança e saúde no trabalho. [livro eletrônico]. Vol. 1. São Caetano do Sul, SP, Yendis Editora, 2013

GARCIA, Sérgio Britto (editor);

DEMARZO, Marcelo Marcos Piva (coedição) et al. Primeiros socorros: fundamentos e práticas na comunidade, no esporte e ecoturismo. São Paulo: Atheneu, 2005. 178 p.

Szabó Júnior, Adalberto Mohai. Manual de segurança, higiene e medicina do trabalho. 12 ed. São Paulo: Rideel, 2018.

Coordenador do Curso	Setor Pedagógico
_____	_____
NOME DO COORDENADOR	NOME DO PEDAGOGO

DISCIPLINA: SEGURANÇA NA ELETROTÉCNICA

Código: STST.012

Carga Horária Total: 40 h/a

CH Teórica: 40 h/a

CH Prática: 0

Número de Créditos: 2

Pré-requisitos:

Constitui pré-requisitos para: -

Semestre:

2

Nível:

Médio

EMENTA

Noções de Eletricidade/Eletricidade Básica. Norma Regulamentadora-NR 10. Proteção de estruturas contra descargas atmosféricas.

OBJETIVOS

- ✓ **Realizar** procedimentos de orientação sobre medidas de eliminação e neutralização de riscos nas atividades com eletricidade.
- ✓ **Conhecer e divulgar** os procedimentos de segurança utilizados na proteção de estruturas contra descargas atmosféricas.
- ✓ **Promover** a saúde e proteger a integridade do trabalhador em trabalhos com eletricidade e suas proximidades, principalmente na proteção contra choque elétrico.

PROGRAMA

- 1.Noções de Eletricidade/Eletricidade Básica (grandezas elétricas: resistência, tensão, corrente e potências CA e CC).
- 2.Norma Regulamentadora - NR: 10.
- 3.Proteção de estruturas contra descargas atmosféricas.
- 4.Primeiros socorros aplicáveis a vítimas de acidentes ocorridos em instalações elétricas.

METODOLOGIA DE ENSINO

Podem ser utilizados como metodologia de ensino: aulas expositivas, com suporte nas aplicações de listas de exercícios; Exposição dialogada; Apresentação de Seminários; Estudo de caso; Exercícios práticos; Exibição de vídeos; Debates e discussões em grupo; Simulações de situações de risco e visitas técnicas.

RECURSOS

- ✓ Datashow (projektor);
- ✓ Pincel;
- ✓ Listas de exercícios/ atividades;
- ✓ Painel de instalação elétrica com DTM, DR e DPS e circuitos de iluminação e tomadas (TUG e TUE) didático;
- ✓ Multímetros e ferramentas;
- ✓ EPI'S básicos, detectores, luxímetro e trena a laser/digital.

AVALIAÇÃO

- ✓ A avaliação será realizada de forma contínua, considerando o ROD – Regulamento de Organização Didática, a partir de critérios estabelecidos pelo docente. Ela pode abranger uma grande diversificação dos métodos, de modo a contemplar diferentes tipos de habilidades e conhecimentos. Podem ser utilizados como instrumento de avaliação:
- ✓ Presença e participação nas atividades propostas;
- ✓ Estudo dirigido;
- ✓ Prova escrita e/ou trabalho em grupo ou individual;
- ✓ Atividades práticas;
- ✓ Relatório de visita técnica;
- ✓ Projetos aplicáveis a disciplina;
- ✓ Criação e apresentações também poderão ser avaliadas segundo critérios definidos pelo professor;

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ABNT NBR 5410 - Instalações Elétricas de Baixa Tensão, ABNT NBR 5419 - SPDA Sistemas de Proteção contra Descargas Atmosféricas: Teoria, prática e legislação.

SANTOS JUNIOR, Joubert Rodrigues dos. NR-10: segurança em eletricidade: uma visão prática. São Paulo: Érica, 2014. 256 p.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Norma Regulamentadora 10. Disponível em < <https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/ctpp/arquivos/normas-regulamentadoras/nr-10.pdf>. > Acesso 25 mar. 2023.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

PROTEÇÃO de LTs contra descargas atmosféricas. [S.l.: s.n.]. p. 196 - 203.

A NORMA NBR 5419 e sua comparação com a IEC 62305. [S.l.: s.n.]. p. 104 - 111.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. MANUAL DE AUXÍLIO NA INTERPRETAÇÃO E APLICAÇÃO DA NR10. Disponível em

<<https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/ctpp/arquivos/normas-regulamentadoras/nr->

10_manual_de_auxilio_na_interpretacao_e_aplicacao_da_nr_10.pdf. > Acesso 25 mar. 2023.

Manual de segurança e saúde no trabalho para instalações elétricas temporárias na indústria da construção: guia de boas práticas para instalações elétricas temporárias nos canteiros de obra / Serviço Social da Indústria. – Brasília: SESI/DN, 2018.

https://cbic.org.br/relacoestrabalhistas/wp-content/uploads/sites/27/2018/05/Manual_seguranca_saude_trabalho.pdf.

> Acesso 25 mar. 2023.

PIRES, Marco Tulio Baccarini; STARLING, Sizerando Vieira. Erazo, manual de urgências em pronto-socorro. 10. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014. 1051 p.

Coordenador do Curso	Setor Pedagógico
_____	_____

DISCIPLINA: SEGURANÇA EM MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	
Código: STST.013	
Carga Horária Total: 40 h/a	CH Teórica: 40 h/a CH Prática: 0 h/a
Número de Créditos: 02	
Pré-requisitos: -	Constitui pré-requisitos para: -
Semestre:	4
Nível: Técnico	Médio
EMENTA	
Histórico. Máquinas e Equipamentos na Revolução Industrial. Estatísticas de acidentes com máquinas e Equipamentos. Norma Regulamentadora NR- 12 e Anexos. Norma Regulamentadora NR 13. Norma Regulamentadora NR 14.	
OBJETIVOS	
✓ Conhecer o histórico de máquinas e equipamentos.	

- ✓ **Verificar** as medidas de prevenção e controle de acidentes.
- ✓ **Identificar** riscos e estabelecer procedimentos de segurança nas operações com máquinas e equipamentos diversos utilizados na indústria.
- ✓ **Conhecer** dispositivos de segurança dos instrumentos utilizados no ambiente industrial.
- ✓ **Realizar** inspeções no maquinário e dispositivos de segurança.
- ✓ **Entender** e inspecionar a documentação pertinente a vasos de pressão.
- ✓ **Identificar** os princípios para a utilização de fornos, segundo a Norma Regulamentadora 14.

PROGRAMA

- 1.Histórico.
- 2.Máquinas e Equipamentos na Revolução Industrial.
- 3.Estatísticas de acidentes com máquinas e Equipamentos.
- 4.Norma Regulamentadora NR- 12 e Anexos.
- 5.Norma Regulamentadora NR 13.
- 6.Norma Regulamentadora NR 14.

METODOLOGIA DE ENSINO

Podem ser utilizados como metodologia de ensino: aulas expositivas, com suporte nas aplicações de listas de exercícios; Exposição dialogada; Apresentação de Seminários; Estudo de caso; Exercícios práticos; Exibição de vídeos; Debates e discussões em grupo; Simulações de situações de risco e visitas técnicas.

RECURSOS

- ✓ Quadro branco ou lousa com marcadores e apagador;
- ✓ Projetor multimídia;
- ✓ Material didático pedagógico
- ✓ Cadernos e lápis;
- ✓ Simuladores virtuais;
- ✓ Laboratórios especializados;
- ✓ Fotocópias
- ✓ Materiais e equipamentos.

AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada de forma contínua, considerando o ROD – Regulamento de Organização Didática, a partir de critérios estabelecidos pelo docente. Ela pode abranger uma grande diversificação dos métodos, de modo a contemplar diferentes tipos de habilidades e conhecimentos. Podem ser utilizados como instrumento de avaliação:

- ✓ Presença e participação nas atividades propostas;
- ✓ Estudo dirigido;
- ✓ Prova escrita e/ou trabalho em grupo ou individual;
- ✓ Atividades práticas;
- ✓ Relatório de visita técnica;
- ✓ Projetos aplicáveis a disciplina;
- ✓ Criação e apresentações também poderão ser avaliadas segundo critérios definidos pelo professor.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

TEIXEIRA FILHO, Jorge Fernandes. **Desenvolvimento de uma metodologia de Retrofit e atendimento à norma de segurança NR-12 em máquinas perfiladeiras.** Orientação de José Renato de Brito Sousa. 2019.

DESENVOLVIMENTO do coeficiente parcial de ergonomia e segurança em tratores agrícolas. **Engenharia agrícola: Journal of the Brazilian Association of Agricultural Engineering**, Jaboticabal, v. 24, n. 3, set./dez. 2004.

DRAGONI, José Fausto. **Proteção de máquinas, equipamentos, mecanismos e cadeado de segurança.** São Paulo: LTr, 2011. 262 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Manual prático de Saúde e Segurança do Trabalho. 2 ed. Ver. E ampl. São Caetano do Sul, SP, Yendis Editora, 2012.

DRAGONI, José Fausto. **Proteção de máquinas, equipamentos, mecanismos e cadeado de segurança.** São Paulo: LTr, 2011. 262 p.

BRASIL, Norma Regulamentadora 12. Disponível em <https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/composicao/orgaos-especificos/secretaria-de->

[trabalho/inspecao/manuais-e-publicacoes/manual-de-aplicacao-da-nr-12.pdf](https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/ctpp/arquivos/normas-regulamentadoras/nr-12-atualizada-2022.pdf). Acesso 25, mar 2023.

BRASIL, Norma Regulamentadora 13. Disponível < <https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/ctpp/arquivos/normas-regulamentadoras/nr-13-atualizada-2022-retificada.pdf> > Acesso 25, mar 2023.

BRASIL, Norma Regulamentadora 14. Disponível < <https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/ctpp/arquivos/normas-regulamentadoras/nr-14-atualizada-2022.pdf> > Acesso 25, mar 2023.

Coordenador do Curso 	Setor Pedagógico
-------------------------------	---------------------------

DISCIPLINA: SEGURANÇA NA INDÚSTRIA	
Código: STST.014	
Carga Horária Total: 40 h/a	CH Teórica: 40 h/a CH Prática: 0
Número de Créditos: 2	
Pré-requisitos: -	Constitui pré-requisitos para: -
Semestre:	2
Nível: Técnico	Médio

EMENTA
Riscos produtivos e de operação nos processos de usinagem e soldagem. Áreas classificadas. Normas Regulamentadoras 22, 26 e 36.
OBJETIVOS
✓ Identificar riscos e estabelecer procedimentos de segurança nas operações de usinagem e soldagem; ✓ Selecionar adequadamente os procedimentos e dispositivos de segurança utilizados nas áreas classificadas; ✓ Realizar estudos de reconhecimento, avaliação, monitoramento e controle dos riscos existentes nas áreas classificadas; ✓ Identificar os riscos da atividade em altura, visando à saúde e a integridade dos trabalhadores.
PROGRAMA
1.Riscos produtivos e de operação nos processos de usinagem e soldagem; 2.Áreas classificadas; 3.Normas Regulamentadoras 22; 4.Norma Regulamentadora 26 e Normas Técnicas para sinalização de Segurança. 5.Norma Regulamentadora 36;
METODOLOGIA DE ENSINO
Podem ser utilizados como metodologia de ensino: aulas expositivas, com suporte nas aplicações de listas de exercícios; Exposição dialogada; Apresentação de Seminários; Estudo de caso; Exercícios práticos; Exibição de vídeos; Debates e discussões em grupo; Simulações de situações de risco e visitas técnicas.
RECURSOS

- ✓ Quadro branco ou lousa com marcadores e apagador;
- ✓ Projetor multimídia;
- ✓ Material didático pedagógico
- ✓ Cadernos e lápis;
- ✓ Simuladores virtuais;
- ✓ Laboratórios especializados;
- ✓ Fotocópias
- ✓ Materiais e equipamentos.

AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada de forma contínua, considerando o ROD – Regulamento de Organização Didática, a partir de critérios estabelecidos pelo docente. Ela pode abranger uma grande diversificação dos métodos, de modo a contemplar diferentes tipos de habilidades e conhecimentos. Podem ser utilizados como instrumento de avaliação:

- ✓ Presença e participação nas atividades propostas;
- ✓ Estudo dirigido;
- ✓ Prova escrita e/ou trabalho em grupo ou individual;
- ✓ Atividades práticas;
- ✓ Relatório de visita técnica;
- ✓ Projetos aplicáveis a disciplina;
- ✓ Criação e apresentações também poderão ser avaliadas segundo critérios definidos pelo professor

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARAÚJO, Giovanni Moraes de. Legislação de segurança e saúde no trabalho: normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego. 10. ed. Rio de Janeiro: GVC, 2013. 1389 p.

Szabó Júnior, Adalberto Mohai. Manual de segurança, higiene e medicina do trabalho. 12 ed. São Paulo: Rideel, 2018.

CARDELLA, B. Segurança no Trabalho e Prevenção de Acidente, Editora: Atlas. 1ª Edição, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Norma Regulamentadora 26. Disponível em < <https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/ctpp/arquivos/normas-regulamentadoras/nr-22-atualizada-2022-1.pdf> >. Acesso 25 mar. 2023

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Norma Regulamentadora 26. Disponível em < <https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/ctpp/arquivos/normas-regulamentadoras/nr-26-atualizada-2022.pdf/view> >. Acesso 25 mar. 2023

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Norma Regulamentadora 36. Disponível em < <https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/ctpp/arquivos/normas-regulamentadoras/nr-36-atualizada-2022.pdf> >. Acesso 25 mar. 2023.

MORAIS, G., VILMA, M. ,Doenças Ocupacionais: Agentes Físico, Químico, Biológico, Ergonômico, Editora Iátria 1ª edição, 2010.

BRITO, O. Gestão de riscos: uma abordagem orientada a riscos operacionais. São Paulo: Saraiva, 2007.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DISCIPLINA: SEGURANÇA EM ESPAÇOS CONFINADOS E TRABALHO EM ALTURA

Código: STST.015

Carga Horária Total: 40 h/a

CH Teórica: 40h/a **CH Prática:** 0 h/a

Número de Créditos: 02

Pré-requisitos: -

Constitui pré-requisitos para: -

Semestre:

4

Nível: Técnico	Médio
EMENTA	
Normas Regulamentadoras 33 e 35.	
OBJETIVOS	
✓ Conhecer as atividades que poderão ser realizadas em espaços confinados. ✓ Apresentar as medidas de prevenção, medidas administrativas, medidas pessoais, capacitação e medidas para situações de emergências em espaços confinados. ✓ Identificar os riscos existentes na atividade em altura. ✓ Apontar as condições mínimas de segurança para o desenvolvimento da atividade realizada em diferenças de nível.	
PROGRAMA	
1.Norma Regulamentadora 33. 2.Norma Regulamentadora 35.	
METODOLOGIA DE ENSINO	
Podem ser utilizados como metodologia de ensino: aulas expositivas, com suporte nas aplicações de listas de exercícios; Exposição dialogada; Apresentação de Seminários; Estudo de caso; Exercícios práticos; Exibição de vídeos; Debates e discussões em grupo; Simulações de situações de risco e visitas técnicas.	
RECURSOS	
✓ Quadro branco ou lousa com marcadores e apagador; ✓ Projetor multimídia; ✓ Material didático pedagógico ✓ Cadernos e lápis; ✓ Simuladores virtuais; ✓ Laboratórios especializados; ✓ Fotocópias	

- ✓ Materiais e equipamentos.

AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada de forma contínua, considerando o ROD – Regulamento de Organização Didática, a partir de critérios estabelecidos pelo docente. Ela pode abranger uma grande diversificação dos métodos, de modo a contemplar diferentes tipos de habilidades e conhecimentos. Podem ser utilizados como instrumento de avaliação:

- ✓ Presença e participação nas atividades propostas;
- ✓ Estudo dirigido;
- ✓ Prova escrita e/ou trabalho em grupo ou individual;
- ✓ Atividades práticas;
- ✓ Relatório de visita técnica;
- ✓ Projetos aplicáveis a disciplina;
- ✓ Criação e apresentações também poderão ser avaliadas segundo critérios definidos pelo professor.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

SEGURANÇA e medicina do trabalho: normas regulamentadoras NRs 1 a 35, constituição federal (excertos) e CLT (excertos) e legislação complementar. 4. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013. 992 p.

RODRIGUES, José Eduardo; SANTOS, Rosângela Helena Pereira dos; BARROS, Benjamim Ferreira de. **NR-33**: guia prático de análise e aplicações: norma regulamentadora de segurança em espaços confinados. São Paulo: Érica, 2012. 188 p.

ARAÚJO, Giovanni Moraes de. **Legislação de segurança e saúde no trabalho**: normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego. 10. ed. Rio de Janeiro: GVC, 2013. 1389 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Szabó Júnior, Adalberto Mohai. Manual de segurança, higiene e medicina do trabalho. 12 ed. São Paulo: Rideel, 2018.

AYRES, Dennis de Oliveira; CORRÊA, José Aldo Peixoto. Manual de prevenção de acidentes do trabalho. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011. 258 p.

BRASIL. Ministério do Trabalho. Guia Técnico da NR- 33. Brasília, 2013. Disponível em: https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/ctpp/arquivos/normas-regulamentadoras/nr-33_guia_tecnico_da_nr_33.pdf. Acesso em: 24 mar. 2023.

BRASIL.

Ministério do Trabalho. Manual de auxílio na interpretação e aplicação da norma regulamentadora N.º 35.2ª ed. 2018. Brasília, 2018. Disponível em:

https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/composicao/orgaos-especificos/secretaria-de-trabalho/inspecao/manuais-e-publicacoes/manual_consolidado_da_nr_35.pdf> Acesso em: 25 mar. 2023.

BRASIL. Ministério do Trabalho. NR 35 –Trabalhos em altura. Disponível em< <https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/ctpp/arquivos/normas-regulamentadoras/nr-35.pdf> > Acesso em: 25 mar. 2023.

Coordenador do Curso _____	Setor Pedagógico _____
--------------------------------------	----------------------------------

DISCIPLINA: PRÁTICA PROFISSIONAL	
Código: STST.016	
Carga Horária Total: 40 h/a	CH Teórica: 10h CH Prática: 30h
Número de Créditos: 2	
Pré-requisitos:	Constitui pré-requisitos para: -
Semestre:	3
Nível:	Médio
EMENTA	

Planejamento de ações para a promoção da melhoria da saúde e segurança ocupacional, Planejamento e realização de treinamentos na área de SST; Organização de eventos relacionados à Saúde e Segurança no Trabalho; Elaboração de projetos e/ou propostas de melhoria para demandas na área de saúde e segurança ocupacional.

OBJETIVOS

- ✓ **Vivenciar** a teoria adquirida em sala de aula no Ambiente de Trabalho;
- ✓ **Executar** nas organizações, as atribuições previstas para um Técnico em Segurança no Trabalho;
- ✓ **Identificar** situações que possam colocar a saúde e a integridade física dos trabalhadores em risco;
- ✓ **Avaliar** os riscos presentes nos diversos ambientes de trabalho
- ✓ **Propor** medidas de controle para as situações de riscos identificadas
- ✓ **Promover** a adequação da empresa às normas e legislações aplicáveis aos diversos ambientes laborais;
- ✓ **Ampliar e aplicar** conhecimentos construídos durante o curso, tendo em vista a intervenção no mundo do trabalho e na realidade social;
- ✓ **Discutir** problemas locais detectados no decorrer do curso, analisando dados e prospectando soluções viáveis;
- ✓ **Desenvolver** habilidades pessoais, tais como: bom relacionamento interpessoal, liderança, comunicação assertiva, mediação de conflitos, capacidade de sensibilização para a cultura de segurança, entre outras;
- ✓ **Promover e disseminar** a cultura de segurança nas empresas.

PROGRAMA

1. Planejamento de ações para a promoção da melhoria da saúde e segurança ocupacional nas empresas
 - 1.1. Identificação das necessidades da empresa (prospecções, entrevistas, planejamento de reuniões com líderes de setor e representantes da empresa);
 - 1.2. Análise de indicadores de SST
 - 1.3. Identificação da necessidade de inspeção
 - 1.4. Elaboração de propostas e plano de ação

- 1.5. Execução das ações
- 1.6. Acompanhamento dos resultados
- 1.7. Relatórios
2. Organização de Eventos relacionados à Segurança no Trabalho
 - 2.1. Planejamento das etapas / cronograma do evento
 - 2.2. Definição de tema central do evento;
 - 2.3. Planejamento de data, horário e local do evento;
 - 2.4. Discussão e definição das atividades que serão efetuadas (visitas técnicas, investigação sobre atividades profissionais, projetos de pesquisa ou intervenção, minicurso, oficinas, roda de conversa, *workshop*, palestras, entre outros.)
 - 2.5. Planejamento de materiais e recursos necessários a realização do evento
 - 2.6. Certificação dos participantes
 - 2.7. Divulgação
 - 2.8. Execução do Evento
 - 2.9. Avaliação do Evento
- 3.0 Planejamento e realização de treinamentos na área de SST
 - 3.1. Identificação das necessidades de treinamento (por empresa, por setor, por atividade, por função) identificação de treinamentos exigidos por legislação e/ou normas técnicas
 - 3.2. Planejamento dos treinamentos (objetivos, público alvo, cronograma, locais, recursos, registros etc.)
 - 3.3. Elaboração de material de treinamento (slides, apostilas, *folders*, vídeos, notas de aula, etc.)
 - 3.4. Execução dos treinamentos
 - 3.5. Avaliação da eficácia dos treinamentos
- 4.0 Elaboração de Propostas de Intervenção e melhoria (Demandadas pela área de saúde e segurança ocupacional)
 - 4.1. Identificação das necessidades de adequação (riscos, legislações aplicáveis, oportunidades de melhorias identificadas, etc).
 - 4.2. Avaliação da situação a ser melhorada

4.3. Proposta de intervenção (plano de ação, cronograma, acompanhamento, etc).

4.4. Relatório

METODOLOGIA DE ENSINO

A Prática Profissional Supervisionada deverá ser realizada através de metodologias que permitam ao aluno vivenciar as atribuições esperadas para um Técnico de Segurança do Trabalho em seu exercício profissional, para tanto pode utilizar como ferramenta, estudos de caso entre outras estratégias que ajudem a simular as demandas reais do mercado em que o TST atua, propiciando ao aluno a oportunidade de entender e analisar criticamente tais demandas, de forma que este possa elaborar uma entrega que responda à essas necessidades, oportunizando assim o alcance dos objetivos da disciplina. As metodologias a serem usadas podem incluir:

- ✓ Aulas expositivo-dialogadas
- ✓ Exercícios teóricos e práticos;
- ✓ Estudos de Caso
- ✓ Visitas Técnicas

RECURSOS

- ✓ Quadro branco ou lousa com marcadores e apagador;
- ✓ Projetor multimídia;
- ✓ Material didático pedagógico;
- ✓ Materiais didático-pedagógico como textos, artigos científicos, exercícios, estudos dirigidos, entre outros;
- ✓ Vídeos

AValiação

A avaliação da disciplina ocorrerá em seus aspectos quantitativos e qualitativos, segundo o Regulamento da Organização Didática – ROD do IFCE. A avaliação terá caráter formativo, visando ao acompanhamento permanente do aluno. Desta forma, serão usados instrumentos e técnicas diversificados de avaliação, deixando sempre claros os seus objetivos e critérios. Alguns critérios a serem avaliados: Grau de participação do aluno em atividades que exijam produção individual e em equipe; Planejamento, organização, coerência de ideias e clareza na elaboração de trabalhos

escritos ou destinados à demonstração do domínio dos conhecimentos técnico-pedagógicos e científicos adquiridos; Desempenho cognitivo; Criatividade e uso de recursos diversificados; Domínio de atuação discente (postura e desempenho).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GIACAGLIA, Maria Cecília. **Organização de eventos**: teoria e prática. São Paulo: Cengage Learning, 2008. 256 p.

BRITTO, Janaina; FONTES, Nena. **Estratégias para eventos**: uma ótica do marketing e do turismo. 2. ed. ampl. atual. São Paulo: Aleph, 2010. 379 p.

MATTOS, Ubirajara Aluizio de Oliveira; MÁSCULO, Francisco Soares (organização). **Higiene e segurança do trabalho**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. 419 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

PORTELA, Gerardo. **Gerenciamento de riscos baseado em fatores humanos e cultura de segurança**: estudo de caso de simulação computacional do comportamento humano durante a operação de escape e abandono em instalações offshore. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. 180 p.

PONZETTO, Gilberto. **Mapa de riscos ambientais**: aplicado à engenharia de segurança do trabalho - CIPA: NR-05. 3. ed. São Paulo: LTr, 2010. 151 p.

OLIVEIRA, Cláudio Antonio Dias de. **Segurança e saúde no trabalho**: guia de prevenção de riscos. São Caetano do Sul, SP: Yendis, 2014. 161 p.

CARDELLA, Benedito. **Segurança no trabalho e prevenção de acidentes**: uma abordagem holística: segurança integrada à missão organizacional com produtividade, qualidade, preservação ambiental e desenvolvimento de pessoas. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2016. 292 p.

SALIBA, T. M., **Manual Prático de Higiene Ocupacional e PPRA**. 4 ed. São Paulo: Ltr, 2013.

Coordenador do Curso

NOME DO COORDENADOR

Setor Pedagógico

NOME DO PEDAGOGO

DISCIPLINA: PREVENÇÃO E CONTROLE DE RISCO		
Código: STST.017		
Carga Horária Total: 80 h/a	CH Teórica: 70 h/a	CH Prática: 10 h/a
Número de Créditos: 4		
Pré-requisitos:	Constitui pré-requisitos para:	
Semestre:	3	
Nível:	Médio	
EMENTA		
Inspeções. Metrologia. Controle total de perdas. Retenção de riscos e seguros. Investigação e análise de acidentes e incidentes. Procedimentos Operacionais de Segurança. Técnicas de Análise de Risco. Teoria das Falhas.		
OBJETIVOS		
✓ Conhecer os sistemas de medições e seus principais equipamentos. ✓ Promover investigação e detecção de prevenção de riscos ambientais. ✓ Realizar inspeções de riscos nos ambientes de trabalho, envolvendo medições gerais, técnicas de análise de risco. ✓ Aplicar métodos e ferramentas de prevenção de acidentes de trabalho. ✓ Reconhecer os procedimentos de segurança que devem ser obedecidos na execução diária das atividades de trabalho nas áreas industriais. ✓ Investigar, analisar e reconhecer as principais técnicas de análise de acidentes disponíveis na literatura.		
PROGRAMA		
1.Metrologia: Importância da calibração em equipamentos de suporte à área de Segurança do Trabalho. 2.Identificação e análise de risco: 2.1.Identificação dos riscos; 2.2.Técnicas de Análise de Risco		

3.Inspeções de segurança:

3.1.Tipos de Inspeção;

3.2.Inspeção do Trabalho;

3.3.Condução de inspeções de segurança.

4.Procedimentos Operacionais de Segurança.

5.Equipamentos de Proteção Individual - Norma Regulamentadora - NR 06 e Anexos.

Investigação e análise de acidentes e incidentes.

6.Teoria das Falhas.

7.Controle total de perdas.

8.Retenção de riscos e seguros.

9. Norma Regulamentadora 05 - CIPA

METODOLOGIA DE ENSINO

Podem ser utilizados como metodologia de ensino: aulas expositivas, com suporte nas aplicações de listas de exercícios; Exposição dialogada; Apresentação de Seminários; Estudo de caso; Exercícios práticos; Exibição de vídeos; Debates e discussões em grupo.

As aulas práticas poderão ocorrer em sala de aula, ou ambiente designado pelo docente, poderão ser solicitados:

✓ Simulações de risco com utilização correta de equipamentos de proteção coletiva e/ou individual disponíveis no laboratório.

✓ A realização atividades práticas individuais ou em equipe envolvendo avaliação de riscos: métodos e técnicas de análise de riscos, incluindo a elaboração de mapas de risco.

✓ Investigação e análise de acidentes de trabalho: técnicas de investigação, identificação de causas, elaboração de relatórios.

✓ Treinamentos práticos: realização treinamentos práticos de situações de risco/emergência.

✓ Visitas técnicas.

O docente também poderá fazer uso do laboratório de segurança no Trabalho disponível na Instituição.

RECURSOS

- ✓ Quadro branco ou lousa com marcadores e apagador;
- ✓ Projetor multimídia;
- ✓ Material didático pedagógico
- ✓ Cadernos e lápis;
- ✓ Simuladores virtuais;
- ✓ Laboratórios especializados;
- ✓ Fotocópias
- ✓ Materiais e equipamentos.

AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada de forma contínua, considerando o ROD – Regulamento de Organização Didática, a partir de critérios estabelecidos pelo docente. Ela pode abranger uma grande diversificação dos métodos, de modo a contemplar diferentes tipos de habilidades e conhecimentos. Podem ser utilizados como instrumento de avaliação:

- ✓ Presença e participação nas atividades propostas;
- ✓ Estudo dirigido;
- ✓ Prova escrita e/ou trabalho em grupo ou individual;
- ✓ Atividades práticas;
- ✓ Relatório de visita técnica;
- ✓ Projetos aplicáveis a disciplina;
- ✓ Criação e apresentações também poderão ser avaliadas segundo critérios definidos pelo professor.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALBERTAZZI, Armando. **Fundamentos de metrologia científica e industrial.**

Barueri, SP: Manole, 2014.

CARDELLA, Benedito. **Segurança no trabalho e prevenção de acidentes:** uma abordagem holística: segurança integrada à missão organizacional com produtividade, qualidade, preservação ambiental e desenvolvimento de pessoas. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2016. 292 p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 5425:1985 Guia para inspeção por amostragem no controle e certificação de qualidade.**

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Ayres, Dennis de Oliveira. **Manual de Prevenção de Acidentes do Trabalho.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 5426:1985 Planos de amostragem e procedimentos na inspeção por atributos.**

JUNIOR, G. P. P. Gerenciamento de Riscos Baseado em Fatores Humanos e Cultura de Segurança, Editora ST, 2013.

TAVARES, C.; LIMA, V.; CAMPOS, A. Prevenção e controle de risco em máquinas, equipamentos e instalações, Editora: SENAC SAO PAULO, 2012.

OLIVEIRA, Cláudio Antonio Dias de. **Segurança e saúde no trabalho:** guia de prevenção de riscos. São Caetano do Sul, SP: Yendis, 2014. 161 p.

Coordenador do Curso	Setor Pedagógico
_____	_____
NOME DO COORDENADOR	NOME DO PEDAGOGO

DISCIPLINA: LAUDOS PERICIAIS

Código: STST.018

Carga Horária Total: 80

CH Teórica: 80 h/a **CH Prática:** 0 h/a

Número de Créditos: 4

Pré-requisitos:

Constitui pré-requisitos para: -

Semestre:

4

Nível:

Médio

EMENTA

Laudo Pericial. Formação e atuação de Perito e Assistente Técnico. Execução de perícia. Fatores que influenciam em uma perícia. Diligência Pericial. Registro da perícia

nos órgãos competentes. Interpretação de pareceres, laudos técnicos e periciais. Jurisprudência e súmulas. Indenização e ações regressivas.

OBJETIVOS

- ✓ **Conhecer** procedimento legal pericial para desenvolver habilidades de reconhecimento, avaliação e controle dos riscos ambientais para a segurança e saúde do trabalhador.
- ✓ **Conhecer** os procedimentos legais para prática da perícia.
- ✓ **Produzir** relatórios referentes à segurança e à saúde do trabalhador.
- ✓ **Reconhecer** o laudo técnico como elemento de prova para fins trabalhista, previdenciário, civil e penal.
- ✓ **Interpretar** pareceres e laudos técnicos e periciais.

PROGRAMA

1. Legislação Previdenciária.
2. Conceito de Laudo Pericial.
3. Formação e atuação de Perito e Assistente Técnico.
4. Formulação de Quesitos.
5. Provas Periciais.
6. Execução de perícia (Fatores que influenciam em uma perícia, registro da perícia nos órgãos competentes e diligência pericial)
7. Técnicas de elaboração do Laudo Pericial.
8. Interpretação de pareceres, laudos técnicos e periciais.
9. Jurisprudência e súmulas.
10. Indenização do dano pessoal (responsabilidade civil).
11. Outras ações (responsabilidade penal, ação regressiva, ação previdenciária).
12. Gerenciamento de Riscos Ocupacionais - GRO

METODOLOGIA DE ENSINO

Podem ser utilizados como metodologia de ensino: aulas expositivas, com suporte nas aplicações de listas de exercícios; Exposição dialogada; Apresentação de Seminários; Estudo de caso; Exercícios práticos; Exibição de vídeos; Debates e discussões em grupo; Simulações de situações de risco e visitas técnicas.

RECURSOS

- ✓ Quadro branco ou lousa com marcadores e apagador;
- ✓ Projetor multimídia;
- ✓ Material didático pedagógico
- ✓ Cadernos e lápis;
- ✓ Simuladores virtuais;
- ✓ Laboratórios especializados;
- ✓ Fotocópias;
- ✓ Materiais e equipamentos disponíveis na Instituição

AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada de forma contínua, considerando o ROD – Regulamento de Organização Didática, a partir de critérios estabelecidos pelo docente. Ela pode abranger uma grande diversificação dos métodos, de modo a contemplar diferentes tipos de habilidades e conhecimentos. Podem ser utilizados como instrumento de avaliação:

- ✓ Presença e participação nas atividades propostas;
- ✓ Estudo dirigido;
- ✓ Prova escrita e/ou trabalho em grupo ou individual;
- ✓ Atividades práticas;
- ✓ Relatório de visita técnica;
- ✓ Projetos aplicáveis a disciplina;
- ✓ Criação e apresentações também poderão ser avaliadas segundo critérios definidos pelo professor.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

SALIBA, Tuffi Messias. **Manual prático de avaliação e controle de poeira e outros particulados - PPRA** . 6. ed. São Paulo: LTr, 2013. 128 p. ISBN 9788536125374.

BUONO NETO, Antonio; BUONO, Elaine Arbex. **Guia prático para elaboração de laudos periciais em medicina do trabalho**. 3. ed. São Paulo: LTr, 2014. 247 p. ISBN 9788536128771

CORRÊA, Márcia Angelim Chaves; SALIBA, Tuffi Messias. **Manual prático de avaliação e controle de gases e vapores - PPRA**. 5. ed. São Paulo: LTr, 2013. 144 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

NORMA DE HIGIENE OCUPACIONAL – Procedimento técnico – Procedimento técnico avaliação da exposição ocupacional ao ruído – NHO 01 - São Paulo: Fundacentro: 2002.

NORMA DE HIGIENE OCUPACIONAL – Método de ensaio - Análise qualitativa de fração volátil – NHO 02 - São Paulo: Fundacentro: 2002.

NORMA DE HIGIENE OCUPACIONAL – Método de ensaio – Análise gravimétrica de aerodispersóides sólidos. – NHO 03 - São Paulo: Fundacentro: 2002

NORMA DE HIGIENE OCUPACIONAL – Método de ensaio – Método de coleta e análise de fibras em locais de trabalho – NHO 06 - São Paulo: Fundacentro: 2002

NORMA DE HIGIENE OCUPACIONAL – Procedimento técnico – Avaliação da exposição ocupacional ao calor – NHO 06 - São Paulo: Fundacentro: 2002

Coordenador do Curso

NOME DO COORDENADOR

Setor Pedagógico

NOME DO PEDAGOGO

DISCIPLINA: Toxicologia	
Código: STST.019	
Carga Horária Total: 40 h/a	CH Teórica: 40 h/a CH Prática: 0
Número de Créditos: 2	
Pré-requisitos:	Constitui pré-requisitos para: -
Semestre:	3
Nível:	Médio
EMENTA	
Breve histórico da toxicologia ocupacional. Conceitos básicos em Toxicologia. Limites de exposição. Exposição dos trabalhadores aos principais agentes toxicológicos. Controle dos riscos químicos nos ambientes de trabalho. Vigilância à saúde e monitoramento biológico. Anexos I, III e V da Norma Regulamentadora 07.	
OBJETIVOS	
✓ Conhecer o histórico da toxicologia ocupacional. ✓ Compreender a utilização dos conceitos bases e as principais classificações aplicáveis aos efeitos toxicológicos. ✓ Distinguir o processo de intoxicação e seus mecanismos. ✓ Desenvolver o controle dos riscos químicos nos ambientes de trabalho. ✓ Entender a importância da vigilância epidemiológica e monitoramento biológico do trabalhador.	
PROGRAMA	
1.Breve histórico da toxicologia ocupacional. 2.Conceitos básicos em Toxicologia: 2.1.Principais conceitos utilizados na disciplina de higiene ocupacional; 2.2.Duração e frequência da exposição; 2.3.Efeitos locais; 2.4.Efeitos sistêmicos; 2.5.Toxicocinética: 2.5.1.Principais fases (Absorção, Distribuição, Biotransformação e Excreção);	

2.5.2. Indicadores de eliminação.

2.6. Toxicodinâmica:

2.7. Avaliação de toxicidade;

2.8. Toxicidade aguda: Dose-resposta e Doses NOAEL (*No Observed Adverse Effect Level*) e LOAEL (*Lowest Observable Adverse Effect Level*).

3. Limites de exposição:

3.1. Avaliação da toxicidade:

3.2. Definições toxicidade: aguda, subaguda, subcrônica e crônica;

3.3. Mutagênese e carcinogênese;

3.4. Efeitos locais sobre pele e olhos.

4. Exposição dos trabalhadores aos agentes:

4.1. Gases e vapores;

4.2. Gases e vapores asfixiantes e irritantes;

4.3. Líquidos;

4.4. Sólidos;

4.5. Particulados sólidos e sensibilizantes;

4.6. Metais;

4.7. Substâncias orgânicas.

5. Controle dos riscos químicos nos ambientes de trabalho:

5.1. Fontes de informações sobre produtos químicos;

5.2. FISPQs, SDSs e boletins técnicos;

5.3. Elaboração de um programa de monitoramento de exposição a substâncias químicas.

6. Monitoramento biológico:

6.1. Monitoramento biológico da exposição ocupacional;

6.2. Indicador biológico.

6.3. Anexos: I, III e V da Norma Regulamentadora 07

7. Vigilância à saúde e monitoramento biológico.

METODOLOGIA DE ENSINO

Podem ser utilizados como metodologia de ensino: aulas expositivas, com suporte nas aplicações de listas de exercícios; Exposição dialogada; Apresentação de Seminários;

Estudo de caso; Exercícios práticos; Exibição de vídeos; Debates e discussões em grupo; Simulações de situações de risco e visitas técnicas.

RECURSOS

- ✓ Quadro branco ou lousa com marcadores e apagador;
- ✓ Projetor multimídia;
- ✓ Material didático pedagógico
- ✓ Cadernos e lápis;
- ✓ Simuladores virtuais;
- ✓ Laboratórios especializados;
- ✓ Fotocópias
- ✓ Materiais e equipamentos.

AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada de forma contínua, considerando o ROD – Regulamento de Organização Didática, a partir de critérios estabelecidos pelo docente. Ela pode abranger uma grande diversificação dos métodos, de modo a contemplar diferentes tipos de habilidades e conhecimentos. Podem ser utilizados como instrumento de avaliação:

- ✓ Presença e participação nas atividades propostas;
- ✓ Estudo dirigido;
- ✓ Prova escrita e/ou trabalho em grupo ou individual;
- ✓ Atividades práticas;
- ✓ Relatório de visita técnica;
- ✓ Projetos aplicáveis a disciplina;
- ✓ Criação e apresentações também poderão ser avaliadas segundo critérios definidos pelo professor.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

OGA, Seizi. **Fundamentos de toxicologia**. 4. ed. São Paulo: Atheneu, 2014. 685 p.
BUSCHINELLI, José Tarcísio Penteado. Toxicologia ocupacional [Texto] / José Tarcísio Penteado Buschinelli. – São Paulo: Fundacentro, 2020. Disponível em <

http://arquivosbiblioteca.fundacentro.gov.br/exlibris/aleph/u23_1/bd/Toxicologia_ocupacional_final.pdf> 23 mar. 2023.

MICHEL, Oswaldo da Rocha. **Toxicologia ocupacional**. Rio de Janeiro: Revinter, 2000. 302 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

KLAASSEN, Curtis D.; WATKINS, John B. **Fundamentos em toxicologia de Casarett e Doull**. 2. ed. Porto Alegre: AMGH, 2012. 460 p.

SISINNO, Cristina Lúcia Silveira. **Princípios de toxicologia ambiental**. Rio de Janeiro: Interciência, 2013. 198 p.

MOREAU, Regina Lúcia de Moraes; SIQUEIRA, Maria Elisa Pereira Bastos de. **Toxicologia analítica**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008. 318 p.

_ABHO Higiene e Toxicologia Ocupacional, Sérgio Colacioppo 1ª. Edição 2020. Disponível em < https://www.abho.org.br/wp-content/uploads/2020/09/ABHO_2020_HIGIENE_E_TOXICOLOGIA.pdf > 23 mar. 2023.

Toxicologia / Janis Elisa Ruppenthal. – Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, Colégio Técnico Industrial de Santa Maria: Rede e-Tec Brasil, 2013. 128 p. Acesso < <https://efivest.com.br/wp-content/uploads/2019/02/toxicologia.pdf> > 23 mar. 2023.

Coordenador do Curso	Setor Pedagógico
_____	_____
NOME DO COORDENADOR	NOME DO PEDAGOGO

DISCIPLINA: EMPREENDEDORISMO		
Código: STST.020		
Carga Horária Total: 40 h/a	CH Teórica: 40h/a	CH Prática: 0
Número de Créditos: 2		
Pré-requisitos:	Constitui pré-requisitos para: -	
Semestre:	4	
Nível:	Médio	
EMENTA		
Empreendedorismo: principais conceitos e características. A gestão empreendedora e suas implicações para as organizações. Características, tipos e habilidades do empreendedor. Liderança e motivação. O papel e a importância do comportamento empreendedor nas organizações. O perfil dos profissionais empreendedores nas organizações. A busca de oportunidades dentro e fora do negócio. Plano de negócio.		
OBJETIVOS		
✓ Conhecer o perfil do empreendedor para desenvolver e aprimorar constantemente a capacidade empreendedora. ✓ Conhecer a importância do comportamento empreendedor nas organizações. ✓ Aplicar técnicas de identificação e aproveitamento de oportunidades, na aquisição e gerenciamento de recursos necessários ao negócio. ✓ Desenvolver a criatividade e a aprendizagem proativa.		
PROGRAMA		
1. A natureza e a importância do empreendedorismo: 1.1 O que é empreendedorismo; 1.2 O que fazem os empreendedores; 1.3 Tipos de empreendedores; 1.4 Características de A a Z do empreendedor de sucesso;		

- 1.5 Principais causas de fechamento da Pequena e Média Empresa - PME.
2. O processo empreendedor:
 - 2.1 Os fatores críticos para o desenvolvimento econômico;
 - 2.2 Os fatores que influenciam no processo empreendedor;
 - 2.3 As fases do processo empreendedor.
3. Avaliando uma oportunidade de negócios:
 - 3.1 Diferenciando ideias de oportunidades;
 - 3.1 Gerar um novo negócio ou ideia;
 - 3.3 Análise das oportunidades de mercado;
 - 3.4 Análise do ambiente externo;
 - 3.5 Análise do ambiente interno;
 - 3.6 Análise SWOT / FOFA (forças, oportunidades, fraquezas e ameaças);
 - 3.7 Estratégias competitivas genéricas;
 - 3.8 Comportamento do consumidor.
4. O plano de negócio e sua importância:
 - 4.1 Compreendendo o que é um plano de negócios;
 - 4.2 A importância do plano de negócios;
 - 4.3 Como montar um plano de negócios;
 - 4.4 O plano de marketing;
 - 4.5. O plano de gestão de pessoas;
 - 4.6. O plano operacional;
 - 4.7. O plano financeiro;
 - 4.8 Aspectos importantes do plano de negócios.
5. Casos de Sucesso.

METODOLOGIA DE ENSINO

Podem ser utilizados como metodologia de ensino: aulas expositivas, com suporte nas aplicações de listas de exercícios; Exposição dialogada; Apresentação de Seminários; Estudo de caso; Exercícios práticos; Exibição de vídeos; Debates e discussões em grupo; Simulações de situações de risco e visitas técnicas.

RECURSOS

- ✓ Quadro branco ou lousa com marcadores e apagador;

- ✓ Projetor multimídia;
- ✓ Material didático pedagógico
- ✓ Cadernos e lápis;
- ✓ Simuladores virtuais;
- ✓ Laboratórios especializados;
- ✓ Fotocópias
- ✓ Materiais e equipamentos.

AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada de forma contínua, considerando o ROD – Regulamento de Organização Didática, a partir de critérios estabelecidos pelo docente. Ela pode abranger uma grande diversificação dos métodos, de modo a contemplar diferentes tipos de habilidades e conhecimentos. Podem ser utilizados como instrumento de avaliação:

- ✓ Presença e participação nas atividades propostas;
- ✓ Estudo dirigido;
- ✓ Prova escrita e/ou trabalho em grupo ou individual;
- ✓ Atividades práticas;
- ✓ Relatório de visita técnica;
- ✓ Projetos aplicáveis a disciplina;
- ✓ Criação e apresentações também poderão ser avaliadas segundo critérios definidos pelo professor.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BUSINESSWEEK. Empreendedorismo: as regras do jogo. São Paulo: Nobel, 2008.
CHER, Rogério. Empreendedorismo na veia. Rio de Janeiro: Campus, 2008.
LOZINSKY, Sérgio. Implementando empreendedorismo na sua empresa. São Paulo: M. Books, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARAÚJO FILHO, Geraldo Ferreira de. Empreendedorismo criativo. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2007.
BERNARDES, Cyro. Você pode criar empresas. São Paulo: Saraiva, 2009.

CAVALCANTI, Marly; FARAH, Osvaldo Elias; MARCONDES, Luciana Passos. Empreendedorismo estratégico: criação e gestão de pequenas empresas. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

DOLABELA, Fernando. O segredo de Luísa. Rio de Janeiro: Sextante, 2008.

DORNELAS, José Carlos Assis. Empreendedorismo na prática: mitos e verdades do empreendedor de sucesso. Rio de Janeiro: Campus, 2007.

Coordenador do Curso	Setor Pedagógico
NOME DO COORDENADOR	NOME DO PEDAGOGO

DISCIPLINA: SEGURANÇA RURAL	
Código: STST.021	
Carga Horária Total: 40 h/a	CH Teórica: 40 h/a CH Prática: 0
Número de Créditos: 2	
Pré-requisitos:	Constitui pré-requisitos para: -
Semestre:	3
Nível:	Médio
EMENTA	
Breve histórico da agricultura do Brasil e do Ceará. Caracterização de acidentes. Segurança no trabalho rural e agroindústria. Defensivos agrícolas. Prevenção de acidentes com ferramentas manuais, máquinas e equipamentos agrícolas. Doenças Profissionais Rurais. Norma Regulamentadora NR-31. Animais peçonhentos Plantas venenosas.	
OBJETIVOS	
✓ Conhecer os conceitos básicos e a aplicação técnica da legislação em segurança rural. ✓ Identificar os elementos mais importantes da segurança do trabalho no meio rural. ✓ Entender a legislação pertinente ao trabalho rural e agroindustrial. ✓ Recomendar práticas seguras de utilização de defensivos agrícolas e ferramentas manuais. ✓ Realizar procedimentos de orientação sobre medidas de eliminação e neutralização de riscos. ✓ Promover a saúde e proteger a integridade do trabalhador em seu local de atuação com base na legislação rural. ✓ Reconhecer os principais animais peçonhentos e plantas venenosas existentes no ambiente agroindustrial.	
PROGRAMA	

1. Breve histórico da agricultura do Brasil e no Ceará.
2. Caracterização de acidentes típicos e atípicos rurais.
3. Segurança no trabalho rural e agroindustrial.
4. Uso de defensivos agrícolas
5. Análise da FISPQ (Ficha de Informações de Segurança de Produtos Químicos) de defensivos e fertilizantes.
6. Prevenção de acidentes com ferramentas manuais, máquinas e equipamentos agrícolas.
7. Doenças profissionais rurais.
8. Norma Regulamentadora NR-31.
9. Riscos decorrentes do contato com animais peçonhentos e venenosos.
10. Riscos decorrentes do contato com plantas venenosas.

METODOLOGIA DE ENSINO

Podem ser utilizados como metodologia de ensino: aulas expositivas, com suporte nas aplicações de listas de exercícios; Exposição dialogada; Apresentação de Seminários; Estudo de caso; Exercícios práticos; Exibição de vídeos; Debates e discussões em grupo; Simulações de situações de risco e visitas técnicas.

RECURSOS

- ✓ Quadro branco ou lousa com marcadores e apagador;
- ✓ Projetor multimídia;
- ✓ Material didático pedagógico
- ✓ Cadernos e lápis;
- ✓ Simuladores virtuais;
- ✓ Laboratórios especializados;
- ✓ Fotocópias
- ✓ Materiais e equipamentos

AVALIAÇÃO

Organização Didática, a partir de critérios estabelecidos pelo docente. Ela pode abranger uma grande diversificação dos métodos, de modo a contemplar diferentes

tipos de habilidades e conhecimentos. Podem ser utilizados como instrumento de avaliação:

- ✓ Presença e participação nas atividades propostas;
- ✓ Estudo dirigido;
- ✓ Prova escrita e/ou trabalho em grupo ou individual;
- ✓ Atividades práticas;
- ✓ Relatório de visita técnica;
- ✓ Projetos aplicáveis a disciplina;
- ✓ Criação e apresentações também poderão ser avaliadas segundo critérios definidos pelo professor.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **NR 31 - Segurança e Saúde no Trabalho na Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Exploração Florestal e Aquicultura**. Disponível em < <https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/ctpp/arquivos/normas-regulamentadoras/nr-31-atualizada-2022-modif-item-31-7-4.pdf>> Acesso, 23 mar. 2022.

MONTEIRO, Leonardo de Almeida; ALBIERO, Daniel. **Segurança na Operação com Máquinas Agrícolas**. Fortaleza, CE: Imprensa Universitária, 2013. 124p. ISBN 978-85-7485-164-8.

MONTEIRO, Leonardo de Almeida. **Prevenção de acidentes com tratores agrícolas e florestais**. Botucatu, SP: Diagrama, 2010. 105 p. ISBN 978-85-62127-01-4

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Ayres, Dennis de Oliveira. **Manual de Prevenção de Acidentes do Trabalho**. 2. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2011.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL (Brasil). **Máquinas agrícolas: tecnologias de precisão**. Brasília: SENAR, 2012. 76 p., il. (Senar, 158). ISBN 978-85-7664-069-1. Disponível em: <https://www.cnabrazil.org.br/assets/arquivos/158-M%C3%81QUINAS-AGRICOLAS-NOVO.pdf>. Acesso em: 25 Apr. 2023.

BARBOSA FILHO, A. N. **Segurança do Trabalho na Agropecuária e na**

Agroindústria. São Paulo: Atlas, 2016.

SARAIVA. **Segurança e medicina do trabalho.** 22. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

MORAES, Márcia Vilma Gonçalves de. **Doenças ocupacionais:** agentes: físico, químico, biológico, ergonômico. 2. ed. São Paulo: Iátria, 2014. 236 p.

Coordenador do Curso

NOME DO COORDENADOR

Setor Pedagógico

NOME DO PEDAGOGO

DISCIPLINA: MEDICINA DO TRABALHO		
Código: STST.022		
Carga Horária Total: 40 h/a	CH Teórica: 30 h/a	CH Prática: 10 h/a
Número de Créditos: 2		
Pré-requisitos:	Constitui pré-requisitos para: -	
Semestre:	3	
Nível:	Médio	
EMENTA		
Norma Regulamentadora - 07. Norma Regulamentadora -32. Noções de Primeiros Socorros. Procedimentos básicos de primeiros socorros em situações de urgência e emergência.		
OBJETIVOS		
✓ Conhecer as etapas constantes do Programa Médico de Saúde do Trabalhador para acompanhar o seu desenvolvimento. ✓ Interpretar a legislação destinada a atividades em serviço de Saúde. ✓ Identificar o atendimento mais adequado nas situações de risco. ✓ Conhecer para aplicar técnicas de primeiros socorros. ✓ Orientar socorro médico e/ou realizar imobilização e transporte adequado da vítima.		
PROGRAMA		
1.Estudo da Norma Regulamentadora 07. 2.Estudo da Norma Regulamentadora 32: 3.Noções de Primeiros Socorros: 3.1.Noções de anatomia e fisiologia aplicada a primeiros socorros; 3.2.Precauções universais; 3.3.Avaliação inicial da vítima e Sinais vitais. 4.Primeiros socorros em situações de urgência e emergência: 4.1.Parada Cardiorrespiratória e Ressuscitação Cárdio Pulmonar - RCP; 4.2.Corpos estranhos nos olhos, ouvido, ouvido e garganta;		

- 4.3.Desmaios e convulsões;
- 4.4.Acidente Vascular Cerebral - AVC;
- 4.5.Hemorragia e prevenção ao estado de choque;
- 4.6.Fraturas e lesões das articulações;
- 4.7.Afogamento;
- 4.8.Queimaduras;
- 4.9.Acidentes causados por eletricidade;
- 4.10.Envenenamentos e intoxicações;
- 4.11.Acidentes com animais peçonhentos.
- 5.Resgate e transporte de pessoas acidentadas.
- 6.Capacitação no atendimento dos primeiros socorros aos empregados.

METODOLOGIA DE ENSINO

Podem ser utilizados como metodologia de ensino: aulas expositivas, com suporte nas aplicações de listas de exercícios; Exposição dialogada; Apresentação de Seminários; Estudo de caso; Exercícios práticos; Exibição de vídeos; Debates e discussões em grupo; Simulações de situações de risco e visitas técnicas.

As aulas práticas ocorrerão em sala de aula, com atividades práticas individuais ou em equipe. Poderão ser realizadas simulações de emergência em ambientes de trabalho diversos respeitando as normas e regulamentações aplicáveis aos primeiros socorros. A critério do professor poderão ser utilizados, equipamentos e instrumentos disponíveis na instituição ou visitas técnicas.

RECURSOS

- ✓ Quadro branco ou lousa com marcadores e apagador;
- ✓ Projetor multimídia;
- ✓ Material didático pedagógico
- ✓ Cadernos e lápis;
- ✓ Simuladores virtuais;
- ✓ Laboratórios especializados;
- ✓ Fotocópias
- ✓ Materiais e equipamentos.

AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada de forma contínua, considerando o ROD – Regulamento de Organização Didática, a partir de critérios estabelecidos pelo docente. Ela pode abranger uma grande diversificação dos métodos, de modo a contemplar diferentes tipos de habilidades e conhecimentos. Podem ser utilizados como instrumento de avaliação:

- ✓ Presença e participação nas atividades propostas;
- ✓ Estudo dirigido;
- ✓ Prova escrita e/ou trabalho em grupo ou individual;
- ✓ Atividades práticas;
- ✓ Relatório de visita técnica;
- ✓ Projetos aplicáveis a disciplina;
- ✓ Criação e apresentações também poderão ser avaliadas segundo critérios definidos pelo professor.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

_____. Ministério da Saúde. Doenças relacionadas ao trabalho: manual de procedimentos para os serviços de saúde. Ministério da Saúde, Representação no Brasil da OPAS/OMS, Brasil. Brasília: Ministério da Saúde, 2001. 580 p. Série A. Normas e Manuais Técnicos.

_____. Ministério da Saúde. Política nacional de saúde do (a) trabalhador (a) . Brasília, 2004. Disponível em:

http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/proposta_pnst_st_2009.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2014.

Ministério do Trabalho MTb / FUNDACENTRO – Curso de Medicina do Trabalho
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MORAES, Márcia Vilma Gonçalves de. **Doenças ocupacionais**: agentes: físico, químico, biológico, ergonômico. 2. ed. São Paulo: Iátria, 2014. 236 p, il. ISBN 9788576140627.

PIRES, Marco Tulio Baccarini; STARLING, Sizerando Vieira. **Erazo, manual de urgências em pronto-socorro**. 10. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014. 1051 p.

MONTEIRO, Antônio Lopes; BERTAGNI, Roberto Fleury de Souza. **Acidentes do trabalho e doenças ocupacionais: conceito, processos de conhecimento e de execução e suas questões polêmicas**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. 496 p.

SOUSA, Lucila Medeiros Minichello de. **Suporte Básico à vida**. 1. ed. São Paulo: Érica, 2014. 152 p., il. (Eixos).

BELLUSCI, Silvia Meirelles. **Doenças profissionais ou do trabalho**. 9.ed. São Paulo: Senac SP, 2007. 147 p.

Coordenador do Curso	Setor Pedagógico
_____	_____
NOME DO COORDENADOR	NOME DO PEDAGOGO

DISCIPLINA: SEGURANÇA NA CONSTRUÇÃO CIVIL		
Código: STST.023		
Carga Horária Total: 80 h/a	CH Teórica: 80 h/a	CH Prática: 0 h/a
Número de Créditos: 4		
Pré-requisitos: NÃO EXISTE	Constitui pré-requisitos para: - NÃO	
Semestre: 2	Nível: Técnico	
EMENTA		
Documentação utilizada na construção civil. Compreensão de Projetos. Principais atividades de um canteiro de obra e seus riscos. Organizações de canteiros de obra. Conhecimento das medidas de controle em diversas fases de uma obra. Normas Regulamentadoras 8, 18, 21 e 24.		
OBJETIVO		
✓ Compreender projetos de segurança do trabalho em canteiros de obra/frente de trabalho; ✓ Planejar treinamentos específicos para a prevenção de acidentes na construção civil ✓ Interpretar a legislação específica da área de atuação; ✓ Dimensionar área de vivência no canteiro de obras; ✓ Investigar, analisar e recomendar medidas de prevenção e controle de acidentes nas etapas da construção civil.		
PROGRAMA		
1. Principais documentos utilizados na Construção Civil; 2. Avaliação de projetos; 3. Organização do trabalho no canteiro de obras; 4. Gerenciamento de riscos na construção civil; 5. Norma regulamentadora - NR 8; 6. Norma regulamentadora - NR 18; 7. Norma regulamentadora - NR 21; 8. Norma regulamentadora - NR 24; 9. Noções de Trabalho em Altura - NR 35		
METODOLOGIA DE ENSINO		

Podem ser utilizados como metodologia de ensino: aulas expositivas, com suporte nas aplicações de listas de exercícios; Exposição dialogada; Apresentação de Seminários; Estudo de caso; Exercícios práticos; Exibição de vídeos; Debates e discussões em grupo; Simulações de situações de risco e visitas técnicas.

RECURSOS

- ✓ Quadro branco ou lousa com marcadores e apagador;
- ✓ Projetor multimídia;
- ✓ Material didático pedagógico
- ✓ Cadernos e lápis;
- ✓ Simuladores virtuais;
- ✓ Laboratórios especializados;
- ✓ Fotocópias
- ✓ Materiais e equipamentos.

AVALIAÇÃO

A avaliação será desenvolvida ao longo do semestre, de forma processual e contínua, utilizando os seguintes instrumentos:

- Prova escrita e/ou trabalho individual;
- Presença e participação nas atividades propostas;
- Relatório de visita técnica e execução de tarefas práticas

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

VAREJÃO, Fabrício de Medeiros Dourado. **Gerência de riscos na construção civil**: um guia prático. Recife: Nova Presença, 2015. 212 p.

TEIXEIRA, Pedro Luiz Lourenço. **Segurança do trabalho na construção civil**: do projeto à execução final. São Paulo: Navegar, 2009. 118 p.

REIS, J. T. dos. A Empreitada na Indústria da Construção Civil, o Acidente de Trabalho e a Responsabilidade, Editora: Ltr.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CADAMURO, Janieyre Scabio. **Liderança no canteiro de obras**. InterSaberes. Livro. (192 p.). ISBN 9788582127612. Disponível em: <https://middleware-bv.am4.com.br/SSO/ifce/9788582127612>. Acesso em: 08/05/22.

PRESERVAÇÃO das condições de saúde, meio ambiente e segurança (SMS): Informativo Técnico nº 4. Rio de Janeiro: ABEDA, 2013. Disponível em: <http://www.abeda.org.br/informativos-tecnicos/>. Acesso em: 08/05/22.

JARBAS MILITITSKY. **Grandes escavações em perímetro urbano**. Oficina de Textos. Livro. (144 p.). Disponível em: <https://middleware-bv.am4.com.br/SSO/ifce/978-85-7975-252-0>. Acesso em: 08/05/22.

CARDELLA, B. Segurança no Trabalho e Prevenção de Acidente, Editora: Atlas. 1ª Edição, 2008.

BARROS, B. F., Et all. NR 33 - Guia Prático de Análise e Aplicações - Norma Regulamentadora de Segurança em Espaços Confinados, Editora: Erica, 1ª Edição, 2012.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DISCIPLINA: EDUCAÇÃO FÍSICA (Optativa)	
Código:	
Carga Horária Total: 40hs	CH Teórica: 10h CH Prática: 30h
Número de Créditos:	2
Pré-requisitos:	Constitui pré-requisitos para: -----
Semestre:	Optativa
Nível:	Técnico Subsequente
EMENTA	
Conhecimentos sobre o corpo e atividade física, estilo de vida ativo e sua relação com a saúde integral. Práticas da cultura corporal brasileira e da humanidade. Vivências de atividades físicas na natureza, atividades físicas adaptadas e esportes paraolímpicos. Reflexões sobre questões socioculturais que envolvam a totalidade do corpo na sociedade atual, transversalizado com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para Educação das Relações Étnico-Raciais e Ensino da História e da Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena, Educação Ambiental e Educação em Direitos Humanos.	
OBJETIVOS	
• Vivenciar práticas da cultura corporal em alternativa ao que foi anteriormente vivenciado na educação física escolar. • Reconhecer os benefícios da prática de atividade física e esportiva relacionadas à saúde integral do ser humano; • Refletir sobre o corpo em sua totalidade pela observação da ação/reflexão/ação em sala de aula e nas atividades propostas durante o semestre letivo. • Discutir temáticas socioculturais urgentes requeridas para o pleno	

exercício da cidadania.
PROGRAMA
UNIDADE 1 – CONCEITO DE CULTURA CORPORAL E OS TEMAS A ESTAS PERTINENTES • Compreensão sobre as vivências dos estudantes e suas práticas dos temas/conteúdos da cultura corporal na educação física escolar; • Conceituação sobre cultura corporal e descrição dos temas/conteúdos que a compõem; • História da cultura corporal brasileira e da humanidade; • Proposições para construção dos temas/conteúdos da cultura corporal a serem estudados durante o curso. UNIDADE 2 – JOGOS E BRINCADEIRAS • Discussões gerais sobre o tema/conteúdo; • O que é jogo e seu entendimento epistemológico; • Tipos de jogos; • Prática de jogos e brincadeiras populares e/ou tradicionais; • Construção/criação de brinquedo. UNIDADE 3 – ESPORTES • Discussões gerais sobre o tema/conteúdo; • Práticas esportivas não convencionais ou pouco conhecida pela comunidade discente; • Significado e práticas dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos. • Práticas esportivas de culturas tradicionais e contemporâneos. UNIDADE 4 – VIVÊNCIAS CORPORAIS ALTERNATIVAS • Vivências e práticas de atividades corporais fora do espaço-tempo cotidiano do ginásio poliesportivo do campus como: Tai-chi, Yoga, Breakdance, Circo, Teatro, Corrida de orientação, Ecotrilhas, atividades físicas adaptadas.
METODOLOGIA DE ENSINO
Planejamento e execução de atividades físicas e esportivas no ginásio poliesportivo do campus a partir da compreensão das vivências da cultural corporal que os estudantes trazem de conhecimento significativo, a partir dos conteúdos tratados

na unidade 1, possibilitando a organização de vivências teóricas e práticas sobre os temas/ conteúdos da cultura corporal descritos nas demais unidades do programa.

Utilização de métodos para ensino-aprendizagem na educação física escolar como: o descobrimento guiado, a observação-demostração-execução-reflexão, assim como o jogo para além de conteúdo, apresentam-se como metodologia às vivências das unidades 2, 3 e 4.

Soma-se o referencial teórico – metodológico da Pretagogia para implementação das DCNs para a Educação as Relações Étnico-raciais e Ensino de História e Cultura Africana, Afro-brasileira e Indígenas, DCNs para Educação Ambiental e DCNs para Educação em Direitos Humanos.

Produção de trabalhos acadêmicos escritos e/ou práticos, desenvolvidos de forma individual, duplas, trios ou coletivamente, utilizando-se de metodologia científica e inovação.

A UNIDADE 4 organiza-se de forma integradora com as demais unidades do programa de estudos, propostas como práticas corporais alternativas não vivenciadas na educação física escolar pelos estudantes e, possibilitadas mediante aulas de campo ou parcerias institucionais e profissionais a serem realizadas no próprio campus.

RECURSOS

Ginásio poliesportivo do campus como laboratório de práticas corporais, adicionado dos equipamentos e materiais didático - pedagógicos do setor esportivo do campus. Recursos didáticos básicos para ensino-aprendizagem em sala de aula convencional, como: quadro branco, apagador, pincel, notebook, projetor multimídia.

Ferramentas para educação disponíveis no Google (e-mail institucional) sob orientação do docente, auxiliado destes recursos digitais para mediação dos conteúdos praticados nas atividades presenciais.

Materiais recicláveis e instrumentos de transformações destes materiais em brinquedos.

AVALIAÇÃO

Avaliações estarão pautadas nas dimensões processual e contínua, compreendendo as individualidades de conhecimentos significativos que os discentes trazem da educação física escolar.

Neste sentido, será realizada uma avaliação diagnóstica no início do semestre letivo, mediante levantamento de informações sobre as práticas corporais possibilitadas na educação física escolar, assim como as vivências da cultura corporal coletiva dos discentes, tomado como ponto de partida para aprofundamento sobre os temas/conteúdos da cultura corporal que os mesmos trazem como conhecimento significativo.

Avaliações processuais efetuadas em etapas/períodos conforme controle/sistema acadêmico e quantificadas em notas, no sentido de compreender as individualidades discentes no aprofundamento sobre os temas/conteúdos da cultura corporal, a partir de suas vivências de atividades físicas na infância e práticas da cultura corporal na educação física escolar.

Continuidade do processo avaliativo dá-se na participação por parte dos discentes, nas atividades práticas propostas, assim como suas compreensões sobre o processo de ensino-aprendizagem a partir das intervenções orais e demonstrações práticas sobre os temas/conteúdos propostos.

Os instrumentos avaliativos utilizados serão atividades teóricas e práticas, relatórios, confecção de brinquedo, avaliações escritas e orais, assiduidade (frequência em aula), confecção de trabalhos acadêmicos.

Autoavaliação para que os discentes possam refletir e qualificar seu desenvolvimento no ensino-aprendizagem de práticas corporais vivenciadas na disciplina, a partir dos conhecimentos significativos de sua cultura corporal.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. KUNZ, Eleonor. **Transformação didático-pedagógica do esporte**. 9. ed. Ijuí: UNIJUÍ, 2020.
2. FECHINE, A. B. R. (Org.) ...[et al.]. **Política e cultura em educação física, esporte e lazer**. Fortaleza: IFCE, 2020.
3. FECHINE, A. B. R. (Org.) ...[et al.]. **Formação e práticas pedagógicas**

em educação física, esporte e lazer. Fortaleza: IFCE, 2020.

4. KISHIMOTO, T. M.; SANTOS, M. W. (Orgs.). **Jogos e brincadeiras:** tempos, espaços e diversidade (pesquisas em educação). São Paulo: Cortez, 2016.
5. PAPALEA, D. E.; FELDMAN, R. D. **Desenvolvimento Humano.** 12. ed. Porto Alegre: AMCH, 2013.
6. DEMO, Pedro. **Metodologia do conhecimento científico.** São Paulo: Atlas, 2011.
7. MACHADO, C. E. D; LORAS, A. B. **Genios da humanidade: ciência tecnologia e inovação africana e afrodescendente.** São Paulo : DBA, 2017.
8. COELHO, W. N. B.; OLIVEIRA, J. M. **Estudos Sobre Relações étnico-Raciais e Educação no Brasil.** São Paulo: LF, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Livros que se encontram na <http://biblioteca.ifce.edu.br/>

1. MEDINA, J. P. S.; HUNGARO, E. M.; ANJOS, R.; BRACHT, V. (colabs.) **A educação física cuida do corpo... e “mente”:** novas contradições e desafios do século XXI. Campinas, SP: Papyrus, 2017.
2. MOREIRA, Wagner Wey (ORG). **Educação Física & esportes:** perspectivas para o século XXI. Campinas: Papyrus, 2014.
3. DAOLIO, Jocimar. **Educação física e o conceito de cultura: polêmicas do nosso tempo.** Campinas: Autores associados, 2018.
4. CAPRARO, A. M.; SOUZA, M. T. O. **Educação física, esportes e corpo: uma viagem pela história.** Curitiba: Intersaberes, 2017.
5. MELLO, M. T.; FILHO, C. W. O. **Esportes paralímpicos.** São Paulo: Atheneu, 2012.
6. PEREIRA, A. S. M. **Práticas corporais indígenas: jogos, brincadeiras e lutas para a implementação da lei nº 11.645/08 na educação física**

escolar. Coleção mulheres na ciência. Volume 2. Fortaleza: Aliás, 2021.

Disponível em: <https://ifce.edu.br/prpi/praticas-corporais-indigenas>

Coordenador do Curso	Setor Pedagógico
_____	_____

DISCIPLINA: LIBRAS (Optativa)	
Código:	
Carga Horária Total: 40hs	CH Teórica: 30hs CH Prática: 10hs
Número de Créditos:	2
Pré-requisitos: Sem pré-requisitos	Constitui pré-requisitos para: Não se aplica
Semestre:	Optativa
Nível:	Técnico/ Médio
EMENTA	
Conhecimento dos aspectos linguísticos da Linguagem brasileira de sinais (LIBRAS); História das comunidades surdas, da cultura e das identidades surdas; Ensino básico da Linguagem Brasileira de Sinais (LIBRAS); Políticas linguísticas e educacionais para surdos.	
OBJETIVOS	
• Entender o desenvolvimento dos aspectos linguísticos no decorrer da história; • Entender as peculiaridades linguísticas da Linguagem Brasileira de Sinais; • Distinguir os sinais utilizados e sua compreensão básica.	
PROGRAMA	
• Alfabeto Manual e datilologia;	

- Legislação: acessibilidade, reconhecimento da LIBRAS, inclusão e os direitos da pessoa surda;
- Educação do surdo no Brasil e no mundo;
- Cultura e Comunidades Surdas;
- Linguística da LIBRAS;
- Papel do professor e do intérprete no uso da LIBRAS e sua formação;
- Vocabulário básico.

METODOLOGIA DE ENSINO

- Aulas teóricas expositivas;
- Aulas prática com exercícios de conversação;

RECURSOS

Como recursos didáticos poderão ser utilizados o quadro branco, apagador, pincel, apontador, notebook e projetor de slides. Podendo também ser utilizados Objetos de Aprendizagem (OA), imagens, vídeos, softwares e animações.

AVALIAÇÃO

- Avaliação através de prova escrita do conteúdo ministrado
- Análise da forma de apresentação e capacidade de síntese dos estudantes através de seminários temáticos
- Avaliação de trabalhos práticos realizados

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. Quadros, R.M. **Educação de surdos: a aquisição da linguagem**. Porto Alegre: ArtMed, 2008.
2. CAPOVILLA, F.C. et alli. **Novo Deit-libras: dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da língua de sinais brasileira, baseado em linguística e neurociências cognitivas**. São Paulo: EDUSP, 2015.
3. Almeida, E.C. et al. **Atividades ilustradas em sinais da libras**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Revinter, 2013.

4. Gesser, A. **Libras? Que língua é essa?: crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda**. São Paulo: Parábola, 2009

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. ESTELITA, M. **Elis – Escrita das Línguas de Sinais**. Petrópolis: Arara Azul, 2000.
2. GESSER, A. **O Ouvinte e a surdez: sobre ensinar e aprender a libras**. São Paulo: Parábola, 2012.
3. SACKS, O. **Vendo Vozes – Uma viagem ao mundo dos surdos**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2015.
4. CAPOVILLA, F.C.; RAPHAEL, W.D. **Enciclopédia da língua de sinais brasileira: o mundo do surdo em libras: família e relações familiares e casa**. São Paulo: Edusp, 2009.
5. CAPOVILLA, F.C. e RAPHAEL, W.D. **Enciclopédia da língua de sinais brasileira: o mundo do surdo em libras - artes e cultura, esportes e lazer**. São Paulo: Edusp, 2011.

Coordenador do Curso

Setor Pedagógico

DISCIPLINA: EDUCAÇÃO MUSICAL (Optativa)	
Código:	
Carga Horária Total: 40h	CH Teórica: 30h CH Prática: 10h
Número de Créditos:	2
Pré-requisitos: Sem pré-requisitos	Constitui pré-requisitos para: Não se aplica
Semestre:	Optativa
Nível:	Técnico/ Médio
EMENTA	
A disciplina procura elucidar a importância da linguagem musical como instrumento de participação política, social e cultural, tratando de fundamentos conceituais da música como recursos de informação, comunicação e interpretação. Estrutura camadas de conscientização contempladas pela apreciação, reflexão e prática musical.	
OBJETIVOS	
• Estimular a sensibilidade, o fazer coletivo e o respeito às diferenças sejam elas culturais, de gênero, raça ou classe social contribuindo para a formação de cidadãos cultos e conscientes de seu papel social. • Apreciar produções musicais desenvolvendo tanto a função quanto a análise estética, compreendendo os critérios culturalmente constituídos de legitimação artística. • Fazer interpretações e diálogos com valores, conceitos e realidade, tanto dos criadores como dos receptores enquanto apreciadores da expressão musical. • Incorporar do ponto de vista técnico, formal, material e sensível elementos como estilo, forma, motivo, andamento, textura, timbre, dinâmica, entre outros.	

PROGRAMA

UNIDADE 1. Conceito de música – reflexões.

- a. A construção sócio-cultural
- b. Música e funcionalidade
- c. A mídia e sua influência na formação do gosto musical

UNIDADE 2. A música nas várias culturas.

- a. A sonoridade oriental
- b. A tradição ocidental
- c. Principais influências étnicas na formação da música brasileira

UNIDADE 3. Música brasileira e sua diversidade.

- a. ETNO (a música de tradição oral)
- b. POPULAR (a música midiaticizada)
- c. ERUDITA (a música nacionalista)

UNIDADE 4. Aspectos constituintes da Música.

- a. PARÂMETROS – altura, duração, intensidade e timbre
- b. ELEMENTOS BÁSICOS – melodia, harmonia e ritmo
- c. ESTRUTURA – partes da composição musical

UNIDADE 5. Codificação do material musical.

- a. Notação musical experimental
- b. Notação musical tradicional

METODOLOGIA DE ENSINO

Desenvolve-se em três perspectivas – reflexão, observação e realização.

- Aulas expositivas para abertura de diálogos críticos seguidos de estudo dirigido de textos;
- Apreciação orientada de material didaticamente selecionado em áudio e vídeo;
- Práticas vocais e corporais dos elementos musicais.

RECURSOS

Como recursos poderão ser utilizados: Quadro branco, pincel, Computador, Datashow, aparelhos de som e áudio, instrumentos musicais.

AVALIAÇÃO	
• Escrita - com base na apreciação auditiva, contemplando aspectos teóricos, perceptivos e reflexivos acerca do conteúdo programático abordado. • Prática – com base nas experimentações musicais desenvolvidas em grupo durante as aulas.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
1. BENNETT, Roy. Uma breve história da música. 1986. Jorge Zahar. 2. MED, Bohumil. Teoria da música. 2012. MUSIMED. 4ª ed. 3. SEVERIANO, Jairo. Uma história da música popular brasileira – Das origens à modernidade. 2008. Editora 34.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
1. ANDRADE, Mário de. Ensaio sobre a música brasileira. 3ª ed. São Paulo: Vila Rica; Brasília: INL, 1972. 2. BENNETT, Roy. Instrumentos da orquestra. 2012. Zahar. 2ª ed. 3. MATEIRO, Teresa. (org). Pedagogias Em Educação Musical. 2010. 4. SHAFER, R. Murray. O ouvido Pensante. 2013. UNESP. 3ª ed. 5. TINHORÃO, José Ramos. Os Sons dos negros no Brasil: cantos, danças, folguedos – origens. São Paulo: Editora 34, 2008.	
Coordenador do Curso	Setor Pedagógico
_____	_____